



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
FACULDADE DE LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
INTERCULTURALIDADE

EWERTON JOSÉ DE MEDEIROS TORRES

**PARIDOS PELA TERRA:
TROPOS ECOCRÍTICOS QUE RELUZEM EM TORTO ARADO**

**CAMPINA GRANDE
2025**

EWERTON JOSÉ DE MEDEIROS TORRES

**PARIDOS PELA TERRA:
TROPOS ECOCRÍTICOS QUE RELUZEM EM *TORTO ARADO***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI) da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade.

Área de concentração: Literatura e Hermenêutica.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira

**CAMPINA GRANDE
2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

T693p Torres, Ewerton José de Medeiros.

Paridos pela terra [manuscrito] : tropos ecocríticos que reluzem em Torto Arado / Ewerton José de Medeiros Torres. - 2025.

125 f.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Faculdade de Linguística, Letras e Artes, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Maria Simone Marinho Nogueira, Departamento de Filosofia - CEDUC".

1. Ecocrítica. 2. Ecofeminismo. 3. Literatura Brasileira. 4. Reforma agrária. 5. Ecologia social. I. Título

21. ed. CDD 333.31

EWERTON JOSÉ DE MEDEIROS TORRES

PARIDOS PELA TERRA: TROPOS ECOCRÍTICOS QUE RELUZEM EM TORTO ARADO

Dissertação apresentada à Coordenação do Curso de Mestrado em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Literatura e Interculturalidade

Linha de Pesquisa: Literatura, Memória e Estudos Culturais.

Aprovada em: 26/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Maria Simone Marinho Nogueira** (***.606.144-**), em **08/09/2025 10:20:02** com chave **86eebe968cb611f09fdcca9f85db45c5**.
- **Sueli Meira Liebig** (***.639.744-**), em **08/09/2025 14:16:34** com chave **921ee5ae8cd711f08aa2929777cd27db**.
- **Valnikson Viana de Oliveira** (***.142.304-**), em **08/09/2025 17:00:17** com chave **711486868cee11f0b14eca9f85db45c5**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 11/09/2025

Código de Autenticação: 3600d8



Aos seres que se engajam na luta pela preservação e valorização dos biomas em que habitam e pertencem, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus encantados, que me acompanham. Não sei se tenho o direito de chamá-los assim ou se atendem por outro nome. Quero acreditar que existem e que estão por aí, me seguindo, guiando e guardando. Estendendo o mesmo cuidado às pessoas pelas quais sou grato.

É sempre bom agradecermos. Aprendi há um tempo que, na língua portuguesa, diferente das demais mundo afora, o sentimento de gratidão possui um sentido muito mais potente, porque está além do reconhecimento da graça recebida. Em nossa língua, esse sentimento revela-se como um imperativo de conduta e, por isso, dizemos ‘obrigado’ com maior frequência, não apenas ‘sou grato’. Nossa lealdade e compromisso (em português) com uma dádiva ou graça recebida de alguém demandam uma “obrigação” com o outro.

Então sigo agradecendo à minha família pelo aporte necessário em todas as decisões que venho tomando ao longo de minha existência, pelas alegrias, histórias e mungangas, por tudo. Obrigado, pai, mãe, irmã, tias, tios, primas, primos, filhos(as) dos(as) primos(as), avós, marido e sua família de origem, aos amigos de longa data e a todos os *outros-que-humanos* que me acompanham desde minha primeira pós-graduação: Clara, Marina, Buba, Gita (*in memoriam*), Caju e Teresa.

Ao meu *melhor* companheiro de vida, Alex Douglas Meaux Dias Rodrigues, minha profunda gratidão por tudo que já vivemos. Mas, em especial, por ter enviado o edital de seleção nº 03 do PPGLI em algum momento do outubro de 2022, demonstrando confiança no meu potencial para ingressar em uma nova área de pós-graduação. Na época, eu nem havia concluído o curso de Letras (Língua Portuguesa) e, ainda assim, fui aprovado no mestrado em segundo lugar na minha linha de pesquisa. Até eu me surpreendi! Obrigado, *amore*, por ter enviado aquele link no zap, por me acompanhar em todo o processo de seleção e pela palavra-da-sorte sugerida para escrever na prova escrita. Deu certo.

Meu agradecimento se estende aos professores do PPGLI. À minha orientadora, Dra. Maria Simone Marinho Nogueira, que foi a primeira docente com quem tive contato quando da arguição do projeto, a última fase eliminatória da seleção, realizada de forma remota. Na época, ela ainda não havia orientado trabalhos acadêmicos sobre ecocrítica, assim como eu nunca havia escrito sobre o tema. Havia

em mim apenas vontade e coragem de escrever, e sou grato pela confiança depositada em mim. A professora Simone também ofereceu diversos cursos de extensão em literatura por meio do Grupo de Estudos Benditas Escritas Transgressoras, que foram momentos de aprendizado extremamente valiosos.

Ao professor Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães, que também participou da arguição e assumiu a disciplina da professora Zuleide quando ela precisou se ausentar. Ao Dr. Reginaldo Oliveira Silva, com quem assisti à primeira aula presencial. À Dra. Francisca Zuleide Duarte de Souza, que lembrava do meu nome e do tema da dissertação desde nosso primeiro encontro em sala de aula. Ao Dr. Wanderlan da Silva Alves, por ampliar minha percepção e admiração pela literatura latino-americana. Ao Dr. Diógenes André Vieira Maciel, que me apresentou formas de fazer literário que vão além da técnica, atravessando vivências e sensibilidades, e foi fonte de inspiração para que eu escrevesse sobre a faca nesta dissertação. Ao Dr. Marcelo Medeiros da Silva, que me apresentou uma literatura paraibana até então desconhecida e que desde então me fascina. Ao Dr. Luciano Barbosa Justino, que conduziu um seminário no qual discutimos nossos projetos de dissertação e tese, oferecendo uma oportunidade única de estreitar laços com as pesquisas dos colegas. Ao Dr. Auricélio Soares Fernandes, com quem descobri que leio muito mais literatura gótica do que imaginava; sua disciplina foi uma das que mais me motivaram a devorar livros em 2023. E, finalmente, à Dra. Sueli Meira Liebig, que ainda não conheci pessoalmente, mas que integrou a banca da minha qualificação e defesa desta dissertação. Ela, junto com o professor Justino, contribuiu sobremaneira para o aprimoramento deste texto. Estendo meus agradecimentos ao professor Dr. Valnikson Viana de Oliveira, que também integrou a banca de defesa, e com quem mantengo uma amizade que se iniciou há anos, a partir de um livro de Machado de Assis adquirido com ele.

Todos os dias em que havia aula no PPGLI, eu viajava de João Pessoa a Campina Grande, ida e volta, e esses momentos eram tão prazerosos que minha vontade de assistir às aulas superava qualquer cansaço físico. As aulas se tornavam ainda mais enriquecedoras graças à turma. Por isso, meu agradecimento se estende aos novos amigos e colegas que fiz por lá. Às meninas *rebeldes* Izabela Cristina de Lima Silva, Leylane Karolayne Mendonça da Silva e Márcia Kaênia da Silva Farias, sinto saudades sempre que lembro de nossa convivência na Central Acadêmica Paulo Freire, das resenhas, dos pastéis, das imitações. Aos meninos Daniel Rodas Ramalho, Erik Aquilles Xavier de Lima e Nalberty Medeiros Santos, agradeço pelos

almoços divertidos, pelas histórias de Trancoso e pelos momentos de aperreio... E também à Gleyceslaine Maria Souza de Oliveira, a única colega que já conhecia antes de chegar ao PPGLI.

Durante o ano de 2023, também tive a oportunidade de fazer novas amizades na Oficina de Criação Literária do professor Dr. Anacã Rupert Moreira Cruz e Costa Agra. Fiquei extremamente satisfeito com os aprendizados proporcionados por ele, com a leitura de seus textos e com a convivência com os colegas da oficina, especialmente Ádrian Dinoá Carvalho, Laís Paiva, Raama Vitória Pinheiro de Almeida, Alanna Tábata Cavalcanti Nunes, Valber Davi Cordeiro Guimarães e Maria Vitória Gonçalves Maciel. A qualidade da criação literária e das críticas aos textos produzidos por essa turma superou todas as minhas expectativas.

Meu agradecimento se estende a outros amigos e colegas escritores, em especial aos integrantes do Clube do Conto da Paraíba, um dos grupos mais longevos desse tipo no Brasil, no qual tenho a honra de participar desde julho de 2023. A todos aqueles com quem tive a oportunidade de conviver e trocar experiências textuais, de leitura e de vida, agradeço pela amizade, pelo apoio, pelos livros que muitos de vocês já publicaram e que me encantam, cada um com seu modo único de escrita, e também pela nossa coletânea Sábado, lançada em 2024 para celebrar os 20 anos do grupo. Em ordem alfabética, aqueles com quem mantenho maior contato desde então: Adhailton Lacet Porto, Ana Lia Almeida, André Ricardo Aguiar, Antônio Mariano, Áquila Teófilo, Ceicá Cirilo, Clarissa Moura, Deborah Dornellas, Egberto Vital, Emerson da Cunha, Iasmim Lucena, Isabor Quintiere, Joana Belarmino, João Matias, Jon Moreira, Maria Valéria Rezende, Nadezhda Bezerra, Oriana Almeida, Regina Behar, Rejane Cruz, Roberto Menezes, Romarta Ferreira, Rosa Alves Pereira, Sérgio Janma, Valeska Asfora e Wilma César. A cada um, expresso minha sincera admiração e respeito. Gosto muito de compartilhar meus sábados com vocês, seja na casa de Val, na Praça da Alegria, no Bar do Baiano ou em algum lugar novo.

Aproveitando a menção a grupos, registro também meu reconhecimento ao Grupo de Estudos Ecocriticos (GEco), ao qual passei a integrar em 2024 em razão desta pesquisa. Expresso meus agradecimentos aos professores Dr. Klaus Friedrich Wilhelm Eggensperger e Dr. Márcio Matiassi Cantarin (UTFPR) pela acolhida e pela condução das atividades e formações do grupo.

À UEPB, agradeço pelo apoio estrutural, especialmente ao *campus* de Catolé do Rocha, onde fui aprovado em uma seleção para professor substituto em

Agronomia. Graças a essa oportunidade, pude lecionar tanto nesse curso quanto na Escola Agrotécnica do Cajueiro, além de obter aproveitamento do estágio de docência pela experiência nesse *campus*. Meu sincero agradecimento aos bons alunos que tive e aos colegas de trabalho verdadeiros, parceiros essenciais para conseguir trilhar essa trajetória. Meu agradecimento à UEPB se amplia pelo apoio dado por meio da bolsa de mestrado, que possibilitou a realização deste trabalho. Esta pesquisa foi realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“... Mais profundamente do que a inconsciência, está o ser, nossa própria substância, nossa natureza. Somente as verdades que entraram nesta última região e que se tornaram nós mesmos, que se tornaram espontâneas e involuntárias, instintivas e inconscientes, são realmente nossa vida, isto é, mais que propriedade nossa.”

Amiel em “Fragments d'Un Journal Intime”

RESUMO

Esta dissertação investiga o romance *Torto Arado* (versão em português do Brasil, publicada pela editora Todavia, 2019), de Itamar Vieira Junior, sob a perspectiva ecocrítica. A obra configura-se como um marco na literatura contemporânea, provocando novas maneiras de compreender a relação entre sociedade e meio ambiente. O objetivo central deste trabalho é mostrar como o espaço narrativo, mediado pela interação entre as personagens e o ambiente, revela dinâmicas simbólicas que transcendem a paisagem física, promovendo reflexões sobre identidade, resistência e pertencimento. A metodologia utilizada é qualitativa e crítico-interpretativa, com base na abordagem dialética de Nascimento e Sousa (2015). A análise é orientada pela teoria das três ecologias de Félix Guattari (1990), que expande o conceito de ecologia, abordando não apenas o meio ambiente físico, mas também a ecologia social e a ecologia mental. Para fundamentar o estudo, foram evocados conceitos de Glotfelty e Fromm (1996) e Garrard (2023), adotando-se os tropos de Garrard (2023) como categorias de análise. Além desses, foram trabalhados os conceitos da teoria de Gaia (Boff, 2011, 2016, 2020), do ecofeminismo (Plumwood, 1993; Shiva, 1988) e do ecossocialismo (Löwy, 2013; Vieira, 2017; Villegas, 2021). O romance é dividido em três partes: “Fio de corte”, “Torto arado” e “Rio de sangue”, cada uma explorando diferentes facetas das ecologias ambiental, social e mental. Em “Fio de corte”, narrado por Bibiana, o foco é na dimensão ambiental, destacando a conexão profunda da protagonista com o ambiente físico. A segunda parte, “Torto arado”, é narrada por Belonísia, que, após perder a fala na infância, oferece uma visão mais voltada para o aspecto social. A terceira parte, “Rio de sangue”, é narrada por Santa Rita Pescadeira, uma entidade espiritual que apresenta uma visão holística das personagens do romance, abordando questões relativas à religiosidade e às implicações éticas das ações, representando assim a ecologia mental ou da subjetividade humana. As três dimensões da teoria das ecologias de Guattari permeiam toda a narrativa, sendo manifestadas pelas perspectivas das três personagens-narradoras. Em *Torto Arado*, a natureza não é apenas um cenário de fundo, mas um elemento ativo que interage de forma constante com as experiências internas das personagens. A aplicação da teoria das três ecologias na ecocrítica não costuma ser convencional, mas alinha-se aos princípios propostos nesta análise. A

aplicação dessa teoria à narrativa revelou um substrato fértil que conecta a preservação ambiental, as dinâmicas sociais e as experiências subjetivas das pessoas, especialmente das mulheres do campo. O romance se destaca como um exemplo singular de ecoliteratura, oferecendo possibilidades para novas leituras e, ao mesmo tempo, incorporando um caráter educativo, comum à educação camponesa.

Palavras-chave: Ecocrítica; Ecofeminismo; Literatura Brasileira; Reforma agrária; Ecologia social.

ABSTRACT

This master's dissertation investigates Itamar Vieira Junior's novel *Torto Arado* (Brazilian Portuguese version, published by Todavia, 2019) from an ecocritical perspective. The work stands as a landmark in contemporary literature, provoking new ways to understand the relationship between society and the environment. The central aim of this study is to demonstrate how the narrative space, mediated by the interaction between characters and the environment, reveals symbolic dynamics that transcend the physical landscape, fostering reflections on identity, resistance, and belonging. The methodology employed is qualitative and critical-interpretative, grounded in the dialectical approach of Nascimento and Sousa (2015). The analysis is guided by Félix Guattari's theory of the three ecologies (1990), which expands the concept of ecology to encompass not only the physical environment but also social and mental ecology. To underpin the study, concepts by Glotfelty and Fromm (1996) and Garrard (2023) are drawn upon, adopting Garrard's (2023) tropes as analytical categories. In addition, concepts from Boff's Gaia theory (2011, 2016, 2020), ecofeminism (Plumwood, 1993; Shiva, 1988), and ecosocialism (Löwy, 2013; Vieira, 2017; Villegas, 2021) are explored. The novel is structured into three parts: "Fio de corte", "Torto arado", and "Rio de sangue", each exploring different facets of environmental, social, and mental ecologies. "Fio de corte", narrated by Bibiana, focuses on the environmental dimension, highlighting the protagonist's deep connection with the physical environment. The second part, "Torto arado", is narrated by Belonísia, who, having lost her speech in childhood, offers a perspective primarily centered on the social aspect. The third part, "Rio de sangue", is narrated by Santa Rita Pescadeira, a spiritual entity who presents a holistic view of the characters, addressing issues of religiosity and the ethical implications of their actions, thereby representing mental ecology, or the ecology of human subjectivity. These three dimensions of Guattari's theory permeate the entire narrative, manifested through the perspectives of the three narrator-characters. In *Torto Arado*, nature is not merely a backdrop but an active element that constantly interacts with the internal experiences of the characters. The application of the theory of the three ecologies in ecocriticism, though not typically conventional, aligns with the principles proposed in this analysis. This theoretical application to the narrative revealed a fertile substrate connecting environmental preservation, social

dynamics, and the subjective experiences of people, particularly rural women. The novel stands out as a singular example of ecoliterature, offering new interpretative possibilities while also embodying an educational character common to peasant education.

Keywords: Ecocriticism; Ecofeminism; Brazilian Literature; Agrarian reform; Social ecology.

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	14
2	INTRODUÇÃO.....	18
3	TERRA QUE SEMEIA GENTE E CONCEBE HISTÓRIAS	26
3.1	Pisando e sentindo o chão de Água Negra	28
3.2	“A cabeça pensa onde os pés pisam”: Humanidades ambientais e ecocrítica	36
3.3	Abordagens teóricas para a ecoliteratura	40
3.4	A natureza não é só moldura	50
3.5	Ecos ambientais e cornucópias	54
4	“SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA”	62
4.1	Ecofeminismo: mulheres e naturezas.....	62
4.2	Ecos sociais e ecossociais	68
5	“SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA”	81
5.1	Raízes da desigualdade racial e fundiária no Brasil.....	81
5.2	Territórios quilombolas: “a terra só tem valor se tem trabalho”	90
5.3	Ecos mentais e consciência social	95
5.4	Similaridades afiadas: a faca como objeto de engano e feitiço	99
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
	REFERÊNCIAS	113

1 APRESENTAÇÃO

Preâmbulo a uma trajetória ecológica

Optei por iniciar esta dissertação com uma parte explicativa, utilizando a primeira pessoa, o que contrasta com a perspectiva adotada no restante do texto. Acredito ser importante o leitor se aproximar do escritor a fim de compreender com mais clareza as motivações e os posicionamentos em relação ao objeto de pesquisa. Para mim, o discurso científico não ocorre dissociado do sujeito que o produz, e isso faz refletir as condições sociais e históricas que permeiam sua construção. Essa ideia ressoa fortemente com o que Pêcheux (2008) teoriza sobre a formação discursiva na linha francesa¹. Assim, não considero que haja neutralidade na escrita; cada ato de escrever é atravessado por uma pluralidade de influências, e a minha forma de escrever é um reflexo disso, sem se ajustar obrigatoriamente a um modelo científico único, racionalizante, eurocêntrico ou hegemônico.

Esta não é a primeira dissertação que escrevo; venho de uma área diferente, as Ciências Agrárias. Meu primeiro mestrado foi em Agroecologia, uma ciência recente que emergiu no início dos anos 1980 e integra conhecimentos de várias outras disciplinas. Minha tendência de pensar e escrever segue a mesma lógica, não me restringindo a um único pensamento ou a um único teórico. Agrada-me mais a polissemia de ideias e teorias. Durante esse primeiro mestrado, estudei a ecologia das populações de *Spondias tuberosa* Arruda em agroecossistemas da microrregião do Curimataú paraibano. Essa árvore frutífera e essencialmente brasileira, endêmica dos biomas Caatinga e Cerrado, é conhecida por nomes como umbu, imbu, umbuzeiro, dentre outros.

Para me envolver mais profundamente com a pesquisa sobre essa planta, trilhei um caminho de estudos extracurriculares durante minha formação em Agronomia. Essa trajetória foi multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, pois procurei, fora da grade curricular, elementos que complementassem minha formação.

¹ O discurso de linha francesa se refere a uma abordagem analítica que considera a interseção entre língua, ideologia e sujeito, sendo fundamentada em teorias desenvolvidas por pensadores como Michel Pêcheux. Essa abordagem, que emergiu na década de 1960, enfatiza a importância do contexto histórico e social na produção e interpretação dos discursos (Pêcheux, 2008).

Foi nesse percurso que me deparei com a Agroecologia, uma área que integra diversos campos do conhecimento.

Baseada no tripé da sustentabilidade (ambientalmente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável), a Agroecologia vai além da simples substituição de insumos sintéticos da agricultura industrial por orgânicos; seu foco principal é o ser humano, posicionado no centro dos seus paradigmas.

Quando criança, nunca imaginei que um dia me tornaria engenheiro agrônomo. Desejava ser veterinário, arquiteto, artista plástico ou biólogo. Sempre gostei de desenhar, de ler, dos animais e de brincar na natureza. À medida que crescia, fui consolidando minhas certezas: não seria artista plástico porque não queria morrer de fome vivendo no capitalismo, não seria arquiteto, pois matemática nunca foi meu forte, muito menos médico veterinário, porque só de ver sangue minhas pernas ficam bambas. Restou a biologia, uma paixão que se fortaleceu no ensino médio.

No segundo ano, ao estudar botânica, minha certeza sobre qual faculdade queria fazer começou a se firmar. No entanto, a vida nem sempre segue como planejamos. Há imprevistos, obstáculos e mudanças de trajetória. Embora não tenha conseguido ingressar no curso de Ciências Biológicas, fui aprovado no vestibular para Agronomia.

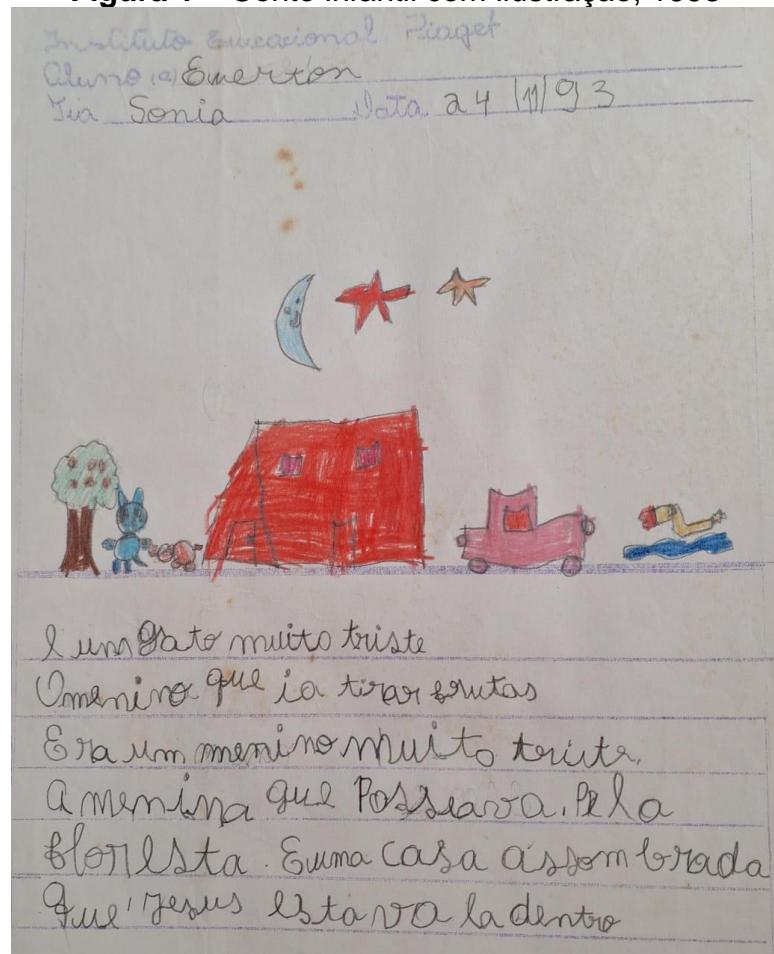
Então, aquela criança que gostava de desenhar, cuidar do jardim da casa e dos bichos de estimação teve seus sonhos realimentados com algumas das disciplinas iniciais do curso: botânica, citologia, ecologia e zoologia. Inclusive, os relatórios de aulas práticas dessas disciplinas são documentos que guardo há mais de 20 anos, com as exsicatas e desenhos ainda intactos. Além disso, meus primeiros desenhos e contos são documentos de minha história que conservo até hoje e, sou profundamente grato aos meus pais por terem preservado ao longo do tempo. Guardo-os com muito carinho e respeito.

Dentre minhas relíquias pessoais, uma das que mais prezo é o primeiro conto que escrevi (Figura 1), aos cinco anos de idade. Pode ser lido também como um poema, ou como a descrição do desenho de cima. Para mim é um conto², porque gosto de chamá-lo assim e porque apresenta características clássicas da narrativa, conforme a sistematização de Gotlib (2006). Na ilustração aparecem elementos que continuam muito caros para mim, como a casa, representando o cenário central; as

² “Em verdade, sempre será conto aquilo que seu autor batizou com o nome de conto.” (Andrade, 1946, p. 7).

personagens humanas e animais inseridas na natureza; e um mistério relacionado à religião.

Figura 1 – Conto infantil com ilustração, 1993



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 1993.

Desde essa época, parecia que eu já expressava meu assombro diante de doutrinas rígidas, moldes e formas de encaixotar ideias. Por isso, trilhei um caminho bem específico nas Ciências Agrárias, chegando ao doutorado na subárea de Extensão Rural, que, entre diversos temas, aborda novas perspectivas de desenvolvimento, sustentabilidade, meio ambiente, reforma agrária, campesinato, segurança alimentar, organização social, questões de gênero, bem como assuntos implícitos na obra objeto desta dissertação: *Torto Arado* (2019).

A partir dessas perspectivas para perceber e estudar o ambiente rural brasileiro, sou categórico ao afirmar que minha única religião é a crença de que a natureza é a força que nos domina, nos transforma, nos define e nos conduz. E nela há espaço para todos os organismos vivos.

Nos (des)caminhos da vida, concluí a graduação em Agronomia, uma licenciatura em Ciências Agrárias, o mestrado em Agroecologia e o doutorado em Extensão Rural. Mais tarde, meu interesse pela leitura fez com que minha formação acadêmica e profissional se bifurcasse, levando-me às Letras, onde finalizei uma nova licenciatura, comecei a escrever e publicar contos literários e ingressei no mestrado em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, com uma proposta de pesquisa ecocrítica que dialogava com as duas áreas em que me formei.

Durante o processo seletivo para esse segundo mestrado, o romance *Torto Arado* foi uma das obras escolhidas pela comissão para a prova escrita, primeira etapa eliminatória. A obra já havia me impactado na primeira leitura, e ao revisitá-la em releituras, recordei minha pesquisa de doutorado, que abordou a ação coletiva de mulheres camponesas paraibanas em microrregiões semiáridas, assim como o umbuzeiro, cuja população investiguei em seu *habitat*; minha proximidade com o Cerrado, onde passei toda a infância no oeste baiano, e com a Caatinga, ambos biomas representados na obra de Itamar; sem contar a simbologia da casa, relevante tanto para mim quanto para o romance.

A noção de “casa” está presente no próprio nome “ecologia”, derivado do grego *oikos* (οἶκος), que significa “casa” ou “lar”, e *logos* (λόγος), que significa “estudo” ou “ciência”. Assim, ecologia pode ser entendida como o “estudo da casa” ou o “estudo dos lares”, referindo-se às interações entre os organismos e o ambiente em que vivem.

Por fim, é importante destacar que os estudos ecológicos não se limitam à paisagem (à casa), pois esta representa apenas um dos elementos considerados. Enquanto a Agroecologia coloca o ser humano no centro do debate, a Ecologia o posiciona ao lado das demais espécies, em pé de igualdade, reconhecendo sua importância como parte do todo. Nesse contexto, conduzo minha análise a partir de minhas duas áreas (Agrárias e Humanas), utilizando uma abordagem pouco convencional na ecocrítica, estruturando-a na teoria das três ecologias — ambiental, social e mental — proposta pelo filósofo Félix Guattari, que servem como representações das personagens narradoras, cada uma expressando, de maneira visceral e profunda, uma conexão predominante com um tipo de ecologia.

2 INTRODUÇÃO

*De pé, ó vítimas da fome³
 De pé, famélicos da terra
 Da ideia a chama já consome
 A crosta bruta que a soterra
 Cortai o mal bem pelo fundo
 De pé, não mais senhores
 Se nada somos em tal mundo
 Sejamos tudo, ó produtores
 [...]*

A literatura contemporânea tem se mostrado um campo fértil para a discussão de questões sociais, ambientais e identitárias, refletindo a complexidade da realidade brasileira. Nesse contexto, o romance *Torto Arado* (2019), do escritor baiano Itamar Vieira Junior⁴, destaca-se como um importante objeto de estudo, não apenas pela sua narrativa bem estruturada, mas sobretudo pela capacidade de dialogar com temáticas antigas que ainda repercutem na sociedade contemporânea, como a diáspora negra, o conflito fundiário, as relações de trabalho e de gênero.

Publicado originalmente em Portugal, no ano de 2018, após vencer o Prêmio LeYa⁵, *Torto Arado* demarca território na obra⁶ do autor como ponto de partida. Em

³ A escolha da canção “A Internacional” como epígrafe se justifica por ser considerada o hino dos trabalhadores, além de parecer refletir a aura de luta das personagens de *Torto Arado*, romance que versa essencialmente sobre a luta camponesa e quilombola de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

⁴ Itamar Rangel Vieira Junior é doutor em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde também se graduou e concluiu o mestrado em Geografia. Há 18 anos, atua como Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), na Superintendência Regional da Bahia (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022; Brasil, 2024).

⁵ Prémio LeYa (2024).

⁶ A obra completa de Itamar Vieira Júnior começa com seu primeiro livro de contos, *Dias* (Caramurê Produções, 2012), vencedor do Concurso XI Projeto de Arte e Cultura. Em 2017, ele publicou a coletânea de contos *A Oração do carrasco* (Editora Mondrongo), que foi finalista do 60º Prêmio Jabuti (2018), na categoria Contos, vencedor do Prêmio Humberto de Campos da União Brasileira de Escritores – seção Rio de Janeiro (biênio 2016-2017) e segundo lugar no Prêmio Bunkyo de Literatura (2018). Em 2019, lançou seu aclamado romance *Torto Arado* (Editora Todavia), que o consolidou como um dos grandes nomes da literatura brasileira contemporânea. Posteriormente, em 2021, publicou a coletânea de contos *Doramor ou a odisseia: histórias* (Todavia), na qual resgatou e revisou contos de *A Oração do Carrasco* e acrescentou outros textos escritos após *Torto Arado*, tornando o livro mais vultoso. Em abril de 2023, Itamar lançou seu segundo romance, *Salvar o fogo* (Todavia), que venceu o 66º Prêmio Jabuti (2024), na categoria Romance Literário. No ano seguinte, em 2024, publicou o livro infantil *Chupim* (Baião Livros), em parceria com a ilustradora Manuela Navas.

2020, o livro foi laureado com mais dois prêmios importantes: o Oceanos⁷ (antigo Portugal Telecom) e, no Brasil, o 62º Prêmio Jabuti de Literatura na categoria Romance Literário⁸. Traduzido para 29 idiomas e com mais de 700 mil exemplares vendidos, em 2024, a edição em inglês (*Crooked Plow: A novel*, traduzido por Johnny Lorenz, Editora Verso Fiction) foi finalista ao *International Book Prize 2024*⁹, que homenageia autores e tradutores de ficção publicada no Reino Unido ou na Irlanda. No mesmo ano, a versão francesa (*Charrue Tordue*, traduzido por Jean-Marie Blas de Roblès, Editora Zulma), recebeu o prêmio Montluc Résistance et Liberté¹⁰ e, em novembro, o livro foi adaptado para o teatro, com o espetáculo “*Torto Arado – O Musical*”¹¹.

Consolidando-se como um verdadeiro fenômeno literário no Brasil, o romance atingiu repercussão internacional e conquistou uma legião de leitores entusiastas. O impacto da obra também se manifesta na formação de comunidades virtuais, como o perfil no Instagram “@tortoaraders”, que conta com mais de 10 mil seguidores e reúne novidades sobre a carreira do autor, entrevistas, notícias e conteúdos relacionados ao seu universo literário. Esse espaço funciona como ponto de encontro para leitores compartilharem interpretações, experiências e análises de sua obra (Souza, 2023; Gimenes, 2025).

Apesar do grande sucesso, *Torto Arado* também recebeu críticas. Alguns leitores e críticos apontam uma construção maniqueísta das personagens, em que a narrativa tende a dividir de maneira simplista os indivíduos entre “bons” e “maus”. Uma resenha da *Gazeta do Povo* descreve o romance como “produto de uma literatura ensimesmada” que apresenta uma visão maniqueísta do mundo, com personagens e trama “infantilmente ingênuas” (Polzonoff Jr., 2021). De forma semelhante, uma análise publicada na *Quatro Cinco Um* observa que a narrativa adota uma perspectiva que coloca negros e indígenas no lado certo e a elite branca não apenas no lado errado, mas como forças quase diabólicas (Diniz, 2023).

Devido a esse sucesso de vendas e ao grande alcance de leitores e críticos, *Torto Arado* vem sendo objeto de estudos acadêmicos sob perspectivas como ancestralidade, identidade, gênero, classe, questões sociais, condições trabalhistas,

⁷ Associação Oceanos (2025).

⁸ Prêmio Jabuti (2025).

⁹ The Booker Prizes (2025).

¹⁰ Folha de São Paulo (2024).

¹¹ Ismerim (2024).

dentre outros recortes, trazendo aos cernes dos debates contemporâneos em torno do livro um caráter atual e necessário para se problematizar a sociedade.

Deve-se consignar que as análises sobre o livro são bastante recentes, datando principalmente de 2020 a 2024, em grande parte em razão do lançamento da obra no Brasil, e convergem, na maioria das vezes, para as temáticas já mencionadas.

Na publicação *Torto Arado: perspectivas críticas*, Candia e Cabral (2022) reuniram estudos de diversos pesquisadores sobre as questões sociais presentes na obra, destacando-se a diáspora negra, o protagonismo feminino, o conflito fundiário, o trabalho escravo e as relações patronais.

Resende, Oliveira e Costa (2021), por outro lado, ressaltam as violências sofridas pelas personagens femininas na localidade ficcional da Fazenda Água Negra, ainda marcada pela influência do patriarcado, destacando a interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Já o artigo de Luz e Magalhães (2021) analisa o ponto de vista das mulheres-personagens e a construção de identidade por meio da resistência em *Torto Arado*.

Quadros (2021) analisa também a compreensão das mulheres-personagens, ressaltando, sobretudo, a história da família negra e pobre vivendo em ambiente rural em condições análogas à escravidão. Formas de resistência são tema de Torre (2022), que leva a cabo discussões sobre campesinato, reforma agrária e sindicalismo. Outrossim, perspectivas de uma educação decolonial e libertadora emergem das discussões elaboradas por Pereira, Costa e Lima (2022).

De acordo com o Portal de Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a fortuna crítica de Torto Arado reúne mais de 60 pesquisas acadêmicas, entre artigos, ensaios, resenhas e entrevistas, predominantemente de origem nacional. Esses estudos têm se concentrado, majoritariamente, em aspectos sociais, como desigualdade, relações de poder, questões raciais, trabalhistas e de gênero. Contudo, uma dimensão ainda pouco explorada, mas significativa, emerge ao longo da narrativa: a perspectiva ecológica. Embora menos abordada, essa perspectiva oferece potencial para novas interpretações, evidenciando como a obra entrelaça relações humanas e ambiente natural, articulando-se com grande parte dos temas já discutidos pela crítica. Entre as pesquisas listadas, apenas o artigo de Rodrigues *et al.* (2024) trata da ecocrítica, destacando as interações entre seres humanos e ambiente, com foco na metodologia

da análise do discurso e na aplicação dessa abordagem como contribuição para um ensino inter e transdisciplinar em diferentes áreas do conhecimento.

A ecocrítica, conforme Garrard (2023), fornece um arcabouço teórico que permite explorar como os textos literários influenciam a percepção pública das questões ambientais, além de explorar as tensões entre diversas perspectivas sobre a natureza. Essa abordagem torna-se especialmente relevante no cenário contemporâneo, marcado por crises ambientais e sociais cada vez mais frequentes, sugerindo uma interligação intensa entre ambos os fenômenos. Essa conexão exige uma análise mais aprofundada do ser humano e de suas interações com o mundo, evidenciando as diversas formas de resposta a tais crises. Entre essas possibilidades, a literatura se destaca como uma forma de arte que não apenas promove a conscientização, mas também funciona como catalisador de transformações sociais.

A ecocrítica possibilita analisar as implicações sociais, culturais e ambientais dessas interações, evidenciando aspectos como sustentabilidade, exploração dos recursos naturais e os impactos dessas práticas sobre o contexto social e cultural. Além disso, essa abordagem permite investigar como as personagens e seus conflitos refletem uma conexão com a terra, ampliando o entendimento sobre as dinâmicas ecológicas presentes na narrativa.

No Brasil, embora existam poucos estudos com essa abordagem, a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) reúne quatro dissertações e quatro teses que tratam da ecocrítica, distribuídas entre o Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade (PPGLI) e o Programa de Pós-Graduação Profissional em Letras (PROFLETRAS), conforme registrado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).¹²

¹² As dissertações são: “Descortinamento de um novo ‘ethos’ na poética de Patativa do Assaré: uma abordagem ecocrítica” (Paula Santos Nascimento, 2012 – PPGLI), “Império, identidade e subalternidade: uma análise pós-colonial de *O velho e o mar*, de Ernest Hemingway” (Ferdinando de Oliveira Figueiredo, 2019 – PPGLI), “Cordel e meio ambiente: a formação de leitores do texto literário no ensino fundamental” (Gildiane de Almeida Silva Gomes, 2020 – PROFLETRAS), e “Literatura na sala de aula: ressignificando cantos pelos encantos da poesia” (Rômulo Rodrigues de Oliveira, 2021 – PROFLETRAS).

As teses são: “Apocalipse, sobrevivência e pós-humano: uma narrativa ecocrítica da trilogia *Maddaddam*, de Margaret Atwood” (Suênio Stevenson Tomaz da Silva, 2019 – PPGLI), “O laboratório da liberdade: horizontes da poética de Eduardo Kac” (Rafael Rubens de Medeiros, 2020 – PPGLI), “Interfaces ecomiméticas de *O coração das trevas* e *O mundo se despedeça*: a ecocrítica pós-colonial em perspectiva” (Clara Mayara de Almeida Vasconcelos, 2022 – PPGLI), e “Expressões ecofictícias em arena: antropocentrismo, capitalismo e meio ambiente na trilogia *Jogos Vorazes*, de Suzanne Collins” (Ferdinando de Oliveira Figueiredo, 2023 – PPGLI).

Neste estudo propõe-se adotar a ecocrítica como abordagem de análise, um viés ainda pouco explorado na fortuna crítica da obra, tomando *Torto Arado* como *corpus* da pesquisa. Busca-se investigar de que maneira o autor constrói, no enredo, relações ecológicas, ambientais e sociais que se entrelaçam com os demais temas já abordados pela crítica. O objetivo é demonstrar como o espaço narrativo, mediado pela interação entre personagens e ambiente, revela dinâmicas simbólicas que ultrapassam a materialidade da paisagem, promovendo reflexões sobre identidade, resistência e pertencimento. Assim, a proposta examina as relações entre literatura, sociedade e meio ambiente, destacando o papel da literatura como instância criadora de significados ecológicos capazes de dialogar com o mundo e influenciar tanto o pensamento quanto a ação.

Adotou-se uma metodologia qualitativa de caráter crítico-interpretativo, fundamentada na abordagem dialética proposta por Nascimento e Sousa (2015). Esse método, descrito como a “contestação da realidadeposta”, busca “gerar uma apreciação sob outra perspectiva, enfatizando as suas contradições” (Nascimento; Sousa, 2015, p. 58). De acordo com Gil (2008), a metodologia de abordagem dialética é vantajosa por privilegiar mudanças qualitativas, diferentemente, pois, das pesquisas fundamentadas em abordagens quantitativas. Com base nessa abordagem, são analisadas as contradições e dualidades presentes na obra de Itamar Vieira Junior.

A partir desses enquadres, a análise foi estruturada pela teoria das três ecologias de Félix Guattari (1990), que expande o conceito de ecologia para além do meio ambiente físico, incorporando também a ecologia social e a ecologia mental. De acordo com Guattari (1990), as três ecologias são: a ecologia ambiental, voltada para a preservação e gestão do ambiente natural; a ecologia social, que examina as estruturas sociais e as relações humanas; e a ecologia mental¹³, que se ocupa da saúde psicológica e das condições subjetivas. O autor sustenta que esses três domínios são interdependentes, de modo que mudanças em um deles podem influenciar os outros. A integração dessas ecologias é definida por Guattari como Ecosofia. Em suas palavras:

Ecologia do meio ambiente — onde tudo é possível de acontecer, quanto às evoluções flexíveis e quanto às piores catástrofes ambientais; “cada vez mais, os desequilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas”, principalmente quanto à regulação das relações entre o oxigênio, o ozônio e

¹³ A ecologia mental também é chamada por Guattari (1990) como ecologia da subjetividade humana.

o gás carbônico; Ecologia social — deve trabalhar as relações humanas, reconstruindo-as em todos os níveis do *socius*; Ecologia subjetiva ou mental — será levada a reinventar a relação do sujeito como o corpo, a psique (inconsciência) e o consciente (Guattari, 1990, p. 52).

Guattari enfatiza a necessidade de uma abordagem integrada para enfrentar as crises ecológicas e sociais. Segundo o autor, “as três ecologias estão interligadas, e uma crise em um desses domínios tem repercussões nos outros” (Guattari, 1990, p. 24). Nesse sentido, ele propõe que a transformação das práticas e percepções humanas deve abranger todas as três dimensões, a fim de promover mudanças sustentáveis e eficazes. Essa perspectiva integrada é essencial para compreender as interconexões entre as crises ecológicas e sociais, bem como o papel da literatura enquanto espaço de reflexão crítica e resistência.

As três dimensões da teoria das ecologias, conforme Guattari, permeiam toda a narrativa de *Torto Arado*, manifestando-se por meio das perspectivas das três personagens-narradoras. O romance divide-se em três partes: “Fio de corte”, “Torto arado” e “Rio de sangue”, cada um revelando nuances das ecologias ambiental, social e mental.

A primeira parte, “Fio de corte”, narrada por Bibiana, concentra-se principalmente na dimensão ambiental, evidenciada pela intensa conexão entre a protagonista e o ambiente físico. Essa seção é caracterizada por uma rica simbologia natural, com o uso frequente de metáforas e comparações que refletem a interação entre as personagens e o ecossistema da região. Bibiana, que deixa a comunidade para estudar e retorna como professora, traz conhecimentos que a aproximam tanto do meio natural quanto da transformação das práticas locais. Sua narrativa destaca a relevância da ecologia ambiental, mostrando como a relação com a terra é central para a vida e a identidade da comunidade rural.

Em *Torto Arado*, a natureza não atua apenas como um pano de fundo narrativo, mas desempenha um papel ativo, estabelecendo um diálogo constante com as experiências internas das personagens. O ambiente natural é descrito de maneira simbólica e sensorial, reflete as emoções, os conflitos das personagens. No primeiro capítulo desta dissertação, esse vínculo será explorado em profundidade, com o objetivo de demonstrar como o espaço narrativo, mediado pela relação entre as personagens e o meio ambiente, revela dinâmicas simbólicas que transcendem a paisagem, promovendo reflexões sobre identidade, resistência e pertencimento.

A segunda parte, “Torto arado”, é narrada por Belonísia, irmã de Bibiana, que, após perder a fala na infância, oferece uma perspectiva centrada no aspecto social. Sua narrativa explora as dinâmicas domésticas, as relações interpessoais dentro da comunidade e aspectos históricos relevantes. Nesse contexto, Belonísia destaca a ecologia social, refletindo as interações humanas e as estruturas coletivas que moldam a vida comunitária. Essas questões serão exploradas no segundo capítulo desta dissertação, que dialoga diretamente com a ecologia social proposta por Guattari.

A análise também examinará os ecos sociais evidenciados pela perspectiva ecocrítica centrada na comunidade, destacando elementos como o discurso sindicalista, a organização de grupos quilombolas e o papel da mulher como protagonista no engajamento social. A obra aprofunda questões fundamentais do rural brasileiro, demonstrando como a literatura pode atuar tanto como um veículo para amplificar as vozes de grupos marginalizados quanto como uma ferramenta para a promoção de uma consciência ecológica e social integrada.

Por fim, a terceira parte, “Rio de sangue”, é narrada por Santa Rita Pescadeira, uma entidade espiritual que proporciona uma visão holística das personagens e aborda questões profundas relacionadas à religiosidade e às implicações éticas das ações, representando assim a ecologia mental, ou ecologia da subjetividade humana. Essa abordagem examina o estado psicológico e emocional dos indivíduos, mostrando como percepções, pensamentos e comportamentos influenciam e moldam a realidade ecológica em que estamos inseridos. Segundo Guattari (1990, p. 16), essa dimensão da ecologia busca “reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o ‘fantasma’, com o tempo que passa, com os ‘mistérios’ da vida e da morte”. O autor usa o termo “fantasma” no sentido psicanalítico, e na análise será feita uma associação ao fantasma que narra (ou à encantada, utilizando a linguagem do livro).

Guattari vê a ecologia mental como essencial para a saúde individual e coletiva, considerando a necessidade de mudanças no modo como as pessoas pensam e se relacionam com o mundo ao seu redor. Assim, nesse último capítulo da dissertação, será explorada a influência dessa narradora, que atua diretamente na psique das irmãs Bibiana e Belonísia. Essa entidade as orienta a utilizar seus corpos como instrumentos de luta pela posse da terra. O capítulo começa com uma contextualização sobre reforma agrária e resistência quilombola, evidenciando as tensões sociais e históricas subjacentes, e conclui com uma análise do simbolismo da

faca, objeto que, ao longo da narrativa, transcende sua materialidade e se torna um elemento central de engano, feitiço e múltiplos significados.

Para fundamentar a análise ecocrítica, foram utilizados os conceitos desenvolvidos por Glotfelty e Fromm (1996) e Garrard (2023), que discutem as interações entre literatura e meio ambiente, destacando o papel da narrativa na problematização das questões ecológicas. Além disso, são adotados os tropos de Garrard (2023) como categorias de análise, e utiliza-se a teoria de Gaia, conforme reelaborada por Boff (2011, 2026, 2020), que apresenta a Terra como um organismo vivo e interconectado, enfatizando a necessidade de uma abordagem ética e holística para a preservação do planeta. Complementarmente, integra-se o conceito de ecofeminismo, trabalhado por Shiva (1988) e Plumwood (1993), que articula as relações entre opressão de gênero, exploração ambiental e justiça social, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as interseções entre essas dimensões.

Ao final, este estudo busca contribuir para o campo da ecocrítica, oferecendo uma perspectiva sobre a obra analisada, visando à possibilidade de reimaginar a realidade, orientando-se por princípios de justiça, esperança e por uma ética que reconheça a interdependência entre o ser humano e a terra que habita.

3 TERRA QUE SEMEIA GENTE E CONCEBE HISTÓRIAS

*Lá bem longe o cacarejo¹⁴
Junto à voz de minha avó
Que tanto bem escondia
Debaixo da cama o seu*

*E o nosso passado, eu via
Dentro da sua mala o pó
E a luz de uma faca fria
Quase a me cegar os ói*

*Refletiu a minha irmã
Quis sentir o seu sabor*

*Bibiana e Belonísia
Desabava nossa vó
Fala ou te arranco a língua
Sem saber que a língua estava em minha mão*

*Tive que ser sua boca, sua vontade, e seu falar
Mesmo muda me contava tudo através do olhar
Meu sangue, minha irmã
[...]*

Na história da literatura brasileira, algumas obras se destacam por sua capacidade de capturar e refletir a sensibilidade crítica do contexto histórico de sua época. Essas produções podem oferecer uma leitura das dinâmicas sociais e culturais que moldam o momento histórico em que são escritas. O romance *Torto Arado* (Editora Todavia, 2019) é um notável exemplo dessa tendência.

O livro combina uma narrativa imersiva, convidando à reflexão sobre questões sociais complexas, ao longo de uma trama que destaca a profunda conexão entre sociedade e natureza, misturando drama familiar com crítica social e ambiental.

“Sobre a terra há de viver sempre o mais forte” (Vieira Junior, 2019, p. 262). É com essa frase de teor darwinista¹⁵ que o autor finaliza seu romance. Essa terra talvez não seja em si o espaço para selecionar o mais forte, mas é na expressão literária da natureza encontrada no Nordeste brasileiro que se apresenta como palco dos conflitos sociais vividos pelas personagens, além de constituir componente de seus vínculos

¹⁴ Início da música “Torto Arado”, adaptação composta por Rubel. Álbum: As Palavras, Vol. 1 & 2 (2023). Interpretada por: Rubel, Luedji Luna e Liniker. A continuidade da letra pode ser encontrada no início dos outros dois capítulos desta dissertação.

¹⁵ Referência à teoria da seleção natural formulada por Charles Darwin, segundo a qual, em um ambiente, indivíduos com características mais adaptadas têm maior probabilidade de sobreviver e reproduzir-se (Darwin, 2018). Na frase citada, a expressão evoca essa lógica de “sobrevivência do mais apto” como metáfora para disputas e resistências no contexto social e ambiental retratado no romance.

ancestrais e espaço de aprendizado, funcionando como cenário (ecossistema e bioma) e formando os indivíduos e a comunidade que a habitam.

Nesse âmbito, pode-se perceber, dimensões ecológicas em diversas passagens do livro, sobretudo nos cenários que envolvem a Fazenda Água Negra, principal localidade fictícia do romance, onde a natureza se apresenta exuberante, caracterizando bem a região da Chapada Diamantina, que ostenta peculiaridades de fauna e flora de dois biomas encontrados no Nordeste brasileiro, o Cerrado e a Caatinga (Giulietti *et al.*, 2004).

O romance apresenta personagens que possuem um profundo conhecimento sobre o ambiente em que vivem. Quando se considera a questão de como a relação com a natureza molda a vida das pessoas na narrativa, torna-se evidente que há dimensões ocultas no romance que ainda precisam ser exploradas mais a fundo. Nesse contexto, surge a pergunta: como *Torto Arado*, de Itamar Vieira Junior, dialoga com os aspectos da ecologia?

A partir dessa questão inicial, surgiu o projeto desta dissertação, que, tomando *Torto Arado* como *corpus* de análise, tem como principal objetivo propor uma interpretação hermenêutica sob a perspectiva da ecocrítica, uma abordagem teórico-literária que explora, entre outros temas, a relação entre a literatura e o ambiente (Glotfelty; Fromm, 1996).

Torto Arado se consolida como uma obra paradigmática na literatura, instigando novas formas de pensar a sociedade e seu vínculo com o ambiente. Apesar de seu impacto, há aspectos interpretativos que ainda carecem de maior atenção, especialmente aqueles que dialogam com os estudos ecocriticos desenvolvidos na Europa e na América Latina.

O romance conflagra uma sintonia ecológica dos seres humanos e inumanos com os elementos que compõem a natureza e os biomas onde as personagens estejam inseridas, levando-se em consideração não apenas a paisagem natural, mas todo o cenário social, político e cultural que se desenha no romance, considerando-os como componentes da ciência ecológica. A análise desta obra ecoliterária será orientada por quatro tropos ecocriticos, elaborados por Garrard (2023), que serão detalhados adiante.

Obras e estudos desse tipo têm o potencial de oferecer às pessoas uma nova oportunidade de repensar seus espaços ambientais e sociais, o que é fundamental diante dos diversos conflitos que a humanidade enfrenta com a natureza, como os

danos causados aos ecossistemas, o aquecimento global, os desmatamentos ilegais, e os rompimentos de barragens. Essas reflexões podem ajudar as pessoas a compreender esses problemas, buscar soluções e prevenir conflitos futuros.

Trata-se de um romance que critica uma sociedade fundada em opressões institucionais e estruturais contra as pessoas que a compõem, mas também revela uma forte dimensão ecológica, explicitando a necessidade de sensibilizar o olhar para a natureza. Adotar uma perspectiva ecológica, pelo viés interpretativo da ecocrítica em *Torto Arado*, é entrever, na literatura, uma reflexão sobre o ser humano não apenas como habitante do mundo, mas também como elemento integrador e transformador dele.

Na próxima seção, será apresentado um resumo detalhado da narrativa, com o objetivo de oferecer ao leitor uma compreensão mais ampla do enredo e das inter-relações entre as personagens principais. É fundamental entender como o autor constrói um universo em que as questões sociais e ecológicas estão intrinsecamente ligadas, em que o sofrimento causado pelas desigualdades sociais e econômicas se entrelaça com a conexão profunda com a terra e o meio ambiente. Esse contexto fornecerá a base necessária para a subsequente análise ecocrítica, na qual será investigado como *Torto Arado* não apenas retrata a luta pela sobrevivência em um contexto adverso para as personagens centrais, mas também revela a interdependência entre os seres humanos e o ecossistema a que pertencem.

3.1 Pisando e sentindo o chão de Água Negra

A história de *Torto Arado* acontece no interior da Bahia, em uma comunidade rural fictícia, situada na Fazenda Água Negra, onde trabalhadores vive em condições de servidão e exploração. Nesse cenário, as vidas das personagens são moldadas pela dureza do trabalho no campo, pelas desigualdades sociais e pela resistência na preservação de tradições ancestrais. A narrativa reúne enredos entrelaçados e diversas personagens, tendo como foco central as irmãs Bibiana e Belonísia, filhas de Zeca Chapéu Grande e Salustiana Nicolau, que nascem e crescem nesse ambiente opressor e desafiador.

Uma dificuldade de muitos leitores de *Torto Arado* tem sido identificar com precisão o período e o local em que a história se passa. Essa escolha do autor é uma estratégia inteligente, pois articula uma narrativa ambientada em décadas passadas

com o momento de publicação do romance, evidenciando desdobramentos que ainda repercutem na atualidade. No entanto, não é difícil situar, dentro do contexto da história brasileira, o período em que os eventos narrados por Itamar Vieira Júnior ocorrem. Navarro e Paula (2020, p. 9) destacam que “toda a família de Zeca Chapéu Grande, incluindo suas filhas Bibiana e Belonísia, vivem em regime de servidão na fazenda Água Negra, nos confins do sertão brasileiro”. Mais adiante, afirmam que “Vieira Júnior não delimita o seu romance em um marco histórico definido. No entanto, o foco narrativo se plasma no contexto dos conflitos pela terra no sertão do Brasil” (p.10).

Essas colocações apresentam dois problemas. O primeiro é a visão do sertão como uma região homogênea. É comum que leitores, inclusive críticos pouco familiarizados com a diversidade dos sertões brasileiros enxerguem a região como um espaço único ou isolado. Embora a Chapada Diamantina pudesse ser considerada remota e de difícil acesso no período retratado no romance, especialmente nas áreas rurais devido ao relevo acidentado, hoje é um dos destinos turísticos mais visitados da Bahia. Portanto, o sertão descrito por Itamar não é ermo; ele se encontra mais próximo das pessoas atuais, tanto geográfica quanto temporalmente, do que estas imaginam.

O segundo problema é a afirmação de que o romance não apresenta um marco histórico definido. É correto afirmar que ele não define um fato histórico para associar à história. Mas embora a narrativa não seja pontuada por anos ou datas específicas, elementos contextuais fornecem pistas temporais claras para um leitor atento. Referências são destacadas em trechos abaixo, como a presença dos carros Gordini (lançado no Brasil em 1962) e Ford Rural (popularizado na década de 1970), além da garrafa de Coca-Cola (disponível no Brasil desde 1941), um dos símbolos do capitalismo, sendo utilizada como vaso no altar de Belonísia.

Esses elementos indicam que a história de *Torto Arado* ocorre entre as décadas de 1950 e 1980. Portanto, esse marco histórico é delimitado de certa forma, pois corresponde a uma época em que o Estado brasileiro ainda não possuía uma legislação eficaz voltada para a organização agrária, o que impactou sobretudo diversas famílias descendentes de pessoas escravizadas, além de comunidades indígenas e agricultores de base camponesa.

Nessa noite, em particular, estava presente o prefeito. Havia cinco anos, meu pai tinha atendido um de seus filhos. Vieram buscá-lo de carro, um **Gordini** vermelho, coisa nunca vista em Água Negra. Até então só conhecíamos a **Ford Rural** da fazenda e os carros que vimos na estrada quando fomos para o hospital por causa do acidente [...] (Vieira Junior, 2019, p. 65, grifo nosso).

[...] Apelei para sua fé, que de certa forma refletia a minha também, para lembrar, apontando para o céu e para o meu pequeno altar de santos na sala — um santinho de são Sebastião crivado de flechas, um porta-retratos faltando uma das tiras laterais, com uma imagem escurecida de são Cosme e são Damião, uma pequena imagem de Nossa Senhora Aparecida, outra de santa Bárbara, uma imagem nova de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que me foi dada por comadre Nini e uma garrafa de **Coca-Cola** com ramalhetes de sempre-vivas que colhia na fazenda [...] ((Vieira Junior, 2019, p. 141–142, grifo nosso).

A indefinição quanto à época exata retratada reflete outra característica marcante da obra: a dualidade, presente tanto nos aspectos simbólicos quanto nos narrativos. Essa oposição se manifesta de diversas formas: entre tradição e modernidade, opressão e resistência, terra e habitantes, poder dos fazendeiros-herdeiros e resiliência dos trabalhadores. Esse recurso narrativo intensifica a complexidade do enredo, permitindo que os conflitos sociais e culturais sejam compreendidos não como opostos isolados, mas como forças interligadas que moldam a vida coletiva e individual das personagens, conferindo ainda uma caracterização mais realista, na qual as contradições passam a ser entendidas como parte do cotidiano. Em meio a uma existência permeada por tensões e inseguranças, as famílias de trabalhadores rurais praticam uma religião particular, o Jarê¹⁶, que realmente existe no interior da Bahia, referência originada das pesquisas do autor para a composição da obra.

¹⁶ A crítica, especialmente em sites e blogs de notícias, frequentemente associa o romance *Torto Arado* ao realismo mágico, também conhecido como realismo fantástico, um estilo literário que combina elementos mágicos ou sobrenaturais a um cenário realista e que tem sido amplamente relacionado à literatura latino-americana. No contexto dessa tradição, o realismo mágico estabelece, de forma mais ou menos simbólica, relações com a opressão e a violência típicas de regimes ditatoriais latino-americanos, o que reforça a conexão do romance estudado com essa tendência. No entanto, o próprio autor discorda dessa associação, argumentando que a espiritualidade das personagens, expressa pela religião do Jarê, não tem nada de sobrenatural, mas constitui-se em parte integrante do modo de vida delas: “Inclusive, falam do livro, e eu não gosto muito, dizendo que é realismo mágico. Eu digo que isso é a realidade, não tem nada de realismo mágico, porque é assim que as pessoas veem e observam esta realidade” (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022). Apesar desse posicionamento do autor, não é apenas a presença da religiosidade que aproxima a obra do realismo mágico; outros elementos significativos, como a simbologia da faca, que será analisada no capítulo final desta dissertação, também contribuem para essa conexão.

A partir do Jarê¹⁷, eles cultivam um profundo respeito pela natureza e pelos rituais que ligam os vivos aos ancestrais. É nesse contexto que as irmãs Bibiana e Belonísia, passíveis de interpretação sob a perspectiva da dualidade, crescem, aprendendo desde cedo o lugar que ocupam naquela pequena sociedade da fazenda e a relevância da solidariedade familiar e comunitária.

O ponto de partida da história ocorre ao final do primeiro capítulo, quando as irmãs, ainda crianças, encontram uma faca antiga numa mala escondida embaixo da cama da avó Donana. Curiosas e ignorando o perigo, as meninas começam a admirar a faca com cabo de sabre, o que leva a um acidente trágico: Belonísia, ao querer sentir o gosto do metal, imitando a irmã, puxa a faca da boca dela e põe na sua, cortando a língua em seguida. Bibiana também tem a língua cortada, mas a de Belonísia é mutilada. Esse evento traumático silencia a menina para sempre, mas, paradoxalmente, institui uma dependência de uma para com a outra, o que reforça o vínculo entre as duas irmãs ao longo dos anos.

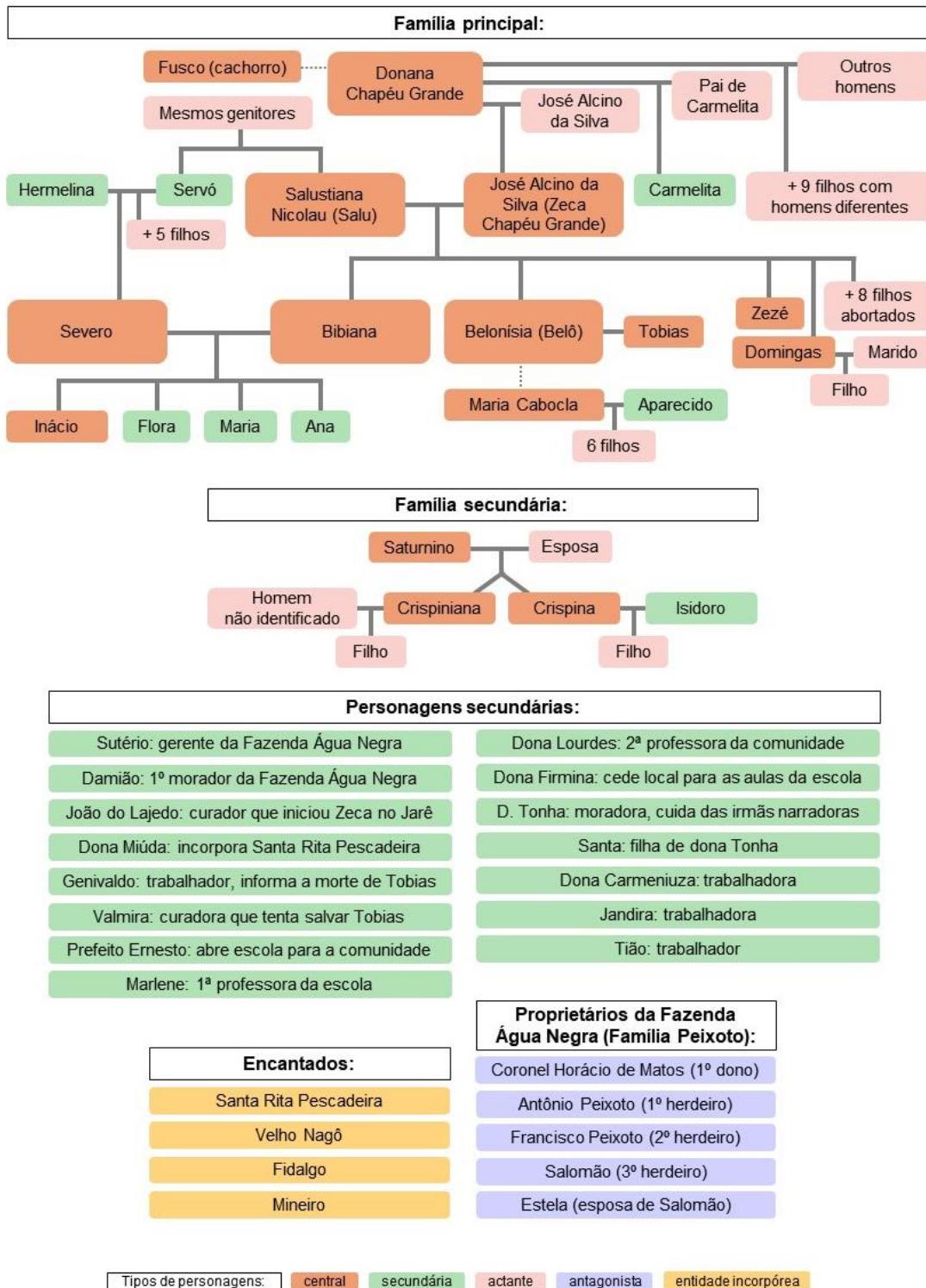
Após o acidente, Bibiana se sente responsável por Belonísia, cuidando dela e aprendendo a interpretar seus gestos, bem como criando com a irmã uma forma de comunicação fraternal. O silenciamento de Belonísia é um símbolo muito presente na narrativa e simboliza o silenciamento imposto a toda a comunidade negra.

Todas as personagens do romance estão organizadas na Figura 2 (mais adiante neste texto), incluindo as centrais, as secundárias e as antagonistas, que se opõem principalmente aos trabalhadores. Além dessas categorias, destacam-se as entidades incorpóreas, denominadas no romance como encantados, e os actantes¹⁸.

¹⁷ A tese de Banaggia (2013), transformada em livro pela editora Garamond em 2015, ajudou Itamar Vieira Junior a entender o Jarê para a composição de *Torto Arado* (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 405). Conforme a tese, o Jarê é uma religião de matriz africana praticada exclusivamente na região da Chapada Diamantina, e que, até hoje, tem sido objeto de raros estudos antropológicos. O primeiro registro acadêmico dessa prática foi realizado por Ronaldo de Salles Senna, pesquisador natural da Chapada, que abriu caminho para o estudo desse culto com sua dissertação de mestrado, apresentada na Universidade Federal da Bahia. Segundo Senna (1973, apud Banaggia, 2013), o Jarê teria se originado no século XIX a partir da fusão de elementos da tradição nagô sobre uma base religiosa de influência banto. Essa hipótese é sustentada por evidências linguísticas e relatos de antigos moradores da região, sugerindo que o desenvolvimento do Jarê na Chapada Diamantina seguiu um processo semelhante ao que deu origem aos candomblés em outras partes do Brasil.

¹⁸ Na classificação das personagens utilizou-se o termo “actante” para representar aquelas que são apenas citadas ou referenciadas para cumprir uma função na narrativa. O termo é fundamentado em estudos de Greimas (1983, p. 49), que fez uma distinção entre os conceitos de “actante” e “ator”. O primeiro refere-se a um componente do nível narrativo que possui um caráter lógico, sintático e abstrato. Em contraste, o “ator” é o que se concebe como personagem: é apresentado de maneira figurativa, animada e suscetível de individualização.

Figura 2 – Representação de todas as personagens do romance *Torto Arado* com duas classificações distintas: 1) pela função que desempenham na narrativa, diferenciadas por cores (personagem central, secundária, actante, antagonista e entidade incorpórea); e 2) pelos vínculos entre as personagens dentro dos dois núcleos familiares da história. Nesta representação, as linhas horizontais indicam relacionamentos, as verticais indicam filiação, as bifurcadas representam irmãs gêmeas, e os fortes vínculos entre personagens não-familiares são representados por linhas tracejadas



Fonte: Elaborada pelo autor, 2025.

A primeira família ilustrada é a das irmãs, que constitui o núcleo central para o desenvolvimento da narrativa. Zeca Chapéu Grande, o pai, é uma das personagens de grande importância, tanto dentro da família quanto na comunidade. Ele é um dos primeiros moradores da fazenda, sendo bastante respeitado devido ao fato de ter assumido a função de líder espiritual na comunidade. É quem desempenha a função de curandeiro, parteiro, mentor espiritual dos encantados, sendo também um mediador entre os trabalhadores e os fazendeiros.

Donana, mãe de Zeca, foi a personagem responsável por ensiná-lo a manejar as ervas medicinais e a fazer partos; já a personagem João do Lajedo foi quem o iniciou no Jarê. Em um determinado ponto da história, Salustiana, esposa de Zeca, assume a responsabilidade pelos partos na comunidade, tornando-se a “mãe de pegação” de muitas crianças, título que havia pertencido anteriormente a Donana antes de sua morte.

Esse líder comunitário é o elo de dois lados da estrutura social da fazenda, que foi estabelecida em cima de uma hierarquia rígida, onde os trabalhadores rurais são subservientes aos proprietários das terras, a família Peixoto. Os Peixoto, descendentes de um antigo coronel, representam a continuidade da exploração e do poder sobre os descendentes de pessoas escravizadas que passaram a viver à margem das grandes fazendas.

É nesse contexto que Bibiana e Belonísia crescem e formam suas identidades de maneiras muito distintas. Bibiana foge com o primo Severo, casa-se, torna-se professora fora de Água Negra, e depois retorna à comunidade. Ela representa uma pessoa que se mostra mais combativa, questionando a ordem estabelecida e buscando formas de melhorar a vida de sua comunidade a partir da tomada de consciência de classe coletiva.

Bibiana e Severo se envolvem com movimentos sindicais e camponeses de resistência que começam a surgir na região, influenciados pela luta por direitos trabalhistas, pela reforma agrária e direitos de comunidades quilombolas. Por outro lado, Belonísia, com sua limitação imposta pelo acidente, desenvolve uma relação íntima e mais profunda com a terra. Casa-se, enfrenta uma experiência negativa com o marido alcoólico e, após a morte dele, decide viver isolada, e passa a querer viver isolada. Ela se torna uma figura quase mítica dentro da comunidade, representando certa resistência silenciosa e uma conexão espiritual com a natureza, principalmente

devido à sua relação com a terra, com o trabalho e com a casa (também construída de terra).

A faca com a qual ela cortou a língua reaparece na história. Apesar de ter sido enterrada pela avó perto do rio após o acidente, Tobias, o marido, a encontrou e a guardou em casa. Após ficar viúva, ela conclui que a experiência desagradável do matrimônio teve o propósito de permitir a recuperação desse objeto, que passou a ser utilizado para proteger sua amiga Maria Cabocla da violência doméstica.

Belonísia estabelece um vínculo com essa outra personagem feminina. As cenas entre as duas são particularmente intensas e, em várias delas, a narrativa sugere a possibilidade de um vínculo afetivo mais profundo, sem que isso seja explicitamente confirmado. Contada a partir da perspectiva de Belonísia, essa possível interação sáfica se desenvolve por meio de diversas metáforas. Sob essa ótica, o relacionamento evidencia que a resistência também se manifesta na esfera afetiva e emocional diante do cenário violento e arbitrário apresentado na história. Além disso, a relação se conecta às terras de Belonísia, que passa a destinar parte de sua produção para alimentar a amiga e seus filhos, desenvolvendo por ela sentimentos de cuidado e carinho.

Um acontecimento importante é a morte de Zeca Chapéu Grande, que desestabiliza a estrutura social da fazenda. Sem a figura de Zeca para mediar os conflitos, a tensão entre os trabalhadores e os fazendeiros atinge seu ápice. Sua função como líder é transferida para Bibiana e Severo, que assumem uma posição de destaque na luta por melhores condições de vida e trabalho. Severo representa o simbolismo do líder sindical e comunitário, que mais tarde se torna um mártir da causa. Sua esposa, então, assume a liderança da comunidade, levando consigo o legado do pai e o que vinha construindo com o marido. Mas Bibiana retrata uma liderança muito diferente da que o pai manifestava.

Zeca, vindo da fazenda Caxangá, mantinha uma relação de subserviência e gratidão em relação ao patrão de Água Negra, que lhe havia concedido um espaço de terra para a construção de sua casa e a sua instalação naquela nova localidade. Enquanto isso, Bibiana, assim como qualquer pessoa que nasceu naquela terra, sempre teve um sentimento mais intenso de pertença. Com isso, personifica o desejo de transformação e de ruptura com as estruturas opressoras com as quais ela convive desde menina.

À medida que a narrativa avança, as transformações sociais ganham evidência na comunidade, especialmente sob a influência das mulheres. Bibiana e outras personagens femininas emergem como forças de mudança, desafiando o mandonismo local e lutando por uma nova perspectiva para suas famílias e para toda a comunidade.

A parte final do romance é narrada pela encantada Santa Rita Pescadeira, que, após perder seu cavalo — a pessoa cuja incorporação ela utilizava, a personagem Dona Miúda, que também vem a falecer —, assume um papel decisivo na conclusão da história. Santa Rita Pescadeira, como entidade espiritual, resgata a história da origem da faca e a recontextualiza. Ela conta que o objeto remonta a um evento-chave na vida de Donana, durante uma visita de um homem branco e rico à Fazenda Caxangá, onde ela residia. A faca é roubada por ela com a intenção de obter algum lucro. No entanto, afeiçoa-se ao objeto, não conseguindo se desfazer dele. Depois, torna-se um instrumento de defesa fundamental, utilizado para proteger-se das constantes agressões do marido. Em um ato desesperado e violento, ela o mata com a própria faca. Após o crime, Donana envolve a faca ensanguentada em um pano e a oculta dentro de uma mala; encontrada, anos depois, por suas netas, trazendo à tona o objeto carregado de um passado de dor e vergonha, que a avó revisita novamente após o acidente que mutila Belonísia.

A faca, recuperada por Tobias e de posse de Belonísia, reaparece como símbolo de justiça e resistência. Santa Rita Pescadeira, agora incorporada nas irmãs, prepara um confronto final com Salomão, o último herdeiro da terra pertencente aos antagonistas da história (cf. Figura 2). Santa Rita faz com que Bibiana abra uma cova, preparando uma armadilha para a caça, formada por um buraco disfarçado com taboa seca e palha de buriti. Dias depois, a entidade incorpora Belonísia, que, empunhando a faca, golpeia fatalmente o pescoço do herdeiro, que cai e ainda tenta escapar. A morte de Salomão metaforiza a caça de uma onça, um forte símbolo na história de Donana. Ao concluir o romance com a frase “Sobre a terra há de viver sempre o mais forte”, Itamar Vieira Junior sugere que a morte de Salomão simboliza não apenas a derrota de um representante dos usurpadores do direito e do acesso à terra, mas também uma vitória sobre as estruturas de poder patriarcais que ele representa.

3.2 “A cabeça pensa onde os pés pisam”: Humanidades ambientais e ecocrítica

A frase que intitula esta seção, atribuída ao geógrafo Milton Santos, destaca a estreita relação entre o ambiente físico e a formação do conhecimento. Santos (1996) argumenta que nossa compreensão do mundo é intrinsecamente moldada pelas condições geográficas, sociais e culturais em que estamos inseridos.

Essa perspectiva encontra eco nas humanidades ambientais, que compõem uma área interdisciplinar onde se integram perspectivas das ciências humanas e sociais para compreender e abordar questões ambientais complexas. A abordagem considera as dimensões culturais, éticas, históricas e filosóficas das relações entre humanos e o ambiente, buscando soluções que superem a tecnociência tradicional.

De acordo com Iovino e Oppermann (2014, p. 2), “as humanidades ambientais exploram as narrativas e significados que moldam a maneira como os seres humanos percebem e interagem com o mundo natural, e como essas narrativas podem ser transformadas para promover uma coexistência mais sustentável”. Assim, elas oferecem uma visão crítica e holística das crises ambientais contemporâneas, promovendo um diálogo entre a ciência, a ética e a cultura.

A ecocrítica, por sua vez, é uma disciplina central dentro das humanidades ambientais, voltada para analisar textos literários e culturais e compreender como as questões ambientais são representadas e interpretadas.

Conforme Glotfelty e Fromm (1996, p. xix), a ecocrítica estuda a relação entre literatura e ambiente físico, partindo da premissa de que a literatura, assim como a Terra, está interligada às questões ambientais. Diante disso, a ecocrítica adota uma abordagem centrada na Terra e contribui para as humanidades ambientais ao fornecer percepções sobre as formas como as narrativas culturais (e literárias) moldam e são moldadas pelas questões ecológicas.

Atualmente, em diversos países da Europa e da Hispano-América, a ecoliteratura — também chamada de ‘literatura ambiental’ ou ‘literatura ecológica’ nos Estados Unidos, de acordo com o professor Dr. Scott Slovic, um dos principais pesquisadores da ecocrítica (Junquera; Henríquez; Vigal, 2010) — refere-se ao conjunto de obras literárias com viés ecológico. Ela desempenha um papel inicial como aporte de objetos de estudo para serem aplicadas as ferramentas de análise da ecocrítica. Dentre os resultados atribuídos após a abordagem ecocrítica está a

possibilidade de entrever as conexões em relações e interdependências entre as personagens humanas e não humanas¹⁹ com a natureza.

A ecocrítica, assim, figura como uma vertente da teoria literária contemporânea que estuda textos culturais e a maneira com a qual eles produzem noções de ‘natureza’, ‘animalidade’ e ‘materialidade’, entre outras, por meio de representações, que consequentemente influenciam práticas concretas (Nayar, 2009), ou com algum direcionamento, como as práticas educativas.

A crítica ecológica ganhou destaque na segunda metade do século XX, especialmente com o surgimento do movimento ecologista nos anos 1960. Nos Estados Unidos, foi onde essa abordagem surgiu, impulsionada pelo crescente interesse em compreender as relações entre os seres e o mundo natural. Essa nova crítica ficou conhecida como *ecocriticism* ou ecocrítica (Casal, 2021) e, por conseguir estabelecer relações entre textos literários (e outras artes) com o ambiente, à medida em que se investigam as maneiras de se imaginar e retratar artisticamente a natureza, tornou-se um dos ramos mais importantes da literatura comparada.

Ecocriticism é o nome do livro em que Greg Garrard (2023)²⁰ sistematiza a ecocrítica como um campo de estudo e examina as maneiras pelas quais se imagina e retrata a relação entre humanos e ambiente em diversas áreas da produção cultural, incluindo poesia romântica, documentários sobre vida selvagem, modelos climáticos, filmes e obras literárias. No livro, ele discute como a literatura reflete e influencia as questões ecológicas, abordando como as representações artísticas trabalham temas como a exploração ambiental, o antropoceno, a sustentabilidade, entre outros. Além disso, é o autor que destaca as principais abordagens e tropos ecocríticos.

¹⁹ Na perspectiva ecocrítica, Garrard (2023) aponta que o termo usado para designar os seres não humanos é controverso. No capítulo “Animals” de *Ecocriticism*, ele retoma o ponto de vista de Brett Mills, presente em *Animals on Television: The Cultural Making of the Non-Human* (2017), que argumenta que a “natureza” é frequentemente vista como uma categoria a-histórica, ou seja, sem história e imune a mudanças, de forma semelhante ao conceito de “natureza humana”. Nesse contexto, a ecocrítica e os campos de estudos relacionados buscam, conforme Mills, “problematizar e desmantelar a naturalização do conceito de natureza”. Para Timothy Clark (2011 *apud* Garrard, 2023), “o que qualquer escritor chama de ‘natureza’ pode sempre ser lido como uma construção cultural/política, mas a cultura sempre depende e é abrangida pela natureza real, que exige reconhecimento”. Assim, para os ecocríticos, tanto o conceito de “natureza” quanto a expressão “não humanos” são problemáticos, pois a última sugere ausência ou deficiência, reforçando hierarquias que colocam os seres humanos acima das demais espécies. Por essa razão, Garrard (2023) opta pelo uso do termo “outro-que-humano” para se referir a todos os organismos vivos e não vivos presentes na natureza.

²⁰ Esta é a terceira edição do livro, revisada e atualizada. No entanto, no caso do português, apenas a primeira edição, publicada em 2004 pela editora Routledge, foi traduzida e lançada pela Editora Universidade de Brasília em 2006.

Garrard (2023) explora como a literatura reflete, molda e questiona as atitudes humanas em relação à natureza e à ecologia, organizando o livro em torno de diferentes tropos ecológicos, como pastoral, apocalipse, selvageria, habitação, indigeneidade, animais e a Terra. Cada capítulo examina como esses temas são tratados na literatura, destacando as formas como os textos literários podem influenciar a percepção pública das questões ambientais.

Em *Ecocriticism* também se discutem as complexidades e debates dentro da ecocrítica, incluindo a tensão entre abordagens conservacionistas e preservacionistas, e a crítica à forma como a natureza é romântizada ou instrumentalizada na literatura. Reconhecido por sua clareza e acessibilidade, o livro é amplamente utilizado como texto fundamental para estudos ecocriticos, enfatizando a importância de uma abordagem crítica e consciente da literatura e da cultura no embate contra as crises ambientais que emergem na contemporaneidade.

Garrard (2023) refaz o histórico da ecocrítica, mencionando que o termo “*ecocriticism*” foi introduzido pela primeira vez por William Rueckert em 1978. Posteriormente, em 1992, surgiu a Association for the Study of Literature and the Environment (ASLE), e em 1996 foi publicado o livro *The Ecocriticism Reader*, de Cheryll Glotfelty e Harold Fromm, que alicerçou as bases desse campo de estudo.

Uma definição muito precisa e abrangente é da pesquisadora Cheryl Lousley, que Garrad (2023) compartilha:

A ecocrítica descreve e confronta os encontros e os emaranhamentos socialmente desiguais da vida terrena, desde o petrocaptalismo até histórias de câncer e a poesia do canto dos pássaros. Como um modo político de análise literária e cultural, a ecocrítica busca compreender e intervir na destruição e diminuição dos mundos vivos. Abrangendo engajamentos críticos em diferentes períodos históricos, textos culturais e formações culturais, a ecocrítica concentra-se nos modos estéticos, significados sociais, contextos, genealogias e contrapontos das práticas culturais que contribuem para a ruína e a resiliência ecológica. Um pressuposto central é que as crises ambientais têm dimensões sociais, culturais, afetivas, imaginativas e materiais (Lousley, 2020 *apud* Garrard, 2023, tradução nossa).

Como uma área interdisciplinar, a ecocrítica passou por diferentes fases, marcadas por mudanças em seus enfoques teóricos e metodológicos. Em seu início, o objetivo era identificar imagens da natureza em obras literárias clássicas e analisar estereótipos que auxiliavam na interpretação dos textos.

Essa abordagem inicial estava vinculada à tradição pastoral da antiguidade clássica, o que justificava a ênfase na catalogação (Pinheiro, 2021). Garrard (2023)

descreve essas fases como ondas, sendo a primeira reconhecida através do livro *The Future of Environmental Criticism*, de Lawrence Buell, nos anos 1990. Nesse momento, buscava-se proteger a natureza das intervenções humanas, considerando a ciência como um contraponto ao subjetivismo e ao relativismo cultural.

Em uma etapa seguinte, a ecocrítica passou a resgatar tradições marginalizadas relacionadas a textos sobre a natureza, questionando quais autores e obras foram excluídos e as razões por trás dessa exclusão. As duas primeiras fases dedicaram-se à criação de um *corpus* literário que consolidasse a ecoliteratura (Pinheiro, 2021). Conforme Garrard (2023), a segunda onda assumiu uma postura mais crítica em relação à ciência, enfatizando uma influência de mão dupla entre natureza e cultura, aproximando-se do movimento de justiça ambiental e ampliando o escopo literário, incluindo textos nem sempre explicitamente focados no ambiente natural.

Na fase mais recente, a ecocrítica tem se aprofundado em questões teóricas, analisando as formas como as relações entre humanos e o meio natural são representadas na literatura. Essa evolução reflete a consolidação do campo, que agora busca uma compreensão mais ampla e crítica dessas representações.

O marco dessa fase se dá em 2009, quando Scott Slovic e Joni Adamson apresentaram uma terceira onda de ecocrítica, caracterizada por uma abordagem que reconhece diversidades culturais e ultrapassa limites étnicos e nacionais. Essa nova fase incorpora perspectivas ecocosmopolitas, multiétnicas, transnacionais e queer/trans, ampliando ainda mais o alcance do campo (Garrard, 2023), conseguindo levar a ecocrítica a outros espaços de discussão.

Os estudos mais recentes convergem, portanto, para os objetivos propostos por essa terceira onda ou fase. Segundo a sistematização apresentada por Pinheiro (2021), diversas abordagens teóricas têm emergido no campo da ecocrítica, incluindo o cornucopianismo, o ambientalismo, a ecologia profunda, o ecofeminismo, o ecomarxismo e a ecofilosofia heideggeriana.

Neste horizonte, esta dissertação propõe integrar diversas perspectivas críticas, permitindo uma análise do *corpus* do estudo sob múltiplos prismas. Na próxima seção, são elucidadas as abordagens, iniciando pelo ambientalismo, seguido pela ecologia profunda, ecofeminismo, ecomarxismo, ecofilosofia heideggeriana e ecosofia guattariana. Por fim, exploram-se os tropos ecocríticos utilizados nesta pesquisa: pastoral, selvageria, habitação e cornucopianismo.

3.3 Abordagens teóricas para a ecoliteratura

O ambientalismo tem como objetivo proteger e preservar os recursos naturais para o benefício dos seres humanos, sem necessariamente promover mudanças sociais radicais. Conforme Garrard (2023), o ambientalismo ocidental moderno origina-se no prólogo de *Silent Spring* (1962)²¹, de Rachel Carson, que evoca a antiga tradição pastoral. Considerado o marco fundador do ambientalismo moderno, o livro não apenas é iniciado com uma parábola poética, mas também recorre aos gêneros pastoral e apocalíptico. A maior conquista da publicação foi transformar o problema científico relacionado à ecologia, especificamente o uso indiscriminado de pesticidas como o DDT (diclorodifeniltricloroetano), em uma questão ecológica amplamente reconhecida, que passou a ser debatida e contestada política e juridicamente, na mídia e na cultura popular.

Na década de 1990, quando a ecocrítica estava emergindo como um campo literário distinto, ela foi influenciada pela ecologia profunda (Garrard, 2023), que advogava por uma mudança de valores centrados nos seres humanos para uma perspectiva centrada na natureza, reconhecendo o valor intrínseco de todos os seres vivos.

A ecologia profunda critica o dualismo antropocêntrico, que separa a humanidade da natureza, considerando-o como a raiz de crenças e práticas prejudiciais ao meio ambiente. De forma semelhante, o ecofeminismo questiona o dualismo androcêntrico, que divide os papéis entre homem e mulher. O ecofeminismo propõe que ambos os dualismos compartilham uma “lógica de dominação” comum ou um “modelo dominante” subjacente, que precisa ser revertido. Nesse contexto, as mulheres têm sido frequentemente associadas à natureza, ao material, ao emocional e ao particular, enquanto os homens foram historicamente vinculados à cultura, ao imaterial, ao racional e ao abstrato (Warren; Wells-Howe, 1994; Davion, 1994 *apud*

²¹ Conforme Garrard (2023), este livro serve como uma introdução crítica ao campo da ecocrítica contemporânea. Para moldar seu material científico, a autora utilizou estratégias retóricas, como o uso de imagens pastorais e apocalípticas, bem como as alusões literárias. Isso faz com que o livro possa ser analisado sob uma perspectiva “literária” ou “cultural”. Por tal, Garrard afirma que essa abordagem constitui o que se denomina “ecocrítica”. *Silent Spring*, publicado no Brasil em 1969 e novamente em 2010 com o título *Primavera Silenciosa*, é um dos poucos livros que foram capazes de transformar a história da humanidade, porque promoveu uma mudança na percepção global sobre os riscos de uma relação negligente com a natureza. Essa obra não apenas levou à proibição de substâncias específicas na agricultura, mas também abriu espaço para um debate essencial sobre a saúde humana, a preservação ambiental e o uso responsável de produtos químicos (Carson, 2010).

Garrard, 2023). É preciso desnaturalizar o gênero para conseguir romper com a dualidade (Butler, 2003)²². O tema do ecofeminismo será abordado de forma mais aprofundada no capítulo 2.

Já Glotfelty (1996) compara a ecocrítica ao feminismo e ao marxismo. Assim, o ecomarxismo argumenta que os problemas ambientais decorrem de sistemas de dominação ou exploração de seres humanos por outros, como no conflito entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção. O ecomarxismo será melhor elucidado também no capítulo 2.

Por fim, uma das abordagens ecocriticas igualmente muito utilizadas é a ecofilosofia heideggeriana. Nessa abordagem ocorre a crítica à modernidade industrial, sugerindo que o processo histórico impede que as coisas se revelem por conta própria, promovendo uma relação mais autêntica com o ser e a natureza. Assim, a ecofilosofia busca entender o papel do ser humano na natureza e a forma como as questões ecológicas se unem aos conceitos filosóficos como ética, política e conhecimento (Targa, 2022).

Ecofilosofia é um conceito que subjaz tanto ao pensamento de Martin Heidegger quanto ao de Gilles Deleuze e de Félix Guattari, assumindo um caráter mais ontológico, isto é, voltado ao estudo do ser, da existência e da realidade. Sendo que, na análise operada por Heidegger, o antropocentrismo ontológico prevalece sobre o conceito de ecofilosofia, enquanto que “na análise ontológica operada por Deleuze e Guattari, os conceitos de agenciamento, de multiplicidade e de hecceidade derrotam os conceitos [heideggerianos] de unidade, de totalidade e de ipseidade” (Cf. Modenesi, 2021, p. 11). Portanto, esses conceitos colocam o antropocentrismo ontológico em uma posição inferior à ecofilosofia. Em outras palavras, Deleuze e Guattari conseguem elaborar uma ecofilosofia que, diferentemente de Heidegger, não coloca o ser humano no centro, nem o destaca do ambiente como um ser separado e superior.

Somente sob esta condição, sob a condição de criar um conceito de ecofilosofia consistente, que Guattari poderá pensar, por exemplo, as três ecologias enquanto três novos conceitos, que justamente dão nome à sua obra, de 1989, a saber, a ecologia ambiental, a ecologia social ou coletiva e a ecologia individual [ou mental, subjetiva], assim como a ecosofia enquanto um novo saber, que envolve uma ética, uma estética e uma política, relativo às últimas (Modenesi, 2021, p. 11).

²² Para um aprofundamento no conceito de gênero, recomenda-se a leitura do capítulo “Gênero, Mulheres, Agroecologia”, presente em Torres (2021).

Em razão disso, a ecofilosofia e a ecosofia são conceitos distintos, embora ambos envolvam reflexões filosóficas sobre o meio ambiente e a relação entre os seres humanos e a natureza. A origem da ecosofia não remonta apenas a Guattari, mas também a outro filósofo que contribuiu para sua compreensão: o norueguês Arne Næss (1973), pai da ecologia profunda (Guattari, 1990). O pensamento dos dois filósofos converge na defesa de um novo paradigma que ultrapasse os limites da lógica cartesiana, fundamento das sociedades modernas, que atribui ao ser humano um posicionamento central na estrutura do mundo.

Guattari (1990) incorpora o componente social em sua concepção de ecosofia, destacando a necessidade de propostas voltadas à emancipação social. Ele argumenta que, ao longo do século XX, as lutas sociais foram amplamente moldadas pelo paradigma da revolução e pelo marxismo. Em sua perspectiva pós-marxista, a ecologia deve ser entendida como o estudo de fenômenos complexos que englobam o meio ambiente, as relações sociais e a subjetividade humana, amarrando essas esferas com um princípio de interdependência. Assim, em suas palavras, na obra *As três ecologias* (1990), os conceitos, por vezes denominados ecologia e outras vezes ecosofia, são apresentados da seguinte maneira:

A **ecosofia social** consistirá, portanto, em desenvolver práticas específicas que tendam a modificar e a reinventar maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho, etc. (Guattari, 1990, p. 15, grifo nosso)

A **ecosofia mental**, por sua vez, será levada a reinventar a relação do sujeito com o corpo, com o fantasma, com o tempo que passa, com os ‘mistérios’ da vida e da morte. Ela será levada a procurar antídotos para a uniformização midiática e telemática, o conformismo das modas, as manipulações da opinião pela publicidade, pelas sondagens, etc. (Guattari, 1990, p. 16, grifo nosso).

O princípio particular à **ecologia ambiental** é o de que tudo é possível, tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis. Cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. Um tempo virá em que será necessário empreender imensos programas para regular as relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico na atmosfera terrestre (Guattari, 1990, p. 52, grifo nosso).

Neste contexto, a pesquisa desta dissertação utiliza essas três ecosofias/ecologias como referência para a análise, apoiando-se nas categorias (tropos) propostas por Garrard (2023), que serão detalhadas a seguir. No entanto, antes de avançar, é necessário esclarecer e confrontar alguns conceitos

fundamentais, especialmente os de ecologia, ecocrítica e ecoliteratura, com o objetivo de fortalecer e conferir coesão ao raciocínio e à análise subsequente.

A definição de ecocrítica abrange diversas teorizações²³ e, embora ainda seja ambígua (Dobrin; Kidd, 2004, p. 2), em virtude das diferentes abordagens culturais, territoriais e geográficas adotadas pelos estudiosos, é evidente, sobretudo na contemporaneidade, que as sociedades associam a ecologia a interesses políticos, éticos e a movimentos verdes. Tal perspectiva não deve ser compreendida como a ciência da Ecologia, mas como uma ideologia, o “Ecologismo”, que, embora se fundamente nessa ciência, propõe uma abordagem não científica da realidade (Fonseca; Barbosa; Guimarães, 2006, p. 152).

Nesse sentido, compreender o significado mais amplo de ecologia e suas origens é fundamental para aprofundar as discussões sobre ecocrítica. Retomando a etimologia da palavra ‘ecologia’, sua raiz provém de dois termos gregos: *oikos* (οἶκος), que significa casa, lar, hábitat ou meio natural; e *logos* (λόγος), que significa estudo. Eugene Odum (1971), considerado o pai da ciência ecológica, definiu ecologia como o estudo das interações entre organismos ou grupos de organismos e seu ambiente, ou como a ciência das interrelações que conectam os seres vivos ao meio em que habitam. Essa conexão, mote central do conceito de ecocrítica, prevê o ser humano como elemento constitutivo do ambiente, interagindo com outros seres humanos e transformando paisagens e relações interpessoais.

Para definir ecoliteratura, uma das concepções mais alinhadas ao contexto brasileiro é a visão do educador ambiental latino-americano Martín Ricardo Testa Garibaldo. Ele a descreve como uma corrente literária que explora a relação entre o ser humano e seu entorno natural, podendo ser utilizada como uma ferramenta valiosa para a educação ambiental (Ecoliteratura [...], 2016b, 2 min 38 s). Na Europa, Sam Abrams (Ecoliteratura [...], 2016a, 11 min 13 s) a define como a literatura produzida a partir de um estado de consciência ecológica, respeito à natureza, interação com esta, compreensão dos sistemas naturais, entre outros aspectos. Portanto, ainda não existe um consenso, e, no Brasil, a pesquisa nessa área é exígua, tanto em relação à

²³ A necessidade de reformular termos debatidos como “natureza” e “meio ambiente”, proposta por Lawrence Ingalls Buell (1999), é fundamental para repensar até onde a imaginação humana consegue entender o meio ambiente. Buell argumenta que a ecocrítica ainda carece de uma declaração inaugural de paradigma. Embora o autor busque assumir esse papel, as múltiplas interpretações dessa abordagem literária tornam impossível reduzi-la a um único significado. Vetterling (2016) observa que a maioria dos críticos, incluindo Buell em seus três estudos sobre ecocrítica, não aborda a literatura latino-americana.

conceituação quanto à análise de obras que tenham, em suas propostas, a consciência ecológica como ponto de partida.

Assim como a ciência influencia diretamente a crítica, as artes ecológicas, particularmente as que integram a ecoliteratura, também exercem um papel significativo nesse processo. A ecoliteratura pode ser compreendida como um conjunto de obras que busca repensar a relação entre os seres humanos e o meio ambiente a partir de narrativas com perspectivas ecológicas. Essas produções artísticas promovem uma reflexão crítica sobre os impactos ambientais, ao mesmo tempo que destacam a urgência de práticas mais sustentáveis. Nesse contexto, a ecocrítica surge como uma abordagem interdisciplinar, analisando como a natureza é representada na literatura e em outras manifestações culturais (Borah, 2017, p. 503, *apud* Casal, 2021). Seu objetivo é reavaliar e questionar os discursos e valores antropocêntricos que permeiam a sociedade contemporânea.

Ao adotar uma crítica fundamentada na ecologia, a ecocrítica vai além das divisões tradicionais entre as ciências e humanidades. Ela perpassa uma crítica que analisa a natureza representacional ou figurativa das obras e as interações nelas envolvidas, rompendo com a fronteira cartesiana entre ciências e letras, que historicamente distanciou essas áreas de conhecimento (López-Mújica, 2011, p. 1, *apud* Campos-F.-Fígares; García-Rivera, 2017, p. 96–97). Dessa forma, a ecocrítica não apenas analisa as representações da natureza, mas também contribui para a construção de um pensamento mais integrado e sensível à complexidade das relações entre cultura e meio ambiente.

Silva (2019) assinala que nos últimos anos tem havido um aumento expressivo de publicações focadas na ecocrítica, o que tem popularizado esse campo interdisciplinar. Nesse contexto, observamos a integração de conhecimentos de diversas áreas, como os estudos ambientais, as ciências naturais e os estudos socioculturais. Tais estudos frequentemente analisam obras que refletem uma era cultural significativamente impactada pela intervenção humana na natureza, evidenciando, muitas vezes, a desconexão das pessoas com o meio ambiente.

Essa ruptura entre o ser humano e a natureza é claramente ilustrada de forma clara em outra manifestação artística: o filme *Ponto de Mutação* (no original: *Mindwalk*, 1990). Na narrativa, inicialmente, os seres humanos parecem adotar uma visão de união com o universo, mas gradualmente se afastam dela, impulsionados por interesses individuais e coletivos. Isso os leva a se considerarem superiores ao

ambiente. Ao final, surge uma proposta, apresentada por uma das personagens, de enxergar a si mesmos como parte integrante do ambiente por meio de uma nova maneira de ver o mundo. Essa reintegração sugerida pelo filme reflete um dos papéis fundamentais que a educação ambiental se propõe a cumprir.

Nesse contexto das artes ecológicas, a ecoliteratura desempenha um papel importante na educação contemporânea. Mais do que simplesmente apresentar narrativas de cunho ecológico, esse *corpus* bibliográfico torna-se capaz de incentivar uma conscientização crítica sobre as interrelações (ou intra-relações²⁴) complexas entre seres humanos, outros-que-humanos (vivos ou não vivos) e o ambiente natural. Essa capacidade de fomentar reflexão crítica estabelece a base para sua integração no processo educacional, permitindo que se transforme em ferramenta pedagógica.

A incorporação de obras ecoliterárias no currículo educacional permite aos educadores estimularem nos estudantes uma visão crítica sobre a responsabilidade individual nas relações ambientais, promovendo o engajamento ativo com vistas à sustentabilidade e à preservação ambiental. Por meio da leitura e interpretação dessas obras, os estudantes podem compreender questões ecológicas e desenvolver uma sensibilidade ética e emocional, incentivando maneiras mais conscientes de viver e interagir com o planeta.

A educação ambiental, portanto, é uma proposta educativa interdisciplinar, que congrega uma grande teia conectando diferentes disciplinas para a análise de um fenômeno. Casal (2021), que se debruçou sobre o assunto da ecoliteratura na região da Catalunha, Espanha, aponta que, desde uma perspectiva ecocrítica, diversos estudos, como os de Glotfelty e Fromm (1996); Armbruster e Wallace (2001); Junquera, Henríquez e Vigal (2010); Clark (2011); e Schneider-Mayerson, Weik von Mossner e Małecki (2020), têm defendido, de forma crescente, a inclusão de obras literárias em sala de aula. Essas obras facilitam uma abordagem interdisciplinar, integrando literatura e educação ambiental. Nesse contexto, muitos autores apontam a ecoliteratura como uma proposta central para esse objetivo.

²⁴ Garrard (2023), ao abordar o Novo Materialismo, conceito ainda pouco explorado pelas humanidades ambientais, destaca suas bases no conceito de rizoma, de Deleuze e Guattari, e no trabalho de Karen Barad. Em sua obra, Barad desenvolve o conceito de “emaranhamento”, que se refere à condição de inseparabilidade entre o conhecedor e o objeto de seu conhecimento. Segundo Barad, “os indivíduos não preexistem às suas interações; em vez disso, os indivíduos emergem através e como parte de seu emaranhado intra-relacionamento”. Garrard complementa explicando a escolha da autora pelo termo “intra-relacionado” em detrimento de “inter-relacionado”, como uma forma de questionar a suposição tradicional de que as mentes humanas são separadas e superiores às coisas que conhecem.

Para Casal (2021), ao mesmo tempo em que se trabalha a educação ambiental, é preciso que o desenvolvimento do pensamento crítico seja promovido entre os estudantes e, para a autora, sem dúvida, a leitura literária é uma ferramenta fundamental para esse fim, uma vez que é capaz de aprimorar conhecimentos em literatura ao passo que proporciona conhecimentos e habilidades, dentre os quais, o mais significativo trata-se da capacidade crítica.

Deve-se pontuar que *Torto Arado*, por ser um livro acessível a estudantes, pode vir a ser trabalhado em uma perspectiva de educação ambiental, aproximando a literatura da ecologia e, assim, promovendo a tessitura de diversas disciplinas nos currículos escolares dentro da proposta de interdisciplinaridade. Isso é possível, porque o romance já se configura como um dos títulos literários selecionados dentro do Programa Nacional de Livros e Material Didático (PNLD) para ser trabalhado com estudantes do ensino médio, e pode compor o acervo de bibliotecas em escolas de todo o país (Brasil, 2021), como ocorreu na rede estadual de ensino da Bahia, que distribuiu a obra por escolas do estado (METRO1, 2022).

Assim, retomando a questão central desta pesquisa, reconhece-se que *Torto Arado* apresenta uma obra genuinamente polifônica. Nesse sentido, a realização de uma análise ecocrítica adequada à sua complexidade requer a seleção criteriosa de categorias analíticas específicas. Dentre os tropos apresentados por Garrard (2023), quatro se destacam, orientando a análise proposta nesta dissertação: pastoral, selvageria, habitação e cornucopianismo.

A respeito da “pastoral”, Garrard (2023) investiga o conceito que idealiza a vida rural como uma existência pura e harmoniosa, em oposição à vida urbana. Ele examina como a pastoral na literatura tem sido utilizada para representar a natureza como um refúgio da civilização, ao mesmo tempo em que critica as limitações e idealizações excessivas dessa perspectiva. Esse conceito é particularmente relevante para a interpretação da relação das personagens de Água Negra com o local que habitam, refletindo sobre o isolamento em que vivem e a idealização de uma comunidade rural quilombola, que, embora pareça um refúgio, é também um espaço de opressões diversas, resistência e sobrevivência.

Portanto, a pastoral, enquanto conceito literário, refere-se a discursos que ditam modos específicos de pensar a natureza. Ao agrupar uma série de textos sob o rótulo de pastoral, estabelece-se, dessa maneira, um arquétipo com formas e procedimentos recorrentes. Conforme Williams (1973 *apud* Garrad, 2023), podem ser

identificadas três orientações temporais da pastoral: a elegia, que olha para um passado desaparecido com um senso de nostalgia; o idílio, que celebra um presente abundante; e a utopia, que olha para um futuro redimido. Também chamadas de pastoral clássica, romântica e moderna, essas categorias são analisadas de forma mais detalhada por Pinheiro (2021).

A pastoral clássica se caracteriza pela idealização da natureza como pano de fundo para as vicissitudes humanas, oferecendo uma visão nostálgica ou utópica do ambiente natural, muito comum em escolas literárias como o Arcadismo. Essa perspectiva frequentemente mistifica a história social e ambiental, sendo comum ocorrer uma oposição entre campo e cidade, além de as personagens apresentarem uma profunda apreciação por plantas e animais, como também sentimentos intensos pelo meio ambiente (Pinheiro, 2021).

Já na pastoral romântica, ocorre uma interação do Romantismo com a Revolução Industrial, resultando numa mudança nas relações imaginadas entre campo e cidade. As cidades passam a crescer e isso gera um novo anseio pelo campo, visto tanto como compensação pelo progresso quanto como forma de enfrentá-lo. A natureza passa a ser percebida como lar, um espaço de pertencimento e unidade. O interesse pela natureza torna-se uma forma de engajamento político (Pinheiro, 2021).

Por fim, a pastoral moderna dialoga com questões da atualidade, como a poluição, o desmatamento e maus-tratos aos animais, além de analisar as relações de trabalho no campo. Adota, assim, uma perspectiva social, examinando as injustiças sociais e ambientais impostas às minorias étnicas, e reconhece os desafios relacionados à crise da linguagem verde (Pinheiro, 2021).

A pastoral é a abordagem inicial desta dissertação; é uma categoria que permeia todo o romance *Torto Arado*. Além dela, são utilizadas outras três. A seguinte é a “selvageria”. Para esta, Garrard (2023) explica que se apresenta na representação da natureza selvagem como um espaço de perigo e mistério, mas também de pureza e renovação. Ele problematiza as representações literárias que romantizam a natureza selvagem ou a percebem como uma fronteira a ser conquistada. Com essa categoria, é possível interpretar a representação de Belonísia, uma das personagens mais profundamente conectadas com a terra, que retoma e ressignifica os simbolismos introduzidos por sua avó, como a faca e a onça.

A selvageria aqui pode ser vista tanto como uma força indomável presente na natureza quanto como uma metáfora para a resistência e a força interior de Belonísia, que desafia as fronteiras impostas pela sociedade e atribui outros significados ao objeto de mistério do romance, a faca. Essa mesma categoria pode ser direcionada à luta sindical encabeçada por Severo e Bibiana, que se unem para organizar o coletivo e enfrentar as personagens antagonistas.

Quanto à “habitação”, Garrard (2023) discute as interações literárias entre seres humanos e seu ambiente, com ênfase na ecologia doméstica e urbana. Ele investiga como a literatura aborda o conceito de “habitar” o mundo de maneira sustentável, bem como os tensionamentos entre a necessidade humana de habitar e o impacto dessa ocupação no ambiente. Esse conceito se manifesta de forma significativa em *Torto Arado*, especialmente por meio do simbolismo da casa. Na narrativa, as casas são construídas de barro, um material que, embora intimamente ligado à terra essencial à subsistência das personagens, apresenta fragilidade, tornando sua durabilidade temporária e refletindo a precariedade e a transitoriedade da vida desses personagens. A casa em *Torto Arado* não é apenas uma habitação, um espaço físico, mas um símbolo de pertencimento, identidade e luta, e sua natureza efêmera ressalta a vulnerabilidade das personagens diante das forças sociais que as oprimem. Sobre esse tipo de habitações, o escritor comenta:

Aquilo de fato é uma coisa que a gente vê com muita frequência pelas fazendas. Essa impossibilidade de construir casas de alvenaria para não demarcar o tempo daquelas pessoas na terra. Porque, se o proprietário quiser vender, a casa de barro se desfaz rápido. E se você passar rápido por um lugar em que tem casas de pau a pique desfeitas, você não diz que ali houve uma casa, porque tudo se desmancha. Vira terra mesmo. Não tem como dizer que ali foi uma morada. E a casa de alvenaria não. Ela precisa dos alicerces, já é muito mais complicado. E isso eu vi em inúmeros lugares e de maneira muito mais enfática lá na Iúna, esse interdito da construção. Era uma coisa que todos me diziam. E aí isso vai para o romance (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 408).²⁵

Em outra perspectiva, essa casa poderia ser uma simbologia para a terra em que as personagens vivem ou, em um nível mais amplo de significação, para o próprio planeta Terra. Nesse sentido, a Teoria de Gaia, defendida por Leonardo Boff (2016), oferece uma reflexão que dialoga diretamente com essa simbologia. Baseada na ideia

²⁵ Na nota de rodapé 40, é detalhada a história da comunidade de Iúna, que serviu de inspiração para a composição do cenário do romance.

de que a Terra é um superorganismo vivo, interdependente e autorregulador, a teoria amplia a compreensão do planeta ao incluir dimensões éticas e espirituais. Inspirado na hipótese inicial de James Lovelock e Lynn Margulis, Boff enfatiza uma relação intrínseca entre todos os sistemas vivos e não vivos, propondo que Gaia não apenas sustenta a vida, mas também exige um cuidado responsável por parte da humanidade, que deve se reconhecer como parte integrante, e não como dominadora, da Terra²⁶. Desse modo, o autor relaciona a crise ambiental contemporânea à visão fragmentada e antropocêntrica que ignora a integralidade e a sacralidade do planeta.

Sendo assim, para Boff, implica aos seres humanos uma nova ética do cuidado com Gaia, que valoriza a preservação dos sistemas naturais e sociais em equilíbrio. Ele argumenta que o paradigma mecanicista, que separa os seres humanos da natureza, deve ser substituído por uma visão holística e integradora, que perceba a Terra como um todo orgânico e interdependente. Conforme Furst (2018), Boff propõe com essa teoria uma crítica contundente ao antropocentrismo, enfatizando a interconexão e a dignidade de todas as formas de vida, argumentando que a visão antropocêntrica não apenas distorce a relação do ser humano com a criação, mas também perpetua ciclos de injustiça e exploração.

Nesse quadro de injustiças que caracteriza a narrativa de *Torto Arado*, um outro tropo ecocrítico surge: o cornucopianismo. Esse conceito, amplamente relacionado à ecocrítica, defende a ideia de que o progresso tecnológico e o crescimento econômico têm contribuído para o bem-estar humano. Proposto por Garrard (2023), o cornucopianismo examina a prevalência do interesse financeiro sobre a preservação ambiental, refletindo uma visão que enxerga a exploração dos recursos naturais como ilimitada, sem considerar os danos irreparáveis causados ao meio ambiente. Essa perspectiva, contudo, apresenta interações complexas com o contexto de *Torto Arado*, sobretudo em relação à luta pela terra vivenciada pelas personagens. O romance, ao retratar as tensões e os conflitos sociais decorrentes da questão agrária, lança uma

²⁶ Ailton Krenak, em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo* (2019), apresenta a cosmovisão indígena como alternativa ao antropocentrismo moderno, enfatizando a interdependência entre humanos e natureza. Ele critica o modelo de desenvolvimento predatório e sugere que o respeito à terra como organismo vivo é essencial para reverter a degradação ambiental e repensar as relações humanas com o planeta, porque “aquele rio que está em coma é também o nosso avô, que a montanha explorada em algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em algum outro lugar é também o avô, a avó, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida nesta casa comum que chamamos Terra” (Krenak, 2019, p. 34).

crítica ao modelo cornucopiano, que desconsidera os impactos ecológicos e sociais da exploração histórica do trabalhador.

Esses elementos apresentados no livro estão inseridos em cenários muito bem delineados, que ganham destaque no romance, possivelmente devido à formação do escritor em geografia e ao seu trabalho no INCRA, o que lhe proporciona sensibilidade e um senso de realidade para ressaltar o ambiente na narrativa. A atenção ao cenário é fundamental não apenas para contextualizar a história, mas também para revelar as complexas interações entre as personagens e o espaço que ocupam. Contudo, não se trata somente do cenário como moldura da narrativa, como será demonstrado na próxima seção deste texto.

3.4 A natureza não é só moldura

Em *Torto Arado*, a paisagem desempenha um papel essencial na construção da narrativa, representando a rica diversidade dos biomas, sobretudo do Cerrado e da Caatinga. O romance se ambienta em uma região marcada por suas características naturais distintas, que incluem vegetações xerófitas e um clima semiárido, características predominantes da Caatinga. Essa ambientação não apenas define o cenário físico da história, mas também influencia a vida e as experiências das personagens, moldando suas interações e percepções.

A narração, ao detalhar ecossistemas como os marimbus, cria um cenário único e simbólico que enriquece a trama com originalidade, especialmente por apresentar ambientações diferentes de obras já consagradas da literatura brasileira, como *Vidas Secas*, *Os Sertões* e *O Quinze*, que exploram em grande medida o flagelo causado pelo fenômeno natural da seca. Marimbus são áreas alagadiças localizadas na região central da Chapada Diamantina, conhecidas como o “Pantanal da Bahia”. Grande parte dessa região é protegida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, destacando-se por sua rica biodiversidade e paisagens singulares (Pereira, 2025). Em *Torto Arado*, a natureza não se apresenta apenas como símbolo de opressão social; ao contrário, surge banhada por rios, tecendo uma outra visão do Nordeste.

A Caatinga é o único bioma exclusivamente brasileiro, sendo extremamente diverso em sua florística e em biodiversidade animal (Freitas *et al.*, 2007). Tais características resultam em variadas vegetações, que são alteradas principalmente pelo relevo, possuindo locais com maior densidade de cactáceas, já outros com

predominância de árvores frondosas (Neves; Carvalho, 2005). Para essas vegetações diferentes “dá-se o nome de *caatingas*, com a inicial minúscula” (Torres, 2021, p. 53).

No romance, cuja história se passa na região da Chapada Diamantina (referenciada na narrativa como Chapada Velha), situada na parte central do estado da Bahia, encontram-se características não apenas do bioma Caatinga, mas, por se tratar de uma região de transição de biomas, há também vegetações de campos rupestres e matas de altitude, com flora associada ao domínio do Cerrado do Brasil central (Fernandes; Queiroz, 2018). Conforme relata o autor:

A natureza tem uma força muito grande ali, seja pelas formas, pela geomorfologia, pela natureza, pela fauna, pela flora. É um lugar de muita intensidade. E ao mesmo tempo a vida, a história daquele lugar, de como começou a povoação, onde existiam originalmente povos originários. Mas com a descoberta do diamante houve um grande afluxo de pessoas, de trabalhadores escravizados, forros, semiliberados, para aquela região (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 407).

O texto de *Torto Arado* traz diversas passagens em que as vegetações das caatingas e do Cerrado prevalecem e são colocadas em evidência como refúgio, local de aprendizado ou recurso que as pessoas utilizam, como no trecho abaixo, que fala sobre a volta de Zeca Chapéu Grande para a casa de sua mãe, Donana. Nesse momento, ele aprende, por meio de um conhecimento ancestral materno, o manuseio de ervas nativas para a ritualística religiosa do Jarê, bem como para usá-las com finalidades medicinais:

Quando Zeca foi considerado pronto, quando já podia reconhecer os males que adentravam pela porta do velho curador, quando compreendeu a natureza do parto, da vida e da morte de animais e de cultivos, deixou a casa de João do Lajedo, ainda que continuasse a participar das cerimônias. Retornou à Caxangá para trabalhar com a mãe na colheita e reconhecimento das ervas da mata, e preparava unguedos e beberagens para as mais diversas aflições (Vieira Junior, 2019, p. 1981).

O trecho acima, continua destacando a trajetória de Zeca antes de encontrar trabalho na Fazenda Água Negra, local onde passaria o resto de sua vida. A narrativa retrata a Caatinga em sua fase de seca e revela, além da pobreza econômica da população, a carência de acesso às estratégias de convivência²⁷ com esse fenômeno

²⁷ A convivência com o semiárido brasileiro envolve um conjunto de práticas e estratégias voltadas para garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida das pessoas que vivem nessa região. Esse enfoque, que se intensificou no final dos anos 1990 com a criação da Articulação no Semiárido (ASA), busca adaptar as comunidades às particularidades climáticas e ambientais do semiárido. Isso é alcançado

natural, que historicamente conduziu milhares ao êxodo rural. A fazenda Caxangá é o ponto de partida dessas personagens mais velhas, que migrarão para a Fazenda Água Negra e constituirão suas famílias nessa nova terra, mais rica em recursos naturais.

Mas o tempo trouxe a necessidade de seguir para outro lugar. Queria andar por outras terras, procurar trabalho. As roças da Fazenda Caxangá começavam a sofrer com uma nova estiagem. O mandacaru não havia florido no tempo esperado, a caatinga perdeu sua folhagem. Tinham que buscar água cada vez mais longe e os barreiros também foram secando. As fazendas foram armando seus homens para que a água que restava armazenada não fosse levada pelos estranhos. Os rios estavam com níveis cada vez mais baixos e não era mais possível encontrar a abundância de peixe que havia no período das chuvas. Todo esse ambiente hostil, onde faltava água, mas sobrava violência, foi se tornando a paisagem dos primeiros anos de sua vida como homem. À mesma época, passavam viajantes a caminho de lugares onde houvesse água, e onde precisassem de trabalhadores, também (Vieira Junior, 2019, p. 182).

A noção de vínculo com a natureza é claramente manifestada no trecho a seguir, no qual Severo revela uma íntima familiaridade com os conhecimentos acerca do ambiente em que vive. Ademais, ele exibe uma compreensão consistente das práticas agrícolas tradicionais, baseadas nas estações do ano, que, na maior parte do Nordeste semiárido, se distinguem pelos períodos de seca e de chuva.

[...] Queria trabalhar nas próprias terras. Queria ter ele mesmo sua fazenda, que, diferente dos donos dali, que não conheciam muita coisa do que tinham, que talvez não soubessem nem cavoucar a terra, muito menos a hora de plantar de acordo com as fases da lua, nem o que poderia nascer em sequeiro e na várzea, ele sabia de muito mais. Havia sido parido pela terra. Achava engraçado vê-lo utilizar essa imagem para afirmar sua aptidão para a lavoura. Nunca havia pensado que tinha sido parida pela terra. A terra “paria” plantas e rochas. Paria nosso alimento e minhocas. Às vezes paria diamantes, escutava dizer. Ele falava que poderia aliar seu conhecimento da natureza e da lavoura com sua disposição para o trabalho, além do estudo que poderia lhe dar conhecimentos novos para mudar de vida (Vieira Junior, 2019, p. 72).

Essa maneira de pensar de Severo causa um estranhamento em Belonísia, que não observava a terra sob a perspectiva dele. Além disso, ele revela conhecer a influência da lua e de como ela influi na agricultura. Esses conhecimentos foram resgatados na década de 1920 por Rudolf Steiner em estudos sobre agricultura

por meio do uso consciente dos recursos naturais, valorização da agricultura familiar e dos saberes tradicionais, diversificação da produção, implementação de sistemas de abastecimento de água e políticas públicas que priorizam a segurança alimentar e nutricional (Aguiar; Del Grossi e Oliveira, 2019).

biodinâmica, um tipo de agricultura baseada na antroposofia, filosofia que apregoava a terra como sendo um organismo vivo, capaz de unir a natureza, os seres humanos e o cosmos (Petersen, 2012, p. 42).

Na segunda parte do livro, narrada por Belonísia, a sabedoria do pai Zeca sobre as fases da lua e seu profundo conhecimento da fauna e da flora endêmicas são apresentados como ensinamentos extraídos da própria natureza. Essa conexão evidencia como as personagens de *Torto Arado* incorporam o diálogo proposto pela ecologia, que enfatiza a interação entre os seres vivos e o ambiente ao seu redor. O texto também apresenta elementos da Agroecologia, ciência baseada nos princípios da Ecologia, que valoriza o conhecimento ancestral aplicado à agricultura e à vida comunitária.

[...] Meu pai olhava para mim e dizia ‘o vento não sopra, ele é a própria viração’ e tudo aquilo fazia sentido. ‘Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida’, ele tentava me ensinar. Atento ao movimento dos animais, dos insetos, das plantas, alumbrava meu horizonte quando me fazia sentir no corpo as lições que a natureza havia lhe dado. Meu pai não tinha letra, nem matemática, mas conhecia as fases da lua. Sabia que na lua cheia se planta quase tudo; que mandioca, banana e frutas gostam de plantio na lua nova; que na lua minguante não se planta nada, só se faz capina e coivara (Vieira Junior, 2019, p. 99–100).

A conexão profunda entre as personagens e a natureza reflete uma compreensão intuitiva e ancestral acerca desse ambiente. Zeca, ao transmitir seus conhecimentos, que não se baseiam em métodos científicos ocidentais, demonstra uma forma de sabedoria ecológica que valoriza o ritmo da natureza e a interdependência entre seres vivos e seu meio ambiente.

Esse conhecimento ancestral é objeto de estudos e valorização na Agroecologia, que ressalta a importância de reconhecer e aproveitar os saberes locais, como os de Zeca, que, ao observar os ciclos naturais e compreender que a natureza também é uma escola, incorpora esses conhecimentos em seus modos de vida e trabalho. Ao aplicar o aprendizado na prática agrícola, essas lições sustentam a produção de alimentos baseada no trabalho camponês e, ao mesmo tempo, preservam e respeitam os ecossistemas locais.

A paisagem atribuída a esses ecossistemas desempenha um papel central na construção da narrativa, não se limitando somente ao contorno das cenas, mas funcionando como um elemento ativo que influencia e molda as vidas das pessoas da comunidade. Os elementos naturais não são meramente decorativos; estão

entrelaçados com as experiências e identidades das personagens, que lá vivem e interagem, trazendo simbologia às suas vidas.

Em *Torto Arado*, a natureza é local de transmissão de saberes ancestrais, passados de geração em geração, e transcende o mero utilitarismo, estabelecendo uma conexão espiritual e cultural com a terra. Além de ser uma fonte de cura e sabedoria, a natureza é apresentada como um espaço vital para o surgimento das vidas, o trabalho, a morada e o aprendizado das personagens. Na próxima seção, será detalhada a forma como essa conexão é representada, com foco na abordagem da ecologia ambiental proposta por Guattari (1990).

3.5 Ecos ambientais e cornucópias

A comunidade de Água Negra passa por um processo que leva anos até que seus moradores se reconheçam como quilombolas. Bibiana é uma mulher forte e decidida, enquanto Belonísia é mais sonhadora e introspectiva. A narrativa adquire um tom dramático após o trágico episódio de sua infância, marcando o início de mudanças irreparáveis na relação entre as duas. A partir desse momento, elas enfrentam desafios complexos, incluindo o silêncio imposto e a busca por uma nova forma de comunicação.

Belonísia passa a depender de Bibiana para se comunicar. Na primeira parte da história, narrada por Bibiana, ela fala que ambas passaram a dividir o mesmo órgão: a língua. Desenvolve-se, então, uma relação de dependência mútua marcada pela fusão de identidades e pela troca constante entre as irmãs. Bibiana, a detentora da língua, em alguns momentos, sente o peso dessa conexão, interpretando como uma relação desigual, em que a irmã depende inteiramente dela. Por outro lado, à medida que Belonísia cresce e se desenvolve, melhora suas formas de comunicação e expressão, ganha mais autonomia, demonstrando que a conexão entre elas não é fixa, mas dinâmica. Essa relação poderia ser comparada a um ciclo de aprendizagem e apoio mútuo, em que os papéis de quem dá e quem recebe estão em constante transformação.

Na própria narrativa de Vieira Júnior, lê-se: “Para que essa simbiose²⁸ ocorresse e produzisse um efeito duradouro, as disputas ficaram, naturalmente e por

²⁸ De acordo com Odum (1971), simbiose é uma relação ecológica estreita e duradoura entre dois ou mais organismos de espécies diferentes, na qual pelo menos um dos participantes se beneficia.

um tempo, de lado." (Vieira Junior, 2019, p. 24). Nessa narração de Bibiana, ela coloca um sentimento de imposição ao qual as duas foram submetidas por conta dessa nova condição da irmã. E complementa:

Foi assim que me tornei parte de Belonísia, da mesma forma que ela se tornou parte de mim. Foi assim que crescemos, aprendemos a roçar, observamos as rezas de nossos pais, cuidamos dos irmãos mais novos. Foi assim que vimos os anos passarem e nos sentimos quase siamesas ao dividir o mesmo órgão para produzir os sons que manifestavam o que precisávamos ser. (Vieira Junior, 2019, p. 24).

Em determinado momento, as irmãs entram em conflito e rompem a comunicação. Bibiana, profundamente abalada pela situação, percebe sua dependência emocional em relação à irmã. A reconexão, entretanto, ocorre por meio da interação com a natureza, permitindo que voltem a se reconhecer como irmãs, embora esse reencontro passe a exigir esforço e colaboração mútua. Esse processo reflete os princípios da ecosofia de Guattari, que propõe a integração das três ecologias — ambiental, social e mental —, enfatizando a necessidade de recuperar práticas que unam o individual e o coletivo, suscitando uma “mudança fundamental das mentalidades” (Guattari, 1990, p. 27). A natureza transfigura-se nessa ocasião no tropo da pastoral romântica (Garrard, 2023), uma vez que é o refúgio, o lar, a natureza em que se volta para se reconciliar. Esse mesmo tropo é forte na narrativa de Bibiana quando a personagem foge de Água Negra, mas retorna ao lar. Porém, não é um retorno por saudade apenas, por reconhecer seu lar. Ela volta transformada em professora, com o instrumento da palavra e da retórica, ao lado do companheiro, ambos com o desejo premente de enfrentar o patriarcado e a opressão que recebiam da Família Peixoto.

Bibiana reflete também sobre as desigualdades sociais e a luta por justiça no sertão baiano. A narrativa que ela inicia mistura realismo mágico — como nas cenas da religião do Jarê e no misticismo em torno da faca, que assume diversos significados ao longo do enredo — com um intenso drama familiar e crítica social. Ela nos introduz ao cenário e à história da comunidade de Água Negra. E nesse espaço delineado por Bibiana, despontam elementos como as veredas (p. 28), ecossistemas típicos do

Dependendo da natureza da interação, a simbiose pode ser classificada como mutualismo (quando ambos os organismos se beneficiam), comensalismo (quando um organismo se beneficia e o outro não é afetado) ou parasitismo (quando um organismo se beneficia em detrimento do outro). O autor utiliza o termo de forma figurada para expressar o vínculo entre as irmãs.

bioma Cerrado, que consistem em áreas úmidas e alagadiças, geralmente associadas a cursos de água, onde predominam os buritis (*Mauritia flexuosa* Mart.), colhidos por meio da prática extrativista, e outras espécies adaptadas a essas condições, como o jatobá (*Hymenaea courbaril* L.).

Os rios, detalhadamente descritos como os inúmeros que estão presentes na Chapada Diamantina, apresentam uma coloração amarelada devido à deposição de ferro oriunda das folhas da vegetação local. Quando vistos em grandes proporções, como em um rio volumoso, essa tonalidade amarelada assume um aspecto negro. É nesse contexto que a narrativa destaca: “rios com seu líquido escuro e ferruginoso, onde nos víamos negras num espelho também negro, talvez criado exatamente para nos descobrirmos” (Vieira Junior, 2019, p. 32).

Para as duas personagens, seus irmãos, primos e demais crianças que nasceram em Água Negra, todo esse cenário natural pertence a eles. Desde sempre aprendem os nomes dos animais e plantas como são conhecidos regionalmente e tudo isso é parte integrante da ecologia de suas vidas. Na cena em que a mãe Salustiana (Salu) leva os filhos para pescar, aparecem nomes populares de três espécies.

A lagoa era lodosa. Sua superfície estava repleta de algas verdes, mas a cheia tinha trazido peixes, que fiscavam com rapidez as iscas. Domingas ia nomeando, com a ajuda da mãe, a qualidade dos animais. **Cascudo** tem de monte. ‘Cascudo anda em rebanho, Domingas.’ ‘Cascudo tem pouco peixe’ – queria dizer pouca carne ‘pega outro’, ria Domingas. ‘Cuide da sua vara e do seu anzol’, dizia minha mãe, atenta ao céu, para saber se viria mais chuva. ‘Beliscou, mãe’, Domingas arregalou os olhos. Senti uma fiscada em minha linha também, e vi que Belonísia levantava a sua vara. ‘Um **apanhari**’, disse minha mãe, ‘Segura, Belonísia, esse vai pro almoço. Espera que te ajudo’, e correu para ajudar a puxar. O meu se debatia tentando se desgarrar do anzol, e Domingas se aproximou de mim. ‘Ajuda sua irmã, menina’ – orientou minha mãe enquanto tentava salvar o seu pescado. Quando ergui o peixe, vivo, tentando retornar para a água para respirar, vi Salu, satisfeita, identificar que era um **molé** e que o prepararia cozido no dendê. (Vieira Junior, 2019, p. 50, grifo nosso).

As crianças, por terem nascido em Água Negra, possuem um vínculo mais intenso com aquela propriedade rural do que os primeiros moradores, oriundos de fora, como Seu Zeca Chapéu Grande e Damião, o primeiro habitante da fazenda. Na parte narrada por Belonísia, há um trecho em que essa diferença de perspectiva sobre a posse da terra se torna evidente:

Um dia, meu irmão Zezé perguntou ao nosso pai o que era viver de morada. Por que não éramos também donos daquela terra, se lá havíamos nascido e trabalhado desde sempre. Por que a família Peixoto, que não morava na fazenda, era dita dona. Por que não fazíamos daquela terra nossa, já que dela vivíamos, plantávamos as sementes, colhíamos o pão. Se dali retirávamos nosso sustento. (Vieira Junior, 2019, p. 185).

Nessa outra parte, o espaço de vida transcende a terra e começa a fazer parte de outros constituintes daquele ambiente, como as mãos de parteira Donana (mãe de pegação), o primeiro espaço de vida para as crianças.

Quando deixamos o ventre de Salustiana Nicolau [...] encontramos primeiro as mãos pequenas de Donana. Foi o primeiro espaço no mundo fora do corpo de Salu que ocupamos. Suas mãos côncavas que muitas vezes vi se encherem de terra, de milho debulhado e feijão catado. Eram mãos pequenas, de unhas aparadas, como deveria ser a mão de uma parteira, dona Tonha dizia.

Para Zezé, irmão de Bibiana e Belonísia, a terra é indiscutivelmente deles, pois sempre haviam vivido ali desde o nascimento. Já para os pais, tios e avós, havia uma relação de subserviência ao patrônio de Água Negra, pois foi necessária sua permissão para que se estabelecessem no local e pudesse cultivá-lo. O “aluguel” pelo uso do espaço era pago com trabalho e com a entrega de grande parte da produção aos feitores e proprietários. Permaneciam como moradores, mas nunca como donos. Apesar das dificuldades, para muitas personagens a situação trazia certo alívio, já que haviam sido expulsas de suas terras de origem, como a Fazenda Caxangá:

Àquela altura, a terra da Fazenda Caxangá, que havia rendido fartura de frutos por toda a sua vida, estava retalhada. Cada homem com desejo de poder havia avançado sobre um pedaço e os moradores antigos foram sendo expulsos. Outros trabalhadores que não tinham tanto tempo na terra estavam sendo dispensados. Os homens investidos de poderes, muitas vezes acompanhados de outros homens em bandos armados, surgiam da noite para o dia com um documento de que ninguém sabia a origem. Diziam que haviam comprado pedaços da Caxangá. Alguns eram confirmados pelos capatazes, outros não. (Vieira Junior, 2019, p. 22).

A menção a um documento de origem desconhecida remete claramente à prática da grilagem²⁹. As terras são tomadas de forma ilícita dessa população

²⁹ “O termo ‘grilo’ ou ‘grilagem’ tem sua origem na tentativa de transformar títulos falsificados, dando-lhes aparência de legais, com o emprego do inseto ortóptero, o grilo, tanto que o Dicionário Aurélio define grileiro como sendo ‘Indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade’. Logo, a terra grilada é aquela em que o título de propriedade é falso. O mecanismo utilizado, e que acabou denominando o processo de apropriação ilegal de terras públicas, era o de ‘comprar’ dos cartórios ou de terceiros um falso título da terra e, para lhe dar uma certa

trabalhadora por meio de diversos métodos, incluindo falsificação de papéis, violência e intimidação. O trabalho, principal fonte de sustento dos camponeses, também é constantemente ameaçado. A produção agrícola é sistematicamente subtraída, não lhes é permitido fixar residência permanente e, para permanecer nas casas, precisam pagar com trabalho exaustivo. Além disso, são obrigados a ouvir declarações como “um documento não vai fazer você produzir mais”, o que exemplifica a desvalorização de seu esforço e das condições em que vivem e trabalham.

Nesse contexto de tensão, as crianças acompanham os adultos nas lavouras, brincam com bonecas feitas de sabugo de milho, simulam as atividades laborais dos mais velhos e, em muitas ocasiões, participam efetivamente do trabalho familiar. Um exemplo é quando ajudam a espantar os pássaros conhecidos como chupins, que se comportam como praga nas lavouras de arroz. A rotina do trabalho com a cultura do arroz segue o comportamento alimentar dessas aves: as pessoas acordam cedo, junto com elas, para proteger a produção da predação.

[...] Tem um passarinho preto miudinho assim', mostrava as falanges dos dedos dando a dimensão aproximada da praga, 'que ataca o arrozal de manhã cedo. Os meninos podem ajudar a espantar eles. Aqui todo mundo acorda cedo para espantar os passarinhos, só assim fazemos boa colheita.' [...] Nos longos anos em que plantaram arroz no meio do sertão de água, na beira dos pântanos dos marimbuses, acordávamos antes que o sol se levantasse no horizonte e seguíamos rumo à roça da fazenda. Nos muníamos de galhos, pedras, tudo que fosse instrumento para espantar os pássaros, miudinhos, de penas negras e que brilhavam quase azuis na luz da manhã. Se não fôssemos rápidos o suficiente, seu bico entrava no grão que amadurecia e sugava tudo que estivesse dentro, com sua minúscula língua. Enquanto os adultos trabalhavam, cabia a nós, as crianças, espantar a praga. Os meninos chegavam com estilingues, por vezes abatiam a ave pequena. (Vieira Junior, 2019, p. 41–42).

Esse trabalho de manejo da cultura, baseado nos hábitos alimentares dos pássaros, decorre de uma observação atenta da natureza, que permite aos observadores compreenderem melhor os outros habitantes da região, os outros-que-humanos. No entanto, a convivência nem sempre é harmoniosa, especialmente quando certos organismos passam a ser considerados pragas. Para que um

aparência de autenticidade, o documento era colocado em uma gaveta com alguns grilos. Passado algum tempo, os grilos iriam alimentar-se das bordas da escritura, expelir excrementos no documento e auxiliar na transformação do papel de cor branca para uma cor amarelada, ficando com um aspecto envelhecido. Assim, o título de propriedade da terra com esse novo visual daria maior credibilidade ao seu possuidor, que alegaria já ser proprietário daquela gleba de terra há algum tempo." (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2006, p. 11).

organismo seja classificado dessa forma, ele precisa apresentar alta capacidade reprodutiva, como Bibiana descreve ao narrar o comportamento do chupim.

Chupim aos montes e todo dia, ao alvorecer. Nós seguíamos para espantá-los com nossas armas. Chupim engana, é matreiro e preguiçoso. Come o arroz que a gente planta – ouvíamos falar, gosta de coisa pronta. Não batalha pelo seu grão. Chupim nos marimbuses podia colocar ovos no ninho de xanã, no do sangue-de-boi de penugem vermelha cor de fogo, cantando ‘tiê, tiê’ para os ovos dos filhotes que pensa serem seus. Chupim coloca ovos no ninho de carrega-madeira que esteve construindo sua casa para abrigar sua cria e as crias do parasita sem saber. Deixava seus ovos fecundados para serem chocados nos ninhos de xorró-d’água, cabeça-de-velho, sabiá-bosteira, sabiá-bico-de-osso, bem-te-vi, patu-d’água e guachu. Os ovos do chupim cresciam debaixo da beleza do canto do sofrê e até de zabelê no chão. Mas nunca vi ovo de chupim no ninho de paturi. Por que será? (Vieira Junior, 2019, p. 44).

As plantações que o chupim consome não pertencem aos trabalhadores; estes, na verdade, não possuem nada além do próprio trabalho. O pássaro, portanto, se alimenta de uma produção que não é sua, como se afirmasse um direito sobre a terra e seus recursos. A situação torna-se curiosa pelo fato de que o proprietário da fazenda, que detém a escritura da terra, também se beneficia da produção, embora não resida nem trabalhe no local. Assim, há uma complexa sobreposição de direitos e interesses, onde o trabalhador, que efetivamente cuida da terra e produz valor, e o proprietário ausente compartilham a fruição da produção, enquanto o pássaro age como um intruso que também se apropria do que não lhe pertence, mas, em sua consciência animal, tudo que há na natureza lhe pertence.

Isso revela um forte sentimento de pertencimento ao local: enquanto o pássaro o sente de forma natural e instintiva, o ser humano o vivencia, por um lado, de maneira artificial e, por outro, de forma limitada. A experiência humana em Água Negra é, portanto, demarcada por uma profusão de sentimentos que são expostos por expressões da natureza ou que se relacionam a ela. A natureza, dessa forma, está também dentro das pessoas, integra suas respectivas subjetividades.

A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados. Ela põe em causa o conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticos — os quais não estão de modo algum seguros que continuarão a vencê-la, como foi o caso na última década (Guattari, 1990, p. 36).

A perspectiva de Guattari destaca a importância de considerar a ecologia como um fenômeno que envolve toda a subjetividade humana, sem ignorar as estruturas de

poder — que, no caso das personagens, se manifestam na terra dominada por outros proprietários. Ou seja, não é apenas como uma questão ambiental restrita. A interseção entre natureza e subjetividade na narrativa de *Torto Arado* é um exemplo claro de como as expressões naturais e emocionais se entrelaçam.

Essa interconexão revela como o ambiente pode ser utilizado para amplificar e refletir as experiências emocionais e psicológicas das personagens. Só para citar três exemplos, logo no início do romance, há, na primeira página: “Minha avó, em particular, só precisava nos olhar com firmeza para sentirmos a pele arrepiar e arder, como se tivéssemos nos aproximado de uma fogueira” (Vieira Junior, 2019, p. 13). A narradora emprega a metáfora do fogo para intensificar a experiência emocional do olhar da avó. O calor e o desconforto associados à fogueira são usados para descrever a força intimidante da avó, sugerindo que sua autoridade é tão potente quanto o calor desse elemento, que encarna, por sua vez, o poder emocional e a influência psicológica que a avó exerce sobre os outros.

Em um segundo trecho, Bibiana narra: “Acendeu uma vela e a atenção de todos que estavam por perto se voltou para o lume; se permanecesse acesa, Crispina, agora perturbada, poderia ficar; se a chama não resistisse à energia da atmosfera, se apagando, era porque não havia remédio” (Vieira Junior, 2019, p. 35). A narradora usa a chama da vela como uma metáfora para a esperança e a estabilidade emocional. A chama acesa representa a melhoria da condição mental e a esperança, enquanto a possibilidade de sua extinção simboliza a fragilidade e a incerteza da situação de Crispina, que passou por um momento difícil na narrativa.

Por fim, o terceiro trecho: “As velas que meu pai acendia para cada criança pareciam não querer permanecer acesas: mesmo sem ventos ou golpes de ar, se apagavam” (Vieira Junior, 2019, p. 37). Nesta parte, revela-se um simbolismo adicional, principalmente relacionado à religiosidade da comunidade de Água Negra. As velas que se apagam sem a influência de ventos ou correntes de ar refletem uma resistência interna e uma fragilidade da condição de vida das crianças, que vinham morrendo por má nutrição e doenças. A incapacidade das velas de permanecer acesas, apesar das condições externas favoráveis, sugere uma tensão interna ou uma falta de estabilidade emocional que transcende o ambiente físico. As velas, que deveriam ser símbolos de luz e esperança, tornam-se metáforas da incerteza e da dificuldade, reforçando a ideia de que a natureza pode servir para expressar e refletir as experiências internas das personagens.

A natureza e seus elementos não são entendidos como meros panos de fundo estáticos ou uma moldura ornamental. Eles assumem um papel que transcende essa simples função de representação. A paisagem pode ser interpretada como uma personagem viva, que narra sua própria história ao interagir com as personagens humanas. Como explica o autor do romance, é essencial conceber que “o espaço onde se dá uma história, uma narrativa literária, não é um palco, onde as pessoas chegam e atuam. É um personagem também, que está interagindo o tempo todo com elas” (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 410).

Assim, as paisagens estabelecem um diálogo ativo com o estado emocional das personagens, reforçando a interconexão entre o mundo natural e as condições humanas. Conforme Guattari (2006) pondera:

Não seria exagero enfatizar que a tomada de consciência ecológica futura não deverá se contentar com a preocupação com os fatores ambientais, mas deverá também ter como objeto devastações ambientais no campo social e no domínio mental. Sem transformações das mentalidades e dos hábitos coletivos, haverá apenas medidas ilusórias relativas ao meio material (Guattari, 2006, p. 173).

Dentro da professora Bibiana reside uma crença cornucopiana, reminiscente da imagem mitológica da cornucópia da abundância. Ela, de certo modo, simboliza um avanço tecnológico ao trazer para Água Negra o impulso necessário para a luta pela terra. Essa visão compartilha do mesmo otimismo do cornucopianismo, que acredita ser possível superar as crises ecológicas, a escassez de recursos e a degradação ambiental. Essa personagem influencia sobremaneira o *status quo* daquela comunidade.

Dessa forma, na próxima seção, será dado enfoque aos ecos sociais trazidos pela abordagem ecocrítica com ênfase na comunidade. Com a narração de Belonísia, a parte “Torto arado” (homônimo ao título do romance) dá continuidade à narrativa inicial de Bibiana e aprofunda questões importantes sobre o rural brasileiro. Entre eles, destacam-se a influência do sindicalismo, a organização de comunidades quilombolas, o protagonismo das mulheres no engajamento social e a relação com a casa sob uma perspectiva ecológica.

4 “SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA”

[...]
Mas pra gente como a gente³⁰

*Meu pai me ensinou
 Terra aqui só tem valor
 Se tem trabalho
 E pro dono dessa terra
 Severo me ensinou
 Gente aqui não tem valor
 Só tem trabalho*

*Pode só casa de barro
 De tijolo nem pensar
 Mas Severo não aceitava
 E sonhava com um lugar
 Onde havia até escola
 Onde a gente ia estudar
 Onde o povo era dono
 Até do seu próprio lar
 Muito além de Água Negra*

*Se chover meu pai não vai
 Sentir frio e se molhar
 Debaixo da terra
 Como está Severo
 Perguntava Ana
 Mas não chora minha mãe
 Que eu vou te cuidar
 Consolava Inácio
 [...]*

4.1 Ecofeminismo: mulheres e naturezas

Em *Torto Arado*, as mulheres desempenham um papel central, tanto na narrativa quanto na construção do universo cultural e social da obra. Através das irmãs Bibiana e Belonísia, assim como da terceira narradora, Santa Rita Pescadeira, o autor explora as complexas dinâmicas de poder sobre a terra, resistência e organização social, bem como a construção da identidade quilombola.

No contexto do romance são retratadas situações em que as mulheres ainda são submetidas a opressões históricas³¹ e, em outras partes, personificam a resistência da luta camponesa. Isso ocorre porque as personagens femininas não

³⁰ Parte central da canção “Torto Arado”, adaptação composta por Rubel. Álbum: As Palavras, Vol. 1 & 2 (2023). Interpretada por: Rubel, Luedji Luna e Liniker.

³¹ Moura, Assis e Leal (2022) examinaram a intersecção entre os estudos decoloniais e a literatura, utilizando *Torto Arado* como um meio para discutir a realidade das mulheres pobres e negras no Brasil. Os autores argumentam que a literatura é uma ferramenta essencial para a transformação social, possibilitando que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas e que estruturas hegemônicas sejam questionadas.

apenas protagonizam a história, mas também são detentoras de saberes ancestrais e práticas comunitárias que sustentam e transformam suas realidades. Dessa forma, o romance consegue evidenciar a importância das mulheres como agentes de mudança e guardiãs de tradições, ao mesmo tempo em que questiona as estruturas de poder que as marginalizam.

Na Agroecologia, há uma palavra de ordem que afirma: “Sem feminismo não há agroecologia”³². Essa ideia tornou-se parte fundamental da luta das mulheres camponesas no Brasil e evidencia uma ligação profunda entre a busca pela igualdade de gênero e a construção de uma vida pautada pela perspectiva agroecológica. Para que ocorra um processo agroecológico, baseado na integração dos conhecimentos tradicionais e científicos a fim de criar sistemas agrícolas mais justos e sustentáveis, é preciso reconhecer, portanto, a importância da atuação das mulheres nas diversas esferas do campo brasileiro em que elas atuam, como no manejo da terra, como guardiãs da biodiversidade (das sementes) e na preservação do meio ambiente. Sendo assim, o feminismo, enquanto movimento social, político e intelectual, é fundamental para esse contexto rural, porque destaca as desigualdades de gênero que historicamente excluem as mulheres, que representam uma das principais forças de trabalho na agricultura.

Ao incorporar o feminismo na agroecologia, busca-se garantir que as vozes e conhecimentos das mulheres, muitas vezes invisibilizados, sejam valorizados. Destaca-se, dessa forma, que a agroecologia só será verdadeiramente transformadora se for também inclusiva e comprometida com a igualdade de gênero. Sem o feminismo, a agroecologia corre o risco de perpetuar as mesmas estruturas de opressão que busca combater.

O engajamento das mulheres na agroecologia, amplamente reconhecido no Brasil atual, tem suas origens em movimentos sociais mais antigos. Desde a participação ativa no movimento camponês até as discussões promovidas pelo ecofeminismo.

O ecofeminismo, também conhecido como feminismo ecológico ou ecologia feminista, surgiu como um movimento intelectual e de protesto no final dos anos 1970.

³² A frase foi popularizada após o VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia, em 2013, quando as mulheres representantes da Associação Brasileira de Agroecologia passaram por enfrentamentos e tensionamentos políticos. Após esse marco, a frase passou a ser adotada como uma construção específica das mulheres no campo da Agroecologia (Torres, 2021, p. 49).

Ele foi uma resposta ao agravamento da poluição atmosférica após 1945, consequência do aumento do consumismo e do uso da energia nuclear para fins civis (Hache, 2019, p. 54).

Os movimentos feminista e ecológico possuem um substrato íntimo que interliga pontos em comum em seus objetivos, já que ambos buscam desenvolver abordagens e práticas visando desafiar e desestabilizar sistemas de dominação (Warren, 2003). Nesse contexto, surgem as chamadas “ecofeministas radicais” nas décadas de 1980 e 1990, que desafiaram as hierarquias estabelecidas ao inverter os valores tradicionais, destacando a natureza, o espírito, a emoção e o corpo, tanto humano quanto não humano, em contraposição à cultura, à razão e à mente. Nesse sentido, Sharon Doubiago afirma que “a consciência ecológica é a consciência tradicional da mulher”, acrescentando que “as mulheres sempre pensaram como montanhas” (Doubiago, 1989 *apud* Garrard, 2023).

A maioria das feministas, entretanto, rejeita a ideia de uma “essência feminina” baseada no sexo biológico, defendendo que o gênero é uma construção cultural (Garrard, 2023). No ecofeminismo existem, porém, correntes que coadunam com a mesma linha de pensamento. Cândido *et al.* (2022), em um trabalho voltado para a sistematização das perspectivas filosóficas ecofeministas, referenciados por Godoy (2021) e Bezerra (2020), identificam três principais correntes que representam diferentes abordagens dentro do ecofeminismo: o ecofeminismo radical ou clássico, o ecofeminismo espiritual e o ecofeminismo construtivista. Com base nesse estudo, essas correntes podem ser caracterizadas da seguinte forma:

O **ecofeminismo radical** ou clássico mantém o essencialismo ecofeminista, preservando os vínculos entre a mulher e a natureza. Considera a mulher, ontologicamente, mais predisposta à conservação da natureza que o homem, em detrimento das características intrínsecas da mulher, como a geração da vida, e comprehende que a opressão de gênero origina todas as demais opressões.

No **ecofeminismo espiritualista** ou ecofeminismo do Sul, as manifestações são oriundas dos países do Sul, sobretudo do terceiro mundo. Na visão dessa corrente, a divindade habita na natureza e na terra. Suas críticas sobressaem ao sistema capitalista, causador da opressão, com efeitos mais nocivos às mulheres e à natureza, ressaltando ainda o potencial revolucionário dos movimentos das mulheres e a importância do papel desempenhado por elas no sustento.

Por outro lado, o **ecofeminismo construtivista** compartilha seus ideais antirracistas, antielitistas e sua crítica ao antropocentrismo. Na concepção desta corrente, a conexão entre a mulher e a natureza não é uma relação exclusiva, e sim resultado de sua interação com o meio ambiente, e a sensibilidade ecológica depende de fatores como a raça, sexo e classe social (Cândido *et al.*, 2022, p. 4–5).

As duas últimas correntes dialogam com o que será abordado mais adiante, como a hipótese de Gaia e o ecomarxismo, ou ecossocialismo.

Outra grande contribuição para o pensamento ecofeminista foi a de Val Plumwood, com seu livro *Feminism and the Mastery of Nature* (1993). A autora argumenta que distinguir homens de mulheres, humanos da natureza ou razão da emoção não representa, por si só, um antropocentrismo ou androcentrismo problemático. O problema reside, na verdade, no modelo de dominação subjacente que essas formas de opressão (ou dualidades) compartilham, estruturado pela diferenciação alienada e pela negação da dependência. Na cultura euro-americana, ou mesmo em toda cultura ocidental, os humanos têm uma tendência a se diferenciarem da natureza, opondo-se a ela. Nisso, cria-se uma alienação radical e uma sensação de superioridade, o que Plumwood nomeia como “hiperseparação”. A consequência disso é que frequentemente ocorre uma negação da interdependência entre o que é considerado superior e inferior (Plumwood, 1993).

No capítulo “Descartes and the dream of power”, Plumwood (1993) afirma que o filósofo utilizou essa hiperseparação quando aborda a relação entre mente e corpo, atribuindo à mente humana características exclusivas, como a razão e a capacidade de pensamento. Aos animais, ele negou não apenas a racionalidade, mas também sentimentos e sensações, reduzindo-os a máquinas desprovidas de consciência. Dessa forma, a autora questiona essa perspectiva dualista, criticando como a “razão” tem sido historicamente utilizada para justificar divisões hierárquicas, como a distinção entre homens considerados “racionais” e mulheres vistas como “emocionais”, além de aumentar a separação entre humanos e animais, como se estes últimos não pudessem ser dotados de suas próprias razões e emoções. Esse uso do dualismo, segundo ela, reforça estruturas de poder que privilegiam os termos dominantes em detrimento dos subordinados, sustentando relações de dominação e exclusão.

Vandana Shiva, filósofa e física india, é outra referência central no campo do ecofeminismo. Ela enfatiza que a exploração das mulheres e a destruição ambiental estão interligadas, ambas resultantes de um sistema patriarcal e capitalista que prioriza o lucro em detrimento do bem-estar humano e ecológico. Segundo Shiva (1988, p. 14), “a destruição da diversidade e da liberdade está no coração do processo de destruição da natureza e da sociedade”. Para ela, o ecofeminismo não é apenas uma crítica, mas uma proposta de transformação: “As mulheres estão na linha de

frente das lutas por justiça ambiental e social, e seus conhecimentos e práticas são essenciais para a construção de um futuro sustentável" (Shiva, 1988, p. 17).

O ecofeminismo combina a teoria feminista com a ecologia para destacar como a exploração da natureza está ligada à opressão das mulheres. A teoria parte do princípio de que as práticas patriarcais de dominação sobre a natureza e sobre as mulheres compartilham uma mesma lógica de poder. Essa lógica de dominação não apenas perpetua a opressão, mas também invisibiliza formas de conhecimento e práticas sustentáveis desenvolvidas pelas mulheres, que são fundamentais para a preservação ambiental e o sustento das comunidades.

Estes modos alternativos de saber, que são orientados para os benefícios sociais e necessidades de sustento, não são reconhecidos pelo paradigma reducionista capitalista, porque ele não consegue perceber a interdependência da natureza, ou a conexão da vida das mulheres, o trabalho e conhecimento com a criação de riqueza (Shiva, 1988).

Shiva tornou-se uma referência não apenas para o ecofeminismo, mas também para a ciência da agroecologia. Ela defende a justiça social, criticando as consequências da agricultura industrial e da biopirataria, evidenciando como o controle corporativo sobre a agricultura e a biotecnologia afeta desproporcionalmente as mulheres, especialmente no contexto de comunidades agrícolas da Índia. A autora argumenta que a erosão da biodiversidade³³ e o domínio corporativo estão intrinsecamente conectados com a exploração das mulheres, que muitas vezes desempenham funções importantes na agricultura e na gestão dos recursos naturais (Shiva, 1988).

Uma das contribuições mais assertivas dela foi a crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável proposto pelas economias ocidentais, que frequentemente ignoram as realidades e as necessidades das mulheres nas economias rurais.

Em seu livro *Staying Alive: Women, Ecology, and Development* (1988), Shiva discute como as políticas de desenvolvimento frequentemente desconsideraram a importância das práticas tradicionais e sustentáveis de gestão dos recursos naturais,

³³ Erosão da biodiversidade refere-se à perda de diversidade biológica em um ecossistema, região ou áreas maiores. Esse fenômeno inclui a redução do número de espécies da fauna e flora, diminuição das variedades de plantas e animais e a de ecossistemas naturais. As causas são devidas a atividades humanas, como desmatamento, urbanização, poluição, mudanças climáticas, e introdução de espécies invasoras. Dentre outras consequências, afeta a segurança alimentar e a saúde humana.

que são vitais para a existência e produção do autoconsumo das mulheres e comunidades rurais.

Além disso, a autora introduz o conceito de “biopirataria”, que se refere à apropriação de conhecimentos tradicionais e recursos naturais das comunidades locais por corporações ou organizações multinacionais. Esse fenômeno é particularmente nocivo para as mulheres, que muitas vezes são as guardiãs do conhecimento tradicional e das práticas agrícolas sustentáveis (Shiva, 2001), sobretudo quando os recursos preservados são sementes.

Ao aproximar sua perspectiva india da realidade brasileira, as questões abordadas impactam igualmente os camponeses que atuam como guardiões de sementes crioulas³⁴. Na Paraíba, essas sementes são chamadas de Sementes da Paixão; no Ceará, Sementes da Resistência. Cada local dá valor aos seus recursos naturais, os nomeia com nomes próprios. Esses recursos sofrem ameaças principalmente pela introdução de tecnologias de agroindustrialização do campo, como os organismos geneticamente modificados que, ao se reproduzirem com as espécies crioulas, misturam seus materiais genéticos e contaminam as sementes futuras.

Na narrativa de *Torto Arado*, a utilização de ervas medicinais e fitoterápicas desempenha um papel significativo tanto na cura de doenças quanto em práticas culturais e religiosas, como as celebrações do Jarê. Personagens como Donana e Zeca exemplificam essa prática ao manejar uma variedade de ervas, cujas propriedades são valorizadas não apenas por suas qualidades terapêuticas, mas também por seu profundo significado místico e cultural. O uso dessas plantas reflete uma integração entre saberes ancestrais e práticas de cura que sustentam tanto a saúde individual quanto o bem-estar coletivo da comunidade.

As ervas citadas na narrativa vão além de sua função medicinal; elas simbolizam saberes transmitidos ao longo das gerações, profundamente conectados às tradições e crenças que definem a cultura e o cotidiano da comunidade. A mística associada a essas plantas é um testemunho da ligação entre o saber natural e o

³⁴ Conforme Fonseca (2024), as sementes crioulas são variedades locais de sementes que foram cultivadas e adaptadas ao longo de gerações por agricultores familiares. Elas são fundamentais para a preservação da biodiversidade agrícola, levando em consideração sua resistência a condições climáticas específicas e características únicas, o que as torna essenciais para a segurança alimentar. Além disso, as sementes crioulas possuem importância cultural e histórica, refletindo a diversidade de diferentes comunidades e regiões do mundo.

espiritual, demonstrando como a saúde e a espiritualidade se entrelaçam na prática cotidiana.

Na seção seguinte, a análise terá como foco a construção social da comunidade, com ênfase na perspectiva de Belonísia, a narradora muda. A transformação da posição das mulheres no enredo, especialmente na segunda parte do romance, revela uma dinâmica de liderança e representação comunitária emergente.

Esta mudança, à luz do ecofeminismo, oferece uma lente crítica para entender como as mulheres, em particular, influenciam e são influenciadas pelas questões ambientais, assim como a forma como suas ações e representações desafiam ou reforçam estruturas sociais e ecológicas existentes.

Nota-se, portanto, que o papel das mulheres no romance é central para a narrativa, especialmente à medida que elas assumem papéis de liderança e poder dentro da comunidade. Elas não apenas questionam as dinâmicas de opressão existentes, mas também promovem formas alternativas de organização social, baseadas na cooperação e no respeito pela natureza. A análise ecofeminista permitirá uma compreensão mais profunda dessas dinâmicas, trazendo elementos que demonstram que as mulheres não apenas contribuem para a manutenção da terra em que vivem — podendo ser tanto o solo como o próprio planeta — como também são as agentes que moldam e são moldadas pelos contextos sociais e ecológicos que compartilham, reafirmando seu papel como agentes de transformação.

4.2 Ecos sociais e ecossociais

Nas terras de Água Negra, a exploração do ser humano por outro ser humano é uma temática central que permeia toda a narrativa do romance. Essa exploração reflete o conceito marxista de “mais-valia”, em que o trabalhador é remunerado com um valor inferior ao produzido, gerando lucro para o capitalista (no caso, a Família Peixoto) e aumentando o abismo social entre os dois lados. O único recurso das famílias de trabalhadores é a força de trabalho, explorada de forma análoga à escravidão. Essa contextualização da história retrata a luta de comunidades ao longo do país que, até se reconhecerem como oprimidos, precisaram lidar com a injustiça social, porque não lhes é apresentada outra saída. Dessa forma, a obra não apenas narra a história de uma comunidade quilombola na Bahia, como também funciona

como uma denúncia das desigualdades sociais e econômicas enraizadas na sociedade brasileira, ainda atuais.

Essa atmosfera de opressão é fundamentada no que a ecocrítica reconhece como ecomarxismo. Como um afluente da teoria de Marx, o ecomarxismo, também chamado de ecossocialismo, comunismo solar ou leninismo ecológico, é uma corrente ideológica marxista de caráter revolucionário que integra princípios do socialismo à ecologia. Essa perspectiva afirma que a expansão do capitalismo é responsável pela exclusão social, pela pobreza, pela exploração dos trabalhadores e pelos danos ao meio ambiente (Löwy, 2013; Vieira, 2017; Villegas, 2021). Essa corrente teórica enfatiza que o capitalismo possui uma tendência inerente à crise de uma forma abrangente, manifestada atualmente na forma de uma crise ecológica global (Crespo; Sánchez; Sepúlveda, 2018).

O ecomarxismo, enquanto corrente teórica que busca integrar as análises marxistas tradicionais com as questões ecológicas contemporâneas, propõe uma crítica ao capitalismo partindo de uma perspectiva ambiental. Segundo Villegas (2021), essa abordagem analisa discussões que são temas do Antropoceno e do Capitaloceno³⁵, com as quais o caráter sistêmico da crise contemporânea desencadeada tem origem no capitalismo. Isso faz prevalecer o dualismo natureza-sociedade, e a irresponsabilidade dos capitalistas acerca das mudanças globais torna-se um problema.

Partindo do termo sinônimo, o ecossocialismo vem definido como uma crítica radical às concepções tecnocráticas e burocráticas do socialismo, enfatizando a necessidade de uma reflexão crítica sobre a herança marxista em relação ao meio ambiente. Löwy (2013) argumenta que:

Em primeiro lugar, crítica à ecologia não socialista, à ecologia capitalista ou reformista, que considera possível reformar o capitalismo, atingir um capitalismo mais verde, mais respeitoso ao meio ambiente. Trata-se da crítica e da busca de superação dessa ecologia reformista, limitada, que não aceita a perspectiva socialista, que não se relaciona com o processo da luta de classes, que não coloca a questão da propriedade dos meios de produção. Mas o ecossocialismo é, também, uma crítica ao socialismo não ecológico [...] (Löwy, 2013, p. 81–82).

³⁵ No subtítulo “Narratives”, do capítulo “The Earth”, Garrard (2023) revisita os principais termos e propostas sugeridos por cientistas para o conceito de Antropoceno. As alternativas levantadas foram: Capitaloceno, Plantationoceno, Piroceno, Cthuluceno e Eremozoico.

Muitos ecologistas criticam Marx por vê-lo como produtivista, mas Löwy (2013) acredita ser uma crítica equivocada. Segundo ele, Marx, ao criticar o fetichismo da mercadoria, expõe a destruição ambiental causada pelo capitalismo, afirmando que a solução socialista deve ir além do mero crescimento das forças produtivas, que são, em sua dinâmica, destrutivas tanto para o trabalhador quanto para o meio ambiente.

As reflexões suscitadas por *Torto Arado* evidenciam a crítica ao produtivismo atribuída a Marx, especialmente na relação entre as categorias trabalho e natureza. O romance, na medida em que evoca as intra-relações entre terra, trabalho e identidade, descontina as explorações sobre os recursos naturais e humanos, deixando marcas tanto físicas quanto simbólicas. Um dos símbolos mais representativos está na voz literária da narração de Belonísia. A personagem, não podendo falar, é responsável por uma das melhores partes da história, porque demonstra o quanto difícil é ser mulher, negra e não falar. É quase como se o leitor acessasse o seu próprio pensamento com a palavra impressa no livro.

Assim, essa segunda parte do romance leva o nome do livro: “Torto arado”. Arado foi a palavra escolhida pela narradora Belonísia em sua primeira tentativa de exercitar a fala com a ausência da língua. Essa é a maior parte do romance em quantidade de páginas, fazendo um contraste com a fala da personagem, que é essencialmente uma linguagem não verbal.

Como detalhado anteriormente, fez-se uma alusão das três ecologias de Guattari a cada uma das vozes narrativas do romance e, sendo Belonísia a representação da esfera social, sua história foca principalmente no ambiente doméstico, dando ênfase às casas dos moradores de Água Negra.

Em torno dessas casas de barro³⁶, cuja existência é marcada pela efemeridade, desenrola-se um cenário repleto de complexas problemáticas sociais. Essas questões se entrelaçam com as vivências das personagens, especialmente de Belonísia, que se aprofunda em temas como as relações familiares e a consciência social emergente. Essa consciência é amplamente alusiva a Severo, uma personagem fundamental para o romance.

Severo é a voz que desperta os demais para as opressões que os cercam, atuando como um catalisador para a tomada de consciência coletiva. Ele não apenas introduz o termo “quilombola” no centro do debate, mas também assume o papel de

³⁶ Casa de taipa, casa de pau-a-pique.

líder comunitário, reivindicando, por meio de uma forte influência sindicalista, melhores condições de vida e trabalho para o seu povo. Sua presença no romance é fundamental para impulsionar a luta por direitos, representando o movimento de resistência e a busca por justiça social em um contexto de vulnerabilidade e exclusão. Através de Severo, a narrativa explora a importância da organização comunitária e da resistência coletiva como formas de enfrentar as adversidades e lutar pela dignidade dos povos quilombolas.

Antes de emergir a figura desse líder comunitário vindo do seio da comunidade — papel de suma importância e relevância para o enredo do romance e para a história de resistência que o autor se propõe contar —, que se casa com a professora Bibiana e a posiciona também, lado a lado como companheira e liderança social, a narradora Belonísia nos apresenta Maria Cabocla. Esta personagem secundária traz novas versões para a história, pois, através dela, desvendam-se camadas mais íntimas da própria Belonísia.

O encontro entre Belonísia e Maria Cabocla acontece após o casamento de Belonísia com Tobias, quando ela se muda para longe da casa dos pais e vai morar no barraco dele. Vizinhas, as duas mulheres compartilham experiências de opressão em seus respectivos casamentos, unindo-se em uma amizade que se torna um refúgio para ambas diante das adversidades que enfrentam. A narrativa, nesse ponto, adquire uma complexidade especial: a relação entre Belonísia e Maria Cabocla parece transcender a amizade, insinuando uma interação sáfica que traz uma nova dimensão ao entendimento da personagem principal.

Itamar Vieira Junior utiliza uma linguagem que, por vezes, se apresenta ambígua, criando uma atmosfera onde o amor de Belonísia por Maria Cabocla flutua entre a metáfora e a realidade explícita. Em determinados momentos, as expressões usadas sugerem, de maneira sutil e delicada, que o que se desenvolve entre as duas vai além da amizade, insinuando um amor profundo e proibido, que desafia as convenções sociais da época.

Essa possível paixão de Belonísia por Maria Cabocla sobrepõe novas camadas à narrativa, revelando as complexas dinâmicas de poder, desejo e resistência que permeiam a vida das personagens. A tensão entre o que é dito e o que é sugerido na escrita de Itamar Vieira Junior enriquece a trama, proporcionando ao leitor uma experiência polissêmica, em que cada palavra e gesto pode esconder significados mais profundos. Nesse sentido, Maria Cabocla não apenas revela aspectos internos

de Belonísia, mas também personifica as contradições e os dilemas enfrentados por aqueles que vivem em um ambiente marcado pela repressão e pela necessidade constante de buscar formas de resistência e sobrevivência.

Nos três fragmentos abaixo, a interação entre as personagens revela um profundo grau de intimidade, indicando uma conexão que vai além da simples amizade. A cena em que Maria Cabocla trançava os cabelos de Belonísia evoca uma intimidade de caráter quase físico, funcionando como uma metáfora para o ato sexual entre duas mulheres. O cuidado no toque, os movimentos reiterativos, a simbologia associada aos dedos e a proximidade corporal entre as personagens criam um clima carregado de tensão emocional e desejo, sugerindo que há mais na relação do que o que é explicitamente descrito.

Além disso, a página 147 é quase inteiramente dedicada a explorar esse sentimento latente que Belonísia reprime e que nunca consegue esquecer. Nessa parte do texto, o autor mergulha nos pensamentos e sentimentos mais privados dela, revelando como luta internamente para conter um amor que, embora não declarado, permeia suas lembranças e desejos.

[...] Nas vezes em que a encontrei para pedir fogo ou lavar roupa na beira do rio, me contava sua história, sua travessia, e não havia observado seus traços com a profundidade com que fazia naquele instante. [...] Todas nós, mulheres do campo, éramos um tanto maltratadas pelo sol e pela seca. Pelo trabalho árduo, pelas necessidades que passávamos, pelas crianças que paríamos muito cedo, umas atrás das outras, que murchavam nossos peitos e alargavam nossas ancas. Em pé, olhando Maria sentada na cadeira, vi seus seios pequenos, subindo e descendo na inquietude de sua respiração desolada. Me senti compadecida de sua situação e com vontade de dividir o pouco almoço, mas me contive porque ainda dava importância à reação de Tobias. (Vieira Junior, 2019, p. 119)

'E você que ficou viúva... que tristeza pode ser ficar desamparada, mas deve ser melhor que ficar como eu estou', disse, retirando o lenço de minha cabeça, e senti uma onda quente percorrer o interior de meu peito. Passou a mão sobre meu cabelo crespo, deixando que seus dedos se emaranhassem nele. Senti um conforto que nunca havia sentido com o toque de qualquer pessoa. [...] Sem que voltasse meus olhos para encontrar os seus, dei xeque que ela afundasse as mãos em mim. Parou. Foi ao quarto para pegar algo. Passou a trançar o meu cabelo, usando o pente para desembaraçar os fios, e fazia tranças rentes ao couro cabeludo. Por um instante fechei os olhos para sentir melhor a ponta de seus dedos, que alternavam voltas entre falas e silêncios preenchidos apenas por sua respiração ofegante, em contraste com a minha, que estava cada vez mais lenta, como se me preparasse para dormir. Quando terminou o penteado, eu estava quase cochilando, e senti o calor de seu corpo próximo à minha cabeça. Levei minhas mãos para sentir as formas do cabelo, já que não havia espelho, e sem querer encontrei a sua pele áspera. Caminhos se formaram no alto de minha cabeça e pareciam se moldar com a quentura que percorria meu corpo.

Durante muito tempo depois daquela noite, fechei os olhos para tentar sentir de novo Maria Cabocla. ‘Você deve estar cansada, deite um pouco na cama. Vou ficar acordada, não consigo dormir’, disse [...]. Tentei resistir por algum tempo, mas depois aceitei. ‘Pode ficar desocupada’, me disse, ‘deite aqui do lado que eu deito, porque Tião tem mal dormir’, disse [...].

Senti o cheiro de água doce no lençol que recobria a cama, e por muito tempo resisti ao sono, tentando acalmar o interior de meu corpo que ainda pulsava vivo ao afeto que havia recebido. (Vieira Junior, 2019, p. 147–148).

Esse amor reprimido, que Belonísia tenta negar até para si mesma, é retratado com uma sensibilidade que enriquece e complexifica a personagem. Ela parece carregar o maior fardo emocional da narrativa: perdeu a fala ainda na infância, viu o namorado da juventude — o primo Severo — escolher sua irmã, sofreu agressões da mãe motivadas pela inveja da mesma irmã, que antes era sua maior confidente e aliada. Mesmo na tentativa de reconciliação, como na cena da pescaria, é Belonísia quem acaba novamente ferida, reforçando sua trajetória de sofrimento.

Talvez ela seja uma representação simbólica no texto de Itamar para mostrar a resiliência da mulher camponesa que, mesmo passando por uma série de dificuldades, atravessada por um sem-número de violências, continua seu *modus vivendi*. Assim, a relação entre as duas mulheres não é apenas um elemento narrativo, mas também um reflexo das questões mais profundas de identidade, desejo e resistência. O autor utiliza essas interações para explorar temas como a opressão sexual e a busca por conexão emocional dentro de uma sociedade que muitas vezes nega esses laços³⁷.

A relação entre Belonísia e Maria Cabocla transcende o que é visível à primeira vista, mas não há uma comprovação narrativa que confirme de forma categórica que se trata de uma interação sáfica. O amor entre elas se revela através de pequenos gestos, silêncios compartilhados e memórias que persistem, mesmo quando se tenta enterrá-las. No entanto, essa relação pode ser compreendida como uma forma profunda de sororidade, marcada pela solidariedade feminina, compreensão mútua e apoio incondicional, que vai além das convenções e expectativas sociais.

Além disso, no que diz respeito à terra para a qual Belonísia se volta, um dos temas centrais amplamente explorados em sua narrativa é a questão das casas de barro, que atravessa todo o romance. Nos trechos a seguir, surgem menções a esse tema nas narrativas de Bibiana, Belonísia e Santa Rita Pescadeira, respectivamente:

³⁷ Análises valiosas sobre *Torto Arado*, que abordam a representação, resistência e construção das personagens femininas, foram elaboradas por Quadros (2021), Soares e Moreira (2021) e Resende, Oliveira e Costa (2021).

[...] Construiríamos nossa casa perto da casa de tio Servó e de tia Hermelina. Era assim que deveria ser quando dois jovens se uniam; construíam sua casa no terreiro da casa dos pais, havia uma comunicação e a espera de uma espécie de consentimento por parte do gerente da fazenda para que começassem a erguê-la. Faríamos nossa casa como todas as outras, com o barro das várzeas, com as forquilhas que forjávamos das matas. Cobriríamos com o juncos que tomou conta do leito do Utinga com a grande seca. [...] (Vieira Junior, 2019, p. 82–83) — narração de Bibiana.

[...] Mas ali, nos limites da fazenda, sob o domínio da família Peixoto — que quase não colocava os pés por lá a não ser para dar ordens, pagar ao gerente e dizer que não poderíamos fazer casa de tijolo [...] (Vieira Junior, 2019, p. 85–86) — narração de Bibiana.

[...] Na fazenda nunca houve sede, escutava os trabalhadores dizerem, porque a família Peixoto tinha outras na região, maiores e mais produtivas que Água Negra, e era em alguma dessas que residiam. No mesmo tempo, ainda antes do Dia de São José, o prefeito inaugurou a escola, que teve a construção com telhas de cerâmica que nenhuma casa de trabalhador poderia ter [...] (Vieira Junior, 2019, p. 95) — narração de Belonísia.

[...] O último inverno tinha sido de muita chuva e ventos fortes, que haviam causado avarias na casa em que morava sozinho com minha mãe depois da partida dos filhos. O barro havia cedido, deixando à mostra o trançado de madeira que sustentava a parede da frente. Era como um corpo corroído que nos permitia ver os ossos. Que nos permitia ver a intimidade de uma casa, porque buracos e frestas já não cobriam o seu interior. E o interior de uma casa era tudo que tínhamos. Guardava segredos que nunca seriam revelados. [...] (Vieira Junior, 2019, p. 158–159) — narração de Belonísia.

'[...] Então, vocês trabalham nas minhas roças e, com o tempo que sobrar, cuidam do que é de vocês. Ah, mas não pode construir casa de tijolo, nem colocar telha de cerâmica. Você são trabalhadores, não podem ter casa igual a dono. Podem ir embora quando quiserem, mas pensem bem, está difícil morada em outro canto.' (Vieira Junior, 2019, p. 205) — narração de Santa Rita Pescadeira.

A relação entre Belonísia e a conformação das casas é um elemento textual interessante, pois, em sua narrativa, reluz a experiência social e cultural das personagens de Água Negra. A preocupação com o tipo de moradia, por vezes, entra em confronto com a identidade pessoal e as condições econômicas, evidenciando as complexas dinâmicas entre essas esferas.

O caráter caseiro de Belonísia fortalece a representação do *oikos* (casa) na narrativa, tornando-se um elemento-chave para compreender a relação entre a personagem e o espaço doméstico. A maneira como ela aborda e repete constantemente o tema da casa revela não apenas sua intra-relação³⁸ com o ambiente familiar, mas também uma resistência à opressão e à violência histórica que marcam

³⁸ Conferir nota de rodapé 24.

sua vida, tendo a casa, por vezes, como refúgio. Ela resgata um tropo caro a Garrard (2023), a habitação. Essa representação do lar como a casa construída está intimamente ligada às relações de poder, à identidade e ao pertencimento. A casa, não é apenas um local físico de moradia, mas um espaço simbólico que carrega memórias, traumas e, ao mesmo tempo, resistências. A repetição e a centralidade do tema da casa em Belonísia sublinham essa dimensão simbólica e social.

Na primeira parte do livro, a descrição de Bibiana sobre a construção de sua casa próximo à casa dos pais denota uma prática tradicional que valoriza a proximidade familiar e a continuidade cultural, típica de comunidades camponesas, onde um filho se casa e constrói a casa do lado da dos pais. Este arranjo de habitações não só fortalece os laços familiares, como também reforça o papel central do lar na vida das personagens como um local de convergência da proteção, do individual. A preocupação das irmãs com a construção de suas moradias demonstra como a casa se torna um símbolo que se contrapõe à paisagem em volta, visto representar estabilidade e identidade em um contexto marcado por instabilidade econômica e patrimonial.

A restrição de construir apenas casas de barro, em vez de estruturas mais duráveis, como as de tijolos, reflete diretamente as limitações impostas pelos proprietários das terras. A situação da proibição de construir casas de tijolo e utilizar telhas cerâmicas ilustra a disparidade entre a condição dos trabalhadores e a dos proprietários. Este contraste não apenas evidencia a desigualdade social, mas também destaca a precariedade da vida dessas pessoas, que são forçadas a construir moradias efêmeras utilizando os recursos naturais disponíveis no local. Recursos que a própria natureza retoma de maneira inevitável por meio de simples fenômenos, como as chuvas. Essa proibição também se relaciona à questão da propriedade, já que uma casa de tijolos e telhas sinalizaria, de algum modo, o pertencimento do trabalhador ao lugar, algo que não parece ser bem aceito pelos donos da terra.

O contraste entre a durabilidade das construções públicas, como a escola com telhas cerâmicas, e a efemeridade das casas dos trabalhadores destaca uma forma de discriminação estrutural. A escola, representando um símbolo de educação e estabilidade, que leva o nome do patriarca dono da propriedade rural, é construída com materiais duráveis, enquanto as casas dos trabalhadores, feitas de barro, refletem a vulnerabilidade e a transitoriedade de suas vidas. O capítulo 3 abordará de forma mais aprofundada a temática da escola e da educação contextualizada.

Belonísia, ao se casar, isola-se em uma casa distante com o marido e, sua mudança para longe, revela uma transformação na sua experiência. A adaptação ao novo ambiente, e a busca por significado através do trabalho na terra, sugerem uma tentativa de encontrar um novo senso de pertencimento e realização. O trabalho com a agricultura ao redor da nova casa não apenas substitui a ausência da proximidade física das casas de sua família, mas também representa uma forma de apego emocional e identidade em sua nova realidade, como demonstrado no fragmento a seguir:

Minha mãe quis que seguisse com ela para sua casa, que fechasse tudo e voltasse a morar em sua companhia. Também não quis. Queria estar só, experimentar a vida no silêncio que havia encontrado longe de todos. [...] E eu não estava disposta a deixar aquele pedaço de chão para que outra pessoa usufruísse do cuidado que tive para fazer daquele quintal um canto vistoso de terra. Havia me afeiçoadão às plantas, a cada coisa que crescia com a força do meu trabalho e do de Tobias. [...] (Vieira Junior, 2019, p. 140).

Neste ponto da narrativa, a morte do marido Tobias já tinha sido recebida por Belonísia com um sentimento de alívio e liberação. Tobias, que era alcoólatra, não só a agredia, mas também a traía, como evidenciado pelos perfumes de outras mulheres que trazia na roupa. A morte de Tobias não desperta em Belonísia o luto usual de uma viúva, mas surge como uma oportunidade para buscar paz e isolamento. Ela deseja a tranquilidade de sua casa, um espaço que simboliza o resultado de seu esforço e sua crescente conexão com a terra. Nesse momento, Belonísia se enquadra num retrato nítido do tropo pastoral, descrito por Garrard (2023), particularmente da sua primeira vertente, a clássica, que representa o campo de forma idealizada, como um espaço de pureza e tranquilidade. Nesse tipo de representação, o campo é muitas vezes uma fuga, um refúgio da complexidade do contexto em que a personagem se encontra.

Esse afastamento subjaz em uma passagem subsequente de outra forma, quando Belonísia revela indícios de um desejo sáfico, expressando sua vontade de distanciamento dos homens e a ausência do desejo de se relacionar romanticamente com eles no futuro. A citação a seguir ilustra esse sentimento: “[...] Nessas horas eu, que tomei raiva de homem, que nunca mais quis deitar ou casar com homem, talvez deitasse de novo só para ter filhos, para ter com quem sentar para desfiar essas histórias que não me abandonam.” (Vieira Junior, 2019, p. 170). Esta declaração não só demarca sua rejeição pelos homens naquele momento da história, como também indica uma busca por conexão e significado em sua vida, além de uma reflexão sobre

suas experiências e memórias persistentes, as quais ela quer enclausurar em segredo dentro de casa.

Em Belonísia, esse profundo apego à terra, desenvolvido por meio de sua vivência no campo e na agricultura, vincula-se com seu desejo de se tornar mãe, que ela enxerga como a única maneira de se reconectar novamente com um homem. Nesta parte, a personagem mergulha na segunda fase da pastoral, que se foca na reconexão com o lar e com a terra, buscando restaurar uma relação mais profunda e autêntica com o ambiente ao seu redor. Esse retorno ao campo não é apenas físico, mas também simbólico, representando um reencontro com as raízes, os valores ancestrais e a essência de sua identidade. A terra, nesse contexto, torna-se um espaço de reflexão e ressignificação. A personagem precisou ficar sozinha para se realinhar consigo mesma e com os outros ao seu entorno.

À medida que começa a acompanhar a mãe Salustiana nos partos da comunidade, seu desejo de maternidade se intensifica, a ponto de ela se comparar à terra que anseia por ser semeada.

Quanto mais criança via nascer, mais sentia como se meu corpo vibrasse, em movimento, pedindo para parir, como a terra úmida parece pedir para ser semeada; e se não fosse semeada, a natureza faz ela mesma seu cultivo, dando a capoeira, o maracujá-da-caatinga e folhas de toda sorte para curar os males do corpo e do espírito.

Depois do fim da estiagem, nasceram crianças como orelha-de-pau em troncos apodrecidos nos charcos que se tornaram a vazante. [...] (Vieira Junior, 2019, p. 105).

Em uma perspectiva simbólica, a forte relação de Belonísia com a terra pode ser interpretada como uma manifestação do arquétipo de Gaia, a personificação feminina da Terra na mitologia grega. Gaia, reconhecida como a mãe primordial, simboliza a criação, a fertilidade e o cuidado com a vida. Essa visão aparece nas ideias de Boff (2011, 2016, 2020), que descreve a Terra como um ser vivo e maternal, capaz de gerar, nutrir e acolher. “Esta Terra-Gaia engloba todos os seres, gera e sustenta a teia da vida em sua incomensurável biodiversidade. Ela, como Mãe generosa, deve ser respeitada, reconhecida em suas virtualidades e em seus limites” (Boff, 2020, p. 8).

Ao se comparar à terra que deseja ser semeada, Belonísia se alinha a esse símbolo maternal e mítico, mesclando seu desejo de uma possível maternidade com a própria essência de fertilidade e criação da natureza. Pode-se dizer que sua

experiência transcende o contexto individual do humano (da personagem) e passa a refletir uma conexão maior com o ciclo de vida e renovação da Terra.

Essa conexão demonstrada por Boff, metaforizada por Belonísia através do solo e da terra como símbolo materno não apenas enriquece a narrativa, mas também convida à reflexão sobre a importância de respeitar e cuidar do meio ambiente, para que os seres humanos se reconheçam como parte do todo.

Esse novo tipo de relação não se faz por uma comovente retórica. Mas deve se traduzir por uma mudança de comportamento no sentido do respeito e do cuidado que ela merece. A Terra é nossa Mãe, a Pacha Mama dos andinos e a Gaia dos modernos. Se não restabelecermos esse laço de mutualidade, dificilmente ela conseguirá nos oferecer gratuitamente o que por milhões de anos nos galardoou a nós e a toda a comunidade de vida. Pode, eventualmente, chegar a um ponto em que a Terra não nos queira mais sobre a sua face terrestre. Por isso que a sustentabilidade aqui é essencial, por constituir a base de um refazimento real do contrato natural (Boff, 2020, p. 4).

Emprestando o termo de Plumwood (1993), Belonísia precisou se “hiperseparar” para reconhecer sua própria potência. Ela é uma personagem que carrega consigo uma forte carga ecofeminista, o que Shiva (1988) reforça com a questão da luta por justiça social, a qual Belô se engaja também, assim como a grande maioria da comunidade quilombola. Ela mimetiza a terra tanto como planeta (mesmo não sendo mãe como a Mãe Natureza, Gaia), quanto como o elemento geológico que compõe o solo, simbolizando uma natureza de muitos adjetivos — seja fértil, orgânica, cultivável, sagrada, como também árida, montanhosa, pedregosa, desértica, arenosa — que correspondem às suas qualidades e explorações sofridas. Suas vivências refletem a sobrecarga de exploração a que a natureza e as mulheres estão frequentemente sujeitas, desde a violência contra o corpo até a devastação ambiental. Essas interseções ecofeministas afrontam as estruturas patriarcas e capitalistas, que subordinam tanto o corpo da mulher quanto o corpo da terra sob distintas e similares violências.

Embora a narradora não consiga concretizar seu sonho de maternidade, ela não se afasta totalmente das relações com os homens. Severo, primo que se casou com sua irmã, torna-se um grande amigo e mentor tanto para ela quanto para toda a comunidade. Seu discurso, fortemente influenciado pelo movimento sindical, problematiza questões cruciais como a divisão justa da terra em que sempre viveram, a propriedade e as condições de trabalho, promovendo uma quebra de paradigmas até nos mais velhos de Água Negra.

[...] Aquele foi um sinal dos tempos que viveríamos se algum dia eles retornassem à fazenda. Percebi que havia algo vigoroso e decisivo nas suas enunciações sobre o trabalho, sobre a relação de servidão em que nos encontrávamos. Guardei o que pude de suas palavras para tentar decifrar as mensagens novas que trazia, transferindo sua vivência em outras terras para a nossa própria história, para que algo passasse a fazer sentido para nós. (Vieira Junior, 2019, p. 105).

Gaia, personagem da mitologia grega, vai além da simples figura de “Mãe Terra”. Originária do Caos primordial, ela simboliza a terra fértil, a vida e a estabilidade. Ao emergir, Gaia estrutura o Cosmos, organizando o universo, formando montanhas, mares e céus, e impondo ordem sobre o caos inicial. Além disso, atua como guardiã da vida e da terra, exercendo influência sobre a fertilidade, a agricultura e a justiça natural (Graves, 2018).

Tomando por base a mitologia de sua história, surge outra correspondência entre Belonísia e Gaia. No mito, Gaia se vinga do marido, Urano, depois que ele lançou seus filhos, os Titãs, no Tártaro, um abismo sombrio do mundo subterrâneo, tão distante da Terra quanto a Terra do céu. Ferida e indignada com o sofrimento dos filhos, Gaia os incentiva a retaliar o pai. Cronos, o mais jovem dos Titãs, aceita a missão e é armado por Gaia com uma foice de pedra, com a qual castra Urano enquanto ele dorme. Dessa forma, Gaia transforma a opressão paterna em uma ação decisiva dos filhos, orquestrando a vingança de maneira indireta (Graves, 2018). De modo análogo, Belonísia retoma esse mito, utilizando a faca e não uma foice, e dando ao objeto um novo significado: não para vingar um marido, que morre sem sua intervenção, mas para enfrentar todo o mal histórico associado ao patriarcado da família antagonista, proprietária da fazenda.

E para que se engaje no embate, outra personagem importante na narrativa é Severo, que desempenha um papel essencial ao tornar-se um semeador da consciênci social e ecológica no seio da comunidade negra de trabalhadores da fazenda. Em vários momentos da narração de Belonísia, seu relato adquire um caráter instrutivo, como se ele estivesse transmitindo uma aula. Com alguns trechos bem didáticos, ele abre com seu discurso um livro de história para a comunidade, oferecendo uma explicação aprofundada sobre o processo de escravidão no Brasil, a divisão de terras e a necessidade de reconhecer a identidade dos habitantes como quilombolas, em vez de apenas agricultores camponeses. Esse aspecto político, que estrutura a trama de *Torto Arado*, será detalhado no próximo capítulo, através da

perspectiva da entidade espiritual Santa Rita Pescadeira. Ela, enquanto entidade onisciente, ajuda a esclarecer a história, revelando aspectos da comunidade de Água Negra que são desconhecidos pelas gerações mais novas, ao mesmo tempo, fornecendo o impulso decisivo para o desfecho de vingança na história.

5 “SE O CAMPO NÃO PLANTA, A CIDADE NÃO JANTA”

[...]

*E eu, já calejada³⁹
Que já vi de tudo
Mas não me acostumo
Me desfiz em chuva*

*Pra penetrar
Sua boca
E carregar seu sangue
Depois que o sol cair
Vou cavagnar um corpo
Volto a cavar a cova
Torno a usar a faca*

*Meu cavalo já morreu
E o meu nome se esqueceu*

*E eu que vi de tudo
Mas não me acostumo
A ver sonhos mortos
Dessa vez, não
Dessa vez, não
Dessa vez, não
Dessa vez, não*

5.1 Raízes da desigualdade racial e fundiária no Brasil

Falar em “reforma agrária” no Brasil revela um cenário revisitado por conflitos, violências e indefinições, elementos que estão bem demarcados no romance *Torto Arado*. A divisão justa e igualitária das terras tem sido uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais do campo. Gonçalves (2011) apresenta de forma detalhada a situação do campo brasileiro e discorre sobre a ausência de um consenso sobre a definição do termo. Mas, ainda que indefinida, a autora destaca duas características principais no cenário do país: a concentração fundiária e a desigualdade social.

Essas duas marcas estruturam a questão agrária brasileira. De acordo com Gonçalves (2011), o surgimento do debate sobre reforma agrária no Brasil se intensifica durante os processos de industrialização e urbanização do país, período no qual a estrutura agrária se baseia numa conformação que permanece até os dias atuais com a concentração de grandes propriedades rurais (latifúndios) nas mãos de

³⁹ Parte final da canção “Torto Arado”, adaptação composta por Rubel. Álbum: As Palavras, Vol. 1 & 2 (2023). Interpretada por: Rubel, Luedji Luna e Liniker.

poucos donos. Muitas são voltadas primariamente ao comércio exterior, enquanto a agricultura familiar⁴⁰, essencial para a produção de alimentos, é marginalizada. Tais características perpetuam essa desigualdade, dificultando o desenvolvimento de uma agricultura orientada para o consumo interno.

Assim, as movimentações para reivindicar acesso à terra começam a ganhar força na década de 1950, em um contexto em que o Brasil mira uma maior industrialização e urbanização (Gonçalves, 2011).

No entanto, essa problemática da desigualdade social possui origens mais antigas, desde a fase da colonização do Brasil. Matos (2013) traça um panorama detalhado do sistema fundiário brasileiro, e explica que o modelo de concessão de terras donatárias (capitanias hereditárias), implementado durante a colonização, resulta em uma alta concentração de terras, o que é um fator determinante para a estrutura agrária que persiste até os dias atuais.

Dessa forma, a concentração de terras favorece a monocultura mais tarde com o sistema de sesmarias. Considerado o ponto de partida para o latifúndio no Brasil Colônia, o sistema de sesmarias, que perdurou até 1822, tinha como objetivo financiar a colonização, mas acabou por beneficiar interesses das elites em detrimento dos pequenos agricultores, perpetuando desigualdades que ainda são visíveis na estrutura agrária atual.

As terras agora vendidas a preços exorbitantes jamais seriam acessíveis, alguns anos depois, aos escravos libertados com a abolição da escravidão em 1888, que não teriam como sobreviver e ameaçariam o poder dos grandes proprietários, por meio de ocupação de terras.

Assim, a Lei de Terras garantia mecanismos que mantinham a escravidão do trabalhador livre à grande propriedade monocultora. Favorecia ainda a monopolização da terra por latifundiários e fazendeiros e relegava aos trabalhadores a única possibilidade de venderem sua força de trabalho em plantações de café, criação de gado e outras atividades (Matos, 2013, p. 25).

⁴⁰ Entende-se por “agricultura familiar” o sistema produtivo que tem a gestão da propriedade e a maior parte do trabalho originada de dentro do núcleo familiar (Abramovay, 1997). Destaca-se que, nesse período de início da industrialização, que Gonçalves (2011) aborda, o modelo de agricultura familiar era predominantemente camponês, caracterizando-se, segundo Savoldi e Cunha (2010), pela manutenção da produção agropecuária e pelo vínculo à propriedade familiar, sem necessariamente orientarem suas práticas aos padrões produtivistas do mercado. Contudo, muitas famílias agricultoras enfrentavam e ainda enfrentam hoje dificuldades para acessar a terra. Até os anos 1990, esse sistema agropecuário era frequentemente referido por expressões como “pequena produção”, “agricultura de subsistência”, “produtores de baixa renda” ou “pobres do campo” (Abramovay, 1997; Schneider; Cassol, 2014; Wanderley, 2017). A partir dessa década, houve uma reavaliação desses conceitos e a expressão “agricultura familiar” passou a ter destaque em âmbito nacional.

Para proporcionar uma melhor compreensão dos marcos históricos e das legislações importantes na formação da questão agrária brasileira, o Quadro 1 (a seguir) foi organizado de forma esquemática, com o objetivo de apresentar de maneira clara e cronológica os principais eventos que são discutidos ou relacionados ao longo deste capítulo. Esse esquema facilita a visualização das transformações políticas, econômicas e sociais que influenciaram e ainda impactam a estrutura fundiária e a dinâmica agrária do país.

Quadro 1 – Linha do tempo com os marcos históricos e legislações importantes para a questão agrária no Brasil

EVENTO	PERÍODO	DESCRÍÇÃO
Concessão das Donatarias (Capitanias Hereditárias)	1534–1753 (219 anos)	Criação das capitanias hereditárias, com a concessão de grandes terras a donatários para colonização e exploração do Brasil.
Divisão das terras Donatarias em divisões menores (Sesmarias)	1532–1822 (290 anos)	Estabelecimento do sistema de sesmarias, em que terras poderiam ser concedidas a colonos que se comprometessem a cultivá-las.
Apropriação de terras possibilida pela posse	1822–1850 (28 anos)	A Resolução n.º 76, assinada por José Bonifácio de Andrada e Silva, suspende a concessão de sesmarias futuras. A partir de então, a posse de terras passou a ser realizada amplamente e sem restrições no país, até promulgada a Lei de Terras, em 1850.
Lei Feijó	7 de novembro de 1831	Primeiro movimento legislativo no Brasil a proibir a importação de escravos, declarando livres todas as pessoas escravizadas que chegassem ao país após sua promulgação. No entanto, a prática de tráfico de escravos continuou de forma ilegal por vários anos.
Lei Euzébio de Queirós (Lei nº 581)	4 de setembro de 1850	Proibição definitiva do tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil, com medidas de fiscalização mais eficazes.
Lei de Terras (Lei nº 601)	18 de setembro de 1850	Lei que regulamentou a posse e distribuição de terras no Brasil, restringindo o acesso à terra por meio de compras e não mais por concessões.
Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040)	28 de setembro de 1871	Lei que libertou os filhos de escravas nascidos após essa data, ainda que a escravidão persistisse até 1888.
Lei dos Sexagenários (Lei nº 3.270)	28 de setembro de 1885	Lei que libertou os escravizados com mais de 60 anos, parte das medidas que antecederam a abolição total da escravização.
Lei Áurea (Lei nº 3.353)	13 de maio de 1888	Abolição oficial da escravidão no Brasil.
Criação do Código Civil (Lei nº 3.071)	1º de janeiro de 1916	Estabelecimento de novas regras para a propriedade de terras e contratos, afetando a estrutura agrária.
Revolução de 1930 e Era Vargas	1930–1945	Durante o governo Vargas, políticas de modernização da agricultura e criação do Ministério da Agricultura, com impacto sobre a estrutura agrária.

Ato Institucional nº 5 (AI-5)	13 de dezembro de 1968	Período de maior repressão política e social, afetando movimentos camponeses e trabalhadores rurais em busca de reforma agrária.
Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64)	30 de novembro de 1964	Legislação que regulamentou o uso, a posse e a distribuição das terras no país. Criada com o objetivo de promover a reforma agrária, estabeleceu critérios para a concessão de terras públicas.
Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	9 de julho de 1970	Decreto-Lei nº 1.110 cria o INCRA para implementar a reforma agrária e regularizar a distribuição de terras no Brasil. Também extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA).
Criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	Janeiro de 1984	Fundação do MST, movimento que visa a luta pela reforma agrária e o direito à terra para trabalhadores rurais sem acesso à propriedade.
Criação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)	10 de outubro de 1985	Criação do PNRA para acelerar a redistribuição de terras e apoiar pequenos produtores e trabalhadores rurais sem terra.
Constituição da República Federativa do Brasil	5 de outubro de 1988	A promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu direitos fundamentais, incluindo o direito à terra e à reforma agrária.
Maior mobilização dos Movimentos Indígenas e Terras Tradicionais	Séculos XX e XXI	Lutas pela demarcação de terras indígenas e quilombolas, com garantias constitucionais a partir de 1988.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Historicamente, o Brasil não soube lidar de maneira justa e eficaz com a gestão das terras. Prado Jr. (1981 *apud* Matos, 2013, p. 8) qualifica as ações do Estado ao longo da história como “medidas inócuas”, que não foram capazes de resolver o problema agrário. Essa falha na abordagem governamental é apresentada como um dos principais fatores que intensificaram os conflitos agrários no Brasil. Assim, mesmo depois do estabelecimento do Estatuto da Terra de 1964 e da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), importantes marcos legais para a legislação agrária, não foram suficientes para promover uma reforma agrária efetiva e justa (Matos, 2013).

Ávila (2013) faz uma diferenciação dos termos ‘questão agrária’ e ‘questão fundiária’, ressaltando que a primeira envolve a distribuição e posse da terra, enquanto a segunda se refere à organização do espaço físico rural. A análise histórica revela que as tentativas de reforma agrária no Brasil não lograram democratizar o acesso à terra, perpetuando a concentração fundiária. O autor destaca que a questão agrária é multifacetada, e envolve questões complexas como a concentração da propriedade da terra com existência de minifúndios e latifúndios com terras improdutivas, além de problemas sociais, como a expulsão de mão-de-obra e conflitos agrários.

A partir de 1930, o Brasil experimenta um contexto marcado pelo êxodo rural, pela redução do número de trabalhadores no campo, contrastando com um aumento gradual da produtividade no setor agrícola. Esse cenário contribui para a subordinação dos pequenos produtores ao agronegócio, o que, fundamenta as bases dos movimentos campesinos e a concepção de reforma agrária no país (Ávila, 2013), pois esses agricultores buscam alternativas para se libertar dessa condição de dependência e garantir melhores condições de vida e trabalho no campo.

A reforma agrária se torna, então, bandeira de luta fundamental dos movimentos sociais camponeses para reivindicar a ocupação equilibrada do território, além de contribuir para a geração de empregos e renda, a segurança alimentar, a preservação ambiental e o desenvolvimento regional. Mas as tentativas de realizá-la foram historicamente enfraquecendo e se tornando ineficazes, principalmente com relação às políticas públicas fundiárias, uma vez que não atendiam plenamente às demandas por democratização do acesso à terra (Martins, 2015).

Martins (2015) destaca que, apesar dos avanços na criação de projetos de assentamentos de reforma agrária, na demarcação de terras indígenas e a titulação de territórios quilombolas, as demandas por democratização do acesso à terra permanecem insatisfeitas. E essa insatisfação persiste como uma questão recorrente, que segue sem solução até a atualidade da segunda década do século XXI, mantendo-se como um desafio estrutural que ainda aguarda respostas efetivas do Estado.

Nesse cenário de lutas, é fundamental reconhecer o papel do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como um importante órgão responsável pela promoção e coordenação da reforma agrária, com ações focadas na justiça social e no bem-estar do trabalhador rural. Criado em 1970 pelo Decreto-Lei nº 1.110, o INCRA é uma autarquia que sucedeu ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Conforme Penna e Rosa (2015), um dos principais objetivos do governo militar ao unificar esses órgãos em um só foi impulsionar o projeto de colonização da região amazônica, que, na época, ainda era pouco explorada e marcada por desafios logísticos e territoriais. Com essa reestruturação, o Instituto passa a desempenhar um papel multifacetado, agregando uma série de funções essenciais, como a implementação de políticas voltadas para o reconhecimento e titulação das terras ocupadas por comunidades tradicionais, como os quilombolas. O Instituto, passou,

então, a aglutinar várias funções, sendo, inclusive, “responsável por políticas de reconhecimento e titulação das terras ocupadas por quilombolas”⁴¹ (Penna; Rosa, 2015).

Desde sua criação, o INCRA busca implementar as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504/1964 (Brasil, 1964), que preveem a superação de desigualdades no acesso à terra (Talaska, 2016). O artigo 16 do Estatuto enfatiza que a reforma agrária tem como objetivo “a progressiva extinção do minifúndio e do latifúndio”. Assim, a atuação do órgão visa enfrentar essas estruturas que perpetuam desigualdades na distribuição de terras.

Nesse sentido, compreender a questão fundiária no Brasil exige um olhar para estruturas presentes na atualidade, como o INCRA, mas também entender o passado. Graciano e Santos (2017) discutem a função social da propriedade, destacando a relevância do Estatuto da Terra de 1964, que é apresentado como uma tentativa de mitigar esses conflitos. Essa legislação buscou não apenas regular a posse da terra, mas também redefinir a propriedade, abandonando sua visão absoluta e incorporando a ideia de que a propriedade deve cumprir uma função social. Essa mudança de paradigma é significativa, pois implica que a propriedade não é apenas um direito individual, mas deve ser exercida em consonância com direitos e deveres que incluem a responsabilidade ambiental e o respeito aos direitos trabalhistas.

⁴¹ Para que uma área seja reconhecida como território quilombola, uma das primeiras etapas realizadas pelo INCRA é a elaboração de um relatório antropológico. Esse relatório inclui a história da comunidade, a ocupação do espaço e outros aspectos relevantes. Durante o doutorado em Estudos Étnicos e Africanos, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Itamar Vieira Junior teve como campo de estudo a regulação fundiária de uma comunidade na Chapada Diamantina: a comunidade de Iúna. Além disso, ele atuou no INCRA e trabalhou pela decretação de áreas quilombolas, sendo Iúna um dos territórios que inspiraram a escrita de *Torto Arado*. Em uma entrevista concedida aos antropólogos Igor Rolemburg e Júlia Vilaça Goyatá, Itamar foi questionado sobre a regularização das terras de Iúna. Na ocasião, sua resposta foi negativa: “O processo conseguiu avançar até o fim do governo Temer. Então eles tiveram o relatório publicado, abrimos as contestações, houve contestação. É um processo muito lento. [...] Essa tem quase dois anos e meio que está lá parada. E a gente não tem esperança de que saia, porque não saiu nada até agora. Essa de Iúna está parada há dois anos e meio [considerando maio de 2021], mas tem processos parados há quatro anos, que não avançaram, que pararam lá mesmo na Presidência da República. Porque o Temer só assinou um decreto na Bahia e inúmeros outros ele deixou de lado. Onde tinha muitos conflitos, interesses dos ruralistas, ele não assinou” (Vieira Junior; Rolemburg; Goyatá, 2022, p. 418). Na época da entrevista, o Brasil ainda estava no terceiro ano do governo Bolsonaro. Foi apenas após a reeleição de Lula que, em 2024, ele assinou 15 Decretos de Declaração de Interesse Social para Quilombos, com o objetivo de desapropriar terrenos em áreas localizadas na Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba, Piauí, Paraná e São Paulo. Entre esses, estava o Quilombo de Iúna, em Lençóis, BA. Durante a assinatura dos decretos, o presidente Lula fez questão de telefonar para o escritor para compartilhar a notícia, divulgada posteriormente nas redes sociais oficiais (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2024; Longo, 2024).

Além disso, outro avanço legislativo foi a Constituição Federal de 1988, destacada por Graciano e Santos (2017) como um marco importante na consolidação da função social da propriedade como um princípio constitucional, previsto nos artigos 5º e 170 (Brasil, 1988). Os autores enfatizam que essa conquista da Constituição foi resultado das intensas mobilizações sociais, incluindo aquelas oriundas do campo, refletindo uma demanda por justiça social e acesso à terra.

A inclusão do princípio da função social na Constituição não apenas legitima os objetivos dos movimentos sociais que defendem a reforma agrária, mas também reafirma o compromisso com a promoção do bem-estar coletivo, a proteção do meio ambiente e o equilíbrio entre interesses individuais e coletivos. Esse princípio integra aspectos sociais e ambientais às discussões sobre a desapropriação de terras que não cumprem sua função social (Graciano; Santos, 2017)

Voltando-se ao *corpus* dessa pesquisa, no cenário retratado em *Torto Arado*, percebe-se que a comunidade de trabalhadores quilombolas da Fazenda Água Negra jamais teve acesso ao direito à propriedade da terra. Essas personagens representam descendentes de pessoas escravizadas que foram exploradas em anos anteriores. O cenário, portanto, é uma representação mais próxima da realidade atual de um país que ainda não conseguiu se resolver com os problemas decorrentes do sequestro de pessoas da África, da escravização delas e de toda arquitetura política pensada para mantê-las na subalternidade.

Sendo assim, é essencial regressar ainda mais nessa temporalidade para compreender plenamente o contexto da vivência das personagens no possível período do romance (entre as décadas de 1950 e 1980) e estabelecer uma conexão com o ano de 1850, quando foi promulgada a Lei nº 601, conhecida como a Lei de Terras. Este marco legal, estabelecido em uma época em que a escravidão ainda era institucionalizada no Brasil, é um ponto importante para se entender como se deram os processos de formação do território nacional e suas implicações sociais.

A sociedade de base escravocrata estabelece o império da violência e se firma na questão fundiária, que naturalmente exclui a população negra, primeiro por serem escravizados, depois por serem libertos, no entanto marginalizados sem a possibilidade de adquirir terras (Gouveia; Almeida, 2021, p. 109).

Nesse ínterim, ao consolidar uma política fundiária que favorecia a posse de terras por grandes proprietários e dificultava o acesso das populações mais pobres,

principalmente as descendentes de ex-escravizados, a Lei de Terras se tornou um elemento-chave na manutenção das desigualdades sociais no país. Mais de um século antes da promulgação do Estatuto da Terra e da Constituição, que buscaram, de certa forma, regular a questão agrária, a Lei de Terras estabeleceu uma estrutura que, embora aparentemente voltada para a organização do espaço rural, gerou profundas consequências para as comunidades negras e os seus descendentes. Esse processo de exclusão, marcado por barreiras legais ao acesso à terra, continuou a refletir na vida de muitos descendentes dessas pessoas no decorrer do século XX, respingando as consequências ainda no século XXI.

Promulgada num contexto de transição econômica e social, com poucos dias decorridos da Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico negreiro no país, a Lei de Terras estabelecia desde o 1º artigo: “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por título que não seja o da compra” (Brasil, 2025). Sendo assim, as terras devolutas⁴² no país só poderiam ser adquiridas por meio de compra, proibindo outras formas de aquisição, como a posse por usucapião.

A implementação dessa lei teve como objetivo principal regularizar a propriedade fundiária e incentivar a imigração europeia para suprir a demanda por trabalho nas lavouras, diante da iminente abolição da escravatura. No entanto, essa legislação também estabeleceu barreiras ao acesso à terra para ex-escravizados e pessoas de baixa renda, cujos efeitos ainda repercutem na atualidade (Furtado, 2007).

Com a abolição da escravatura em 1888, os negros libertos enfrentam enormes dificuldades para se inserir na estrutura agrária brasileira (Silva, 2013), pois não têm recursos para comprar terras e não existem políticas públicas que facilitem sua integração na economia. Assim, muitos foram compelidos a migrar para os centros urbanos, onde enfrentam condições precárias de vida e trabalho. Essa exclusão do acesso à terra perpetua a marginalização socioeconômica dessa população e de seus descendentes, reforçando a segregação racial ainda mais (Rios; Mattos, 2004).

⁴² O termo “devoluto” originalmente se referia à ideia de “retorno ao proprietário original”. Isso significava que terras anteriormente doadas ou apropriadas, mas não utilizadas, eram reintegradas ao domínio do senhor original que, neste caso, seria a Coroa portuguesa. Sendo assim, o conceito de terras devolutas era aplicado especificamente às sesmarias que, ao não serem aproveitadas, voltavam ao controle da Coroa. Com o tempo, entretanto, o termo passou a ser usado de forma mais ampliada, abrangendo qualquer área desocupada, sem uso ou vaga. Assim, a palavra “devoluto” representa tanto no vocabulário oficial quanto no comum como sinônimo de “vago” (Silva, 2008, p. 44).

Isso está retratado em *Torto Arado*, quando as personagens vivenciam, anos depois do marco da abolição da escravidão, um contexto de “caboclização”⁴³, onde os negros permanecem à margem da cidadania plena. Assim, mesmo os que migraram para as cidades, tiveram seus trabalhos desvalorizados e restritos a tarefas árduas e precárias, e os que permaneceram no campo encontraram na agricultura de subsistência a única alternativa de sobrevivência, uma realidade denunciada ao longo do romance (Fernandes, 2021; Gouveia; Almeida, 2021).

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira, já bastante consolidado no período retratado em *Torto Arado*, foi intensificado por outro acontecimento do período imperial, que agravou ainda mais a situação dessas pessoas. O direito ao voto e a possibilidade de candidatura a cargos públicos eram restritos exclusivamente aos proprietários de terras. Essa condição resultou na exclusão no âmbito político da maior parte da população negra recém-liberta, que não possuía propriedades. Essa restrição política não só perpetuava a marginalização dessa população, deixando-a subordinada às decisões de uma elite branca escravagista, como também restringia sua participação nas decisões governamentais, reforçando uma estrutura de poder excludente (Leite et al., 2021).

O resultado histórico da combinação dessas políticas é a manutenção de profundas desigualdades sociais e raciais no Brasil. A concentração fundiária e a exclusão da população negra do acesso à terra contribuem para a perpetuação da pobreza e da marginalização desse grupo. As consequências dessas medidas são evidentes até os dias atuais, refletindo-se nas disparidades socioeconômicas e na luta contínua por igualdade e justiça social no país.

Em *Água Negra*, as personagens vivem à margem da sociedade, submetidas a diversas formas de opressão. No entanto, à medida que a história se desenvolve, elas começam a tomar consciência dessas injustiças e a reconhecer a necessidade de mudança. Esse despertar as leva a se engajarem em movimentos sindicais e a

⁴³ Nas palavras de Vieira e Leitão (2022, p. 9), “ocorreu entre os povos indígenas no Nordeste brasileiro um processo de ‘caboclização’, que consistiu no uso do termo ‘caboclo’ para ‘ofuscar’ as identidades indígenas nessa região, seguindo o pressuposto de que ‘aqueles indígenas’ não seriam mais ‘índios’ e estariam misturados à massa da população”. A população de Água Negra era nitidamente miscigenada e pode-se comprovar em trechos como este, quando Santa Rita Pescadeira fala sobre dona Miúda, a mulher que ela incorporava: “[...] Miúda e o povo daqui não diziam que eram pretos. Pretos não eram bem-vistos, tinham que deixar a terra. Então dizia que era índia. Os outros diziam que eram índios. Índio não deixava a terra. Índio era tolerado, ninguém gostava, mas as leis protegiam, era o que pensavam. [...]” (Vieira Júnior, 2019, p. 223). Nota-se, portanto, que essas pessoas viviam uma questão de identidade, alternando entre se reconhecerem como negros ou indígenas, embora, para a elite branca dominante, fossem todos tratados como caboclos.

lutarem ativamente pela reforma agrária, buscando transformar sua realidade e reivindicar seus direitos como quilombolas.

5.2 Territórios quilombolas: “a terra só tem valor se tem trabalho”

Na narração de Belonísia, o processo de conscientização da comunidade como quilombola é retratado. Severo desempenha um papel fundamental ao despertar o desejo de mudança entre os moradores. Como líder comunitário, ele consegue mobilizar as famílias de trabalhadores, incentivando-as a se engajarem na luta pela posse da terra.

“Não podemos mais viver assim. Temos direito à terra. Somos quilombolas.” Era um desejo de liberdade que crescia e ocupava quase tudo o que fazíamos. [...] “Queremos ser donos de nosso próprio trabalho, queremos decidir sobre o que plantar e colher além de nossos quintais. Queremos cuidar da terra onde nascemos, da terra que cresceu com o trabalho de nossas famílias”, completou Severo, numa roda de prosa debaixo da jaqueira na beira da estrada (Vieira Junior, 2019, p. 187).

Nessa fase da narrativa, percebe-se a forte influência do sindicalismo. No final da década de 1970, o Movimento Sindical Rural no Brasil testemunha um período de ascensão, com entidades como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), ganhando destaque e organizando os trabalhadores e trabalhadoras da terra. Esse período é caracterizado pelas mobilizações, e também pela assessoria às greves dos canavieiros, que se estendem de 1972 a 1982, quando lutam em busca de melhores condições de trabalho (Pereira, 2011, p. 31).

Durante sua ausência de Água Negra com Bibiana, Severo provavelmente estabelece vínculos com lideranças de entidades destas ou de outras instituições, embora o romance não mencione detalhes sobre essas relações. Porém, a busca por conhecimento e esclarecimento é evidente no casal: enquanto Bibiana se dedica a uma formação para se tornar professora e atuar na educação básica, Severo se aprofunda e aprende com as novas amizades mais sobre sindicalismo, associativismo, questões quilombolas e movimentos sociais do campo.

Severo estava trabalhando no corte de cana, tinha feito amizade com gente do sindicato. Tinham notícias da chuva que havia encerrado o longo período de seca, porque lá também chovia. Que iriam tentar guardar dinheiro para

comprar um pedaço de terra. Queriam ser donos da própria terra. Estavam bem, não lhes faltava nada. Que no início do próximo ano ela iria fazer um supletivo voltado para trabalhador rural e logo poderia fazer o magistério para ser professora (Vieira Junior, 2019, p. 103).

Após o retorno do casal à comunidade, Belonísia adquire muitos conhecimentos e demonstra grande interesse pelos aprendizados do cunhado-primo, além de apreciar a convivência com seus sobrinhos. Para ela, assim como para os demais, aquele retorno representa uma grande novidade. De certa forma, a admiração que a comunidade nutre pelos “forasteiros” é primordial, pois serve como estímulo para a organização e mobilizações que resultam na criação da associação.

Gostava de estar com as crianças, de escutar Severo sobre nossa situação na fazenda. Aprendia coisas novas. Meu primo deixava a fazenda para participar de reuniões do sindicato, de movimentos, para congressos. Gostava de sua companhia, mas guardava certa distância porque sentia que minha irmã tinha ciúmes do marido, mesmo de mim (Vieira Junior, 2019, p. 155).

É importante destacar que a educação camponesa em Água Negra inicialmente emerge na narrativa por meio da educação formal, ganhando um caráter mais contextualizado e voltado para o movimento camponês e sindicalista a partir da partida de Bibiana e de seu retorno. Na análise de Pereira e Faria (2021), a escola figura como um espaço simbólico de transformação na comunidade de Água Negra, apresentando duas formas de educação teorizadas por Paulo Freire. Uma delas é a educação bancária, representada pela professora dona Lourdes, que é rejeitada por Belonísia⁴⁴. Esta se sente excluída e não encontra significado no que aprende, pois acredita que não se aplica à sua vida.

Por outro lado, Bibiana exemplifica uma educação problematizadora e libertadora. Ela vê na educação uma oportunidade para melhorar sua vida e a de sua comunidade, utilizando o aprendizado como ferramenta de luta contra a desigualdade e a pobreza. Ao longo de sua trajetória, Bibiana se dedica à aprendizagem com o intuito de transmitir saberes a outros, refletindo sobre a importância do conhecimento contextualizado e sobre a relevância das narrativas históricas de sua comunidade.

⁴⁴ Uma análise interessante é feita por Ramalho e Leite (2022), que usam *Torto Arado* como uma lente de análise das fissuras na colonialidade da educação. Através da narrativa de Belonísia, os autores revelam as complexidades enfrentadas pelos sujeitos que são historicamente marginalizados dentro do espaço escolar. O romance também é utilizado como uma referência significativa para discutir a necessidade de descolonização da educação, propondo que a escola deve se transformar a partir do reconhecimento dos saberes e culturas dos “Outros”.

Essas visões contrastantes sobre a educação ressaltam a necessidade de uma prática educativa que empodere os educandos, possibilitando-lhes se tornarem sujeitos ativos na construção do saber (Pereira; Faria, 2021, p. 10-11).

Sobre educação camponesa em *Torto Arado*, o trabalho de Pereira, Costa e Lima (2022) traz essa abordagem, enfatizando a sua relevância na construção da consciência crítica entre os indivíduos das comunidades rurais. A educação para esse contexto é apresentada não apenas como um conjunto formal de conhecimentos adquiridos na escola, mas também como um processo abrangente que inclui práticas espontâneas e a educação não sistematizada que ocorre no cotidiano dos indivíduos (Pereira; Costa; Lima, 2022)

Uma das principais ideias que a educação camponesa traz é acerca do papel das experiências de educação escolar e sindical. Tais experiências se revelam fundamentais para a promoção da identidade cultural dos moradores de Água Negra. A educação escolar é vista como um meio de se conectar com saberes e temporalidades que refletem a realidade local dos estudantes, enquanto a educação sindical desempenha um papel significante na organização e na luta por direitos, promovendo a conscientização e a mobilização social (Pereira; Costa; Lima, 2022). Ambos os tipos são representados no casal, de um lado Bibiana como professora e de outro Severo como mobilizador social.

Outro apontamento que Pereira, Costa e Lima (2022) trazem é sobre a identidade da escola do campo, que passa a ser definida em função das realidades sociais em que está inserida. A educação camponesa deve articular-se com as demandas locais, utilizando a memória coletiva e os saberes populares para garantir a qualidade da vida social. A interligação entre educação, política e movimentos sociais é destacada como essencial para que as soluções encontradas para os desafios enfrentados na vida coletiva sejam efetivas e sustentáveis. Desse modo, ao afirmar-se que a terra só tem valor quando há trabalho, reforça-se a ideia de que o trabalho é parte integrante daquela coletividade. Por isso, torna-se inconcebível uma educação do campo que não se contextualize.

Apoiou a enxada em pé no solo, segurando a ponta do seu cabo com um dos braços. “O documento da terra não vai lhe dar mais milho, nem feijão. Não vai botar comida na nossa mesa.” Retirou papel e fumo do bolso e começou a fazer um cigarro. “Está vendo este mundão de terra aí? O olho cresce. O homem quer mais. Mas suas mãos não dão conta de trabalhar ela toda, dão? Você sozinho consegue trabalhar essa tarefa que a gente trabalha. Esta terra

que cresce mato, que cresce a caatinga, o buriti, o dendê, não é nada sem trabalho. Não vale nada. Pode valer até para essa gente que não trabalha. Que não abre uma cova, que não sabe semear e colher. Mas para gente como a gente **a terra só tem valor se tem trabalho**. Sem ele a terra é nada.” (Vieira Junior, 2019, p. 186, grifo nosso).

É fundamental, especialmente em tempos de desigualdades e preconceitos, investir em uma formação docente com potencial transformador, capacitando educadores para atuar de maneira eficaz em uma sociedade multicultural e antirracista (Andrade; Dal Pont, 2024). Assim, essa perspectiva, de que a terra só tem valor por meio do trabalho, pode ser transformada. Em personagens como Zézé, irmão mais novo de Bibiana e Belonísia, o interesse pelo entendimento do que é o sindicato, somado ao choque de gerações evidenciado pelos conflitos de interesse com seu pai, mais refratário às mudanças, revela não apenas a dinâmica familiar, mas também o impacto das transformações sociais e políticas na vida cotidiana. Essa tensão, representada no trecho abaixo, simboliza a luta entre a tradição e a modernidade, refletindo os desafios de uma sociedade em transição.

Zezé voltou à lida, sem estender a conversa. Meu pai não falou o nome de Severo, mas sabia que ele andava de conversa com o povo da fazenda contando história de sindicato, de direitos, de lei. Estava levando essas conversas para os campos de trabalho. Sabia também que o assunto já devia estar no ouvido de Sutério. Zezé deixou de falar na frente do nosso pai, em respeito, mas voltou ao assunto vez ou outra, desconsiderando seu pensamento. Ele não comentava, mas continuou a indagar sobre as mesmas questões, continuava a expor suas ideias. Dos mais velhos ouviu os mesmos argumentos defendidos por Zeca. Dos mais novos ouviu que seus questionamentos faziam sentido, que seus pais, avós, morreram sem possuir nada. Que o único pedaço de terra a que tinham direito, de onde ninguém os tiraria, era a pequena cova da Viração. Que para aposentar era uma humilhação, pedir documento de imposto ou da terra para os donos da fazenda. Os homens se “amaravam” para entregar alguma coisa, além de explorar o trabalho sem pagamento dos que iam se aposentar. Às vezes chegava o dia de ir para a Previdência e o povo não havia conseguido reunir os documentos de que precisava (Vieira Junior, 2019, p. 186).

Nesse contexto de transição promovida pelas gerações mais novas e resistência pelos mais velhos da comunidade, cria-se uma associação, e eles se envolvem em um sindicato⁴⁵.

⁴⁵ O sindicalismo teve uma importância primordial na luta da classe trabalhadora. No contexto rural, especialmente no nordeste do Brasil, os movimentos sindicais surgiram após as Ligas Camponesas. O romance *Carro Doce*, que aborda a formação das ligas e o início do sindicalismo, foi examinado, podendo ser encontrado em Torres (2023).

Em meio à mobilização, eu ficava de bom grado com as crianças para que ela pudesse escrever, trabalhar, andar com Severo procurando ajuda na garupa da motocicleta que ele havia adquirido. Iam a sindicato, a reuniões. Voltavam, faziam mais reuniões, escondidos ora na casa de um, ora na casa de outro. Na nossa casa ocorreram muitas. Temi que minha mãe tivesse a mesma postura de nosso pai, que achasse ingratidão aquela movimentação. Mas não, ela parecia entusiasmada, desandou a contar muitas histórias, era um livro vivo (Vieira Junior, 2019, p. 198).

Os sindicatos são organizações que representam os interesses dos trabalhadores, podendo existir para todas as categorias de emprego. Em geral, os sindicalizados são vinculados a uma associação, que busca por meio da coletividade, defender seus direitos, melhorar as condições de trabalho e garantir benefícios como melhores salários, jornada de trabalho mais justa e segurança no ambiente laboral. Atualmente, os STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) são entidades bem diferentes daquelas pelas quais o povo de Água Negra estava se mobilizando. Com uma gestão mais organizada, os sindicatos têm como principal objetivo a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, seja no campo ou em áreas de agricultura familiar.

Em Água Negra eles se mobilizam para reivindicar um espaço legítimo, que entendem como deles. Passam a se compreender como quilombolas e esse processo ocorre devido à influência da educação, que atravessa de duas formas a comunidade, como já elucidado anteriormente. Esse processo de mobilização e reconhecimento da identidade quilombola encontrou respaldo no avanço legislativo proporcionado pela Constituição brasileira.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 representa um marco significativo no reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Este dispositivo legal assegura a essas comunidades a propriedade definitiva das terras que tradicionalmente ocupam, estabelecendo a responsabilidade do Estado na emissão dos títulos correspondentes. Conforme disposto no texto constitucional: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

A promulgação deste artigo foi resultado de intensas mobilizações do movimento negro durante o processo constituinte, visando reparar injustiças históricas e garantir a essas comunidades o direito à terra que ocupam tradicionalmente. O

Supremo Tribunal Federal reconheceu a importância desse dispositivo, afirmando que se trata de uma norma definidora de direito fundamental de grupo étnico-racial minoritário, dotada de eficácia plena e aplicação imediata (STF, 2015, p. 14).

É relevante destacar que o reconhecimento da propriedade não está condicionado à comprovação de descendência direta de pessoas escravizadas. A autodefinição como remanescente de quilombo é suficiente para o reconhecimento dos direitos territoriais, conforme estabelecido pelo Decreto nº 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por essas comunidades (Brasil, 2003).

Apesar dos avanços legais, a efetivação desses direitos enfrenta desafios significativos. A morosidade na titulação das terras e a pressão de interesses econômicos sobre os territórios quilombolas são obstáculos que persistem, exigindo contínua vigilância e ação por parte do Estado e da sociedade civil para assegurar a plena realização dos direitos constitucionais dessas comunidades (Nascimento, 2016). A luta pela terra, no entanto, é marcada por sacrifícios e assassinatos covardes⁴⁶, como o de Severo, que se tornou um símbolo da resistência quilombola. Seu exemplo de coragem e determinação continua a inspirar aqueles que seguem na defesa de seus direitos, reforçando a importância de manter viva a luta pela terra e pela identidade quilombola.

5.3 Ecos mentais e consciência social

“Meu cavalo morreu [...]. É com essa frase que Santa Rita Pescadeira inicia a narração da parte final do romance. A escolha do autor em destacar uma Encantada que não encarna em mais ninguém é cuidadosamente pensada. Primeiro, ele opta por seguir uma narrativa conduzida pelas mulheres. Depois, concentra-se em um fato que o intriga durante o processo de escrita: o desconhecimento das pessoas das comunidades onde realizou sua pesquisa sobre essa Encantada.

A história da Santa Rita Pescadeira é bem curiosa porque, andando por essas comunidades da Chapada, eles falam de jirê/jarê e, assim como surgiu em Iúna, em outras comunidades também surgiu a

⁴⁶ No conto “A Oração do Carrasco”, presente na coletânea *Doramor ou a Odisseia: Histórias* (2021), Itamar Vieira Junior presta uma homenagem às lideranças rurais do Brasil. Embora não mencione nomes específicos, o conto resgata a frase memorável da líder sindical paraibana Margarida Maria Alves: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

imagem da Santa Rita Pescadeira. Mas era a única encantada de quem ninguém conseguia falar mais nada além do nome, porque ninguém mais a incorporava (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 412).

A entidade vira um enigma para os habitantes locais. Assim, toda a mística e a riqueza criativa de Santa Rita Pescadeira são frutos da imaginação de Itamar Vieira Junior. Parafraseando Alejandro Zambra (2012) no primeiro parágrafo de *Bonsai*: “O resto é literatura”. Essa talvez seja a personagem do livro que foi criada com uma gama maior de recursos literários, e assume a incumbência do escritor de amarrar a história. Sendo uma narradora dotada de uma visão ampla e consciente da realidade, ela é capaz de revelar aspectos da história que permanecem ocultos às personagens humanas. Por meio de sua narrativa, ela conecta fatos e sentimentos, revelando camadas profundas da trama que, de outro modo, poderiam permanecer desconhecidas. Além disso, sua perspectiva transcendental não apenas ilumina os acontecimentos, mas também os orienta. Por tal motivo, ela está associada a essa terceira ecologia de Guattari (1990), a ecologia mental, que discute a transformação de processos psíquicos individuais e coletivos. Essa ecologia considera a maneira como as estruturas mentais e subjetivas influenciam as relações dos seres humanos com o ambiente e com outras formas de vida.

Dessa forma, Santa Rita Pescadeira, influencia de maneira decisiva a luta pela terra e pela dignidade da comunidade quilombola. Nesse processo, ela enxerga nas irmãs Bibiana e Belonísia mais do que simples personagens: elas se tornam instrumentos — ou cavalos — em sua missão de reescrever os rumos da história daquela localidade, desafiando a opressão, representada pela família Peixoto, e reivindicando um futuro mais justo e livre para o quilombo. A narradora consegue transcender o papel de observadora onisciente, tornando-se o impulso de força ativa que guia e molda os acontecimentos finais em prol da coletividade.

Ao incorporar-se nas duas irmãs, a narradora busca transformar as estruturas sociais. Ela interfere em suas subjetividades, influencia seus pensamentos e decisões, reintegra os afetos e realinha os desejos de ambas.

As pessoas de Água Negra reivindicam, há muito tempo, o direito sobre o território quilombola, com um clamor por justiça que ressoa principalmente nas gerações que nascem por ali. Contudo, parece que a força dessa luta se esvai, especialmente após o assassinato de Severo, líder da associação. Sua morte não é

apenas uma perda pessoal para a família central da história, mas também um aviso à resistência da comunidade, uma mensagem silenciosa para que deixem de insistir na luta pela terra.

Ainda assim, mesmo diante da tristeza e do desânimo, Santa Rita Pescadeira, que acompanha a história daquele lugar por várias gerações, conchedora das lutas, das vitórias e das derrotas, sabe que a história de Água Negra não poderia terminar ali. Ela sente, enquanto entidade espiritual, que aquele momento de perda deve ser também um ponto de virada, um impulso para a mudança. Com sua experiência e sua visão aguçada sobre as realidades que se entrelaçam naquele território, Santa Rita comprehende que a luta pela terra não deve ser interrompida; pelo contrário, precisa ser reforçada, ou melhor, reparada. Algo precisa mudar, e Santa Rita se decide a mobilizar seus poderes para essa transformação.

Essa vontade da Encantada é o que Guattari (1990) considera como a mudança da mentalidade ecológica. O autor concebe que a crise ambiental, social e política da sociedade moderna está profundamente relacionada com uma “crise mental”, uma vez que as formas dominantes de pensamento e organização social provocam um distanciamento da natureza e a alienação dos indivíduos. Ele defende que é necessário promover uma transformação no modo como as pessoas pensam e sentem, criando uma ecologia mental que favoreça a liberdade criativa, a diversidade e a cooperação.

A religião do Jarê e o ambiente são elementos que não se dissociam na trama da história. Santa Rita, com sua sabedoria ancestral e profunda conexão com a natureza, se ergue como uma verdadeira porta-voz da própria Terra. Ela não apenas fala em nome de sua comunidade, mas também da natureza que a sustenta e que, de alguma forma, a orienta. Sua presença representa a voz da terra, que ressurge como um elo vital na luta pela preservação do espaço, um espaço que, tanto para ela quanto para sua comunidade, é um direito sagrado.

Ao assumir o papel de defensora dessa terra, Santa Rita age com uma força que transcende a simples resistência. Ela catalisa essa transformação e, por meio da sua conduta, consegue despertar nas pessoas uma nova consciência. Sua resistência não é apenas contra as formas opressivas de poder que buscam silenciar e despojar sua comunidade, mas também contra as mentalidades que tentam deslegitimar o vínculo profundo entre o ser humano e a natureza.

Nesse processo, Santa Rita opera uma verdadeira integração das três ecologias propostas por Guattari: a ecologia ambiental, a social e a mental. Ao articular essas dimensões, ela não apenas resiste à exploração das pessoas trabalhadoras, mas também atua de forma transformadora na subjetividade da coletividade. Ela oferece uma renovação do pensamento e do sentimento de comunidade, trazendo uma noção de esperança, ainda que seja pela morte do herdeiro da família Peixoto.

Essa terceira parte do romance é uma crítica direta ao capitalismo com suas estruturas de poder que perpetuam a alienação e a destruição ambiental. O padrão de latifúndio, encontrado em Água Negra, se perpetua até o século XXI. Apesar dos avanços com as legislações e políticas públicas para o povo preto, pardo e indígena, o Brasil ainda não resolveu a dívida histórica com a questão agrária mal resolvida.

Santa Rita Pescadeira, enquanto consciência coletiva, traz em sua voz a memória do povo que ela acompanha para que eles se lembrem e tenham consciência da classe, da raça, da cor da pele, do gênero, da origem territorial e quaisquer outras opressões em formas de preconceitos. A frase que inicia este capítulo, “Se o campo não planta, a cidade não janta”, denota a tomada destas consciências. Entoada por movimentos como a Via Campesina e o MST, é um preceito que reforça a centralidade do trabalho rural na sustentação da vida urbana, ao mesmo tempo em que denuncia as desigualdades estruturais que relegam os trabalhadores do campo às mesmas condições precárias às quais os escravagistas os submetiam no passado. Trata-se de um chamado à solidariedade entre campo e cidade, uma exigência por justiça social.

Conforme a música que introduz os três capítulos desta dissertação, o desejo de justiça interiorizado pela Encantada desponta no trecho: “Vou cavalgar um corpo/Volto a cavar a cova/ Torno a usar a faca”. Esse desejo de reparação, no entanto, não se concretiza de maneira solitária.

A Encantada precisa de apoio, de mãos que a ajudem a empunhar a pá para cavar a cova e de mãos que compartilhem o peso simbólico de manejar a faca, instrumento que, na narrativa, culmina na justiça. Nesse ato de brutalidade, ou de resistência visceral, como se pode ler no contexto do tropo da selvageria de Garrard (2023), ela destrói o patriarcado e reintegra a posse da terra com a própria arma que dele provém: a faca brilhante e cara, símbolo paradoxal de opressão e liberação.

Belonísia era a fúria que havia cruzado o tempo. Era filha da gente forte que atravessou um oceano, que foi separada de sua terra, que deixou para trás sonhos e forjou no desterro uma vida nova e iluminada. Gente que atravessou

tudo, suportando a残酷 que lhes foi imposta (Vieira Junior, 2019, p. 261).

No desenrolar da narrativa, a faca transcende sua materialidade e adquire novos significados, os quais são discutidos com maior profundidade na próxima seção, destacando sua complexidade como elemento narrativo e simbólico.

5.4 Similaridades afiadas: a faca como objeto de engano e feitiço

A faca, objeto carregado de significados e recorrente em diversas produções literárias, assume múltiplas funções que ampliam a compreensão das obras em que aparece. Sua presença vai além de um mero artefato utilitário, tornando-se um símbolo capaz de expressar aspectos culturais, valores e conflitos das sociedades retratadas.

Conforme explicam Chevalier e Gheerbrant (2015, p. 414), os instrumentos cortantes, como a faca, carregam um simbolismo que remete à ação transformadora: o princípio ativo que modifica a matéria passiva. O significado atribuído a esses objetos varia conforme a cultura e o contexto em que são utilizados. Entre os hindus, por exemplo, tais instrumentos podem estar associados a divindades temidas. Já nas civilizações maia e mexicana, serviam como ferramentas na arte da glíptica. Na tradição chinesa, a faca simbolizava a Lua, tanto por sua forma curva quanto por sua ligação com a ideia do “corte” lunar durante a fase minguante. Em diferentes partes do mundo, esse objeto também é visto como uma proteção contra forças negativas. Além disso, seu simbolismo frequentemente se relaciona à execução, morte, vingança e sacrifício. Há ainda interpretações que ligam a faca ao simbolismo fálico, tema explorado por Freud na análise dos sonhos, e que aparece em tradições de povos africanos muito antigos.

Na edição brasileira de *Torto Arado* (2019), a capa destaca o simbolismo da faca por meio de uma ilustração da artista Aline Bispo. Nela, as duas irmãs protagonistas aparecem empunhando, cada uma, uma folha da planta *Dracaena trifasciata*, conhecida popularmente como espada-de-santa-bárbara ou espada-de-iãnsã, quando apresenta folhas variegadas com bordas amarelas. Quando a planta tem coloração totalmente verde, recebe os nomes de espada-de-são-jorge ou espada-de-ogum. A imagem também traz referência direta a uma fotografia do italiano Giovanni Marrozzini (Figura 3), que fez parte da série *Nouvelle Semence*, realizada

em Camarões no ano de 2010, que retrata duas mulheres segurando facões⁴⁷, que parecem ter um forte vínculo com a terra. A composição da capa sugere, ainda, que as personagens do romance podem ser interpretadas como armas simbólicas forjadas pelo autor, que atuam contra a passividade, enfrentando os problemas sociais e estruturais da realidade brasileira denunciados no livro.

Figura 3 – Foto de Giovanni Marrozzini que inspirou a composição da capa de *Torto Arado* (versão em português do Brasil, publicada pela editora Todavia, 2019)



Fonte: Marrozzini (2015).

Para aprofundar a análise sobre o simbolismo deste objeto que figura desde a capa, nesta última parte do estudo foram analisadas quatro narrativas de ficção nordestina em que a presença da faca estabelece um diálogo entre suas representações e a simbologia da faca no romance *Torto Arado*. As obras analisadas são apresentadas da mais recente à mais antiga, destacando os significados em suas

⁴⁷ As mulheres retratadas na foto são apresentadas pelo fotógrafo como a presidente e a secretária de uma nova cooperativa de agricultores criada com apoio de microcrédito. Elas protagonizam um projeto ambicioso, desenvolvido em parceria com a Comunidade Internacional de Capodarco e o Ministério das Relações Exteriores da Itália. A cooperativa, a primeira do tipo, foi fundada em Akonolinga, em Camarões, com o propósito de possibilitar a venda de produtos agrícolas a preços justos e fortalecer a ação coletiva em uma região marcada por desafios ambientais, exploração e isolamento, que comprometem profundamente a vida das comunidades locais (Marrozzini, 2015).

narrativas. São elas: *Faca* (2003), antologia de contos de Ronaldo Correia de Brito, *O Auto da Compadecida* (1956), peça teatral de Ariano Suassuna, *João Miguel* (1932), segundo romance de Rachel de Queiroz, e *O Sertanejo* (1875), um dos últimos romances de José de Alencar. Apesar das diferenças estilísticas e temporais, todas essas obras compartilham a ambientação no sertão e a presença de personagens sertanejos que, de diferentes maneiras, interagem com o simbolismo da faca.

Assim, na antologia de contos *Faca*, de Ronaldo Correia de Brito (2003), o objeto que dá nome ao livro também intitula a segunda história da coletânea. A narrativa apresenta diversas similaridades em *Torto Arado*, o que sugere que o autor baiano possa ter encontrado inspiração na obra de Brito para compor seu primeiro romance.

Uma das semelhanças mais evidentes é o simbolismo da faca, que desempenha um papel central em ambas as histórias. Em *Torto Arado*, o objeto aparece desde o primeiro capítulo até o desfecho, funcionando como uma linha de costura entre os eventos principais e carregando significados de violência, herança e resistência. De maneira semelhante, no conto de Brito, a faca é um elemento-chave, carregando também uma aura mística e trágica.

Outra convergência significativa é a ambientação. Apesar de as duas obras se situarem em sertões distintos — o sertão cearense de Brito e o sertão baiano de Vieira Junior —, ambas se inserem em uma cosmologia nordestina rica em simbologias, marcada pela dureza da terra, pelos conflitos sociais e pelas tradições culturais. Como aponta Albuquerque Júnior em *A invenção do Nordeste e outras artes* (2011), essas narrativas poderiam ser vistas como parte de um mesmo imaginário regional, compartilhando elementos que reforçam uma identidade literária nordestina inventada.

A terceira similaridade reside em Donana⁴⁸, que aparece em ambas as histórias⁴⁹. Em *Torto Arado*, Donana é a avó que rouba a faca, a utiliza para defender

⁴⁸ Sawala (2023 p. 86): “Seguindo essa linha de permutações, podemos reparar que o nome da avó das meninas, Donana (que aparece logo na primeira página do romance), é exatamente um anagrama da famosa primeira palavra de Grande Sertão: Veredas: “nonada”, o que pode ser interpretado como uma piscadela de olho para a leitora perceber que se podem procurar no texto certas correspondências com a escrita de Guimarães Rosa”.

⁴⁹ É possível ainda identificar um diálogo literário entre *Torto Arado* e *O Continente* (1949), romance que inicia a série “O Tempo e o Vento”, de Érico Veríssimo, por meio da personagem homônima Bibiana. Na obra de Veríssimo, Bibiana é uma figura central que vive um romance com um forasteiro, culminando em um conflito violento em que ele sobrevive a um tiro desferido traíçoeiramente. Essa trajetória faz eco na história de Bibiana e Severo em *Torto Arado*, embora este não sobreviva ao tiro, transformando-se num mártir.

a filha do marido, guarda o objeto e anos depois carrega um fardo de culpa após um acidente envolvendo suas netas. Já no conto “Faca”, Donana é uma mulher assassinada pela lâmina e, por conta disso, o punhal é transformado em um objeto místico e amaldiçoado, ampliando o impacto simbólico do objeto na trama.

A história do nome dessa personagem está relacionada à própria trajetória acadêmica de Itamar. O antropólogo Igor Rolemberg observa que, ao ler a tese de Itamar⁵⁰, identificou diversos paralelos entre alguns personagens da tese e os do romance. “O Rosalvo é um deles, além do fato de sua mãe se chamar Ana Chapéu Grande, um sobrenome que retorna no romance. A tese parece inspirar outras personagens” (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 408). Essa mulher que tem sua história documentada na tese transmuta-se na figura de Donana.

Essas conexões entre as obras revelam como os autores dialogam com temas e símbolos recorrentes da literatura, de outras artes, vivências, documentos, reinterpretando-os em contextos e épocas distintas. No posfácio de *Faca*, o crítico literário Davi Arrigucci Júnior pontua:

Assim, no conto que dá título ao conjunto, a **faca** funciona como um objeto mágico e simbólico: é uma metonímia do crime que transpassa o tempo com a memória viva do sangue derramado e por ele se restitui o fio do enredo acontecido, mas é também o poder da maldição sob os olhos cobiçosos e cheios de medo dos ciganos que a encontram depois de tantos anos. O **punhal** se torna, pois, portador do mito, como o detalhe que traz simbolicamente consigo o todo da trágica história (Arrigucci Júnior, 2009, p. 178, grifo nosso).

Outra obra que brinca com a representação da faca é a peça teatral *O Auto da Compadecida* (1956) de Ariano Suassuna que, de forma humorada, mostra que a faca também simboliza diversos elementos culturais e sociais do nordeste brasileiro, especialmente no contexto da honra e da justiça (ou sabedoria). Durante a peça, a faca é um objeto presente nas interações entre os personagens, sendo usada como um meio de resolução de conflitos, muitas vezes em situações de embates pessoais e morais, como no caso em que o Major Antônio Moraes ameaça Chicó. Este faz um contrato de empréstimo com seu futuro sogro e o deixa retirar como garantia uma tira

⁵⁰ VIEIRA JUNIOR, Itamar Rangel. “Trabalhar é tá na luta”: vida, morada e movimento entre o povo da Iuna, Chapada Diamantina. Orientador: Maria Rosário Gonçalves de Carvalho. 2017. 293 f. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

do seu próprio couro, caso descumpra. A faca nesse enredo funciona como o mecanismo de justiça para resguardar a honra do Major.

Ainda na obra, o objeto também é um símbolo da dureza e da realidade da vida nordestina, em que, em muitos casos, a violência física é vista como uma forma de defender a honra, a integridade física e os valores locais. Ela também evoca a representação da simplicidade e rusticidade dos personagens, imersos em uma realidade marcada pela luta e pela sobrevivência, como quando Chicó e João Grilo arquitetam, com muita esperteza e sabedoria, a morte falsa com a bexiga de sangue. Ao mesmo tempo, sua presença nas cenas pode ser vista como um recurso teatral para criar tensão e ação, alinhando-se ao tom cômico e dramático da obra.

Já no romance *João Miguel* (1932), de Rachel de Queiroz, o protagonista, que dá nome ao título, comete um crime com uma faca logo na primeira página. A autora o encerra em uma pequena prisão de uma cidade do interior e, a partir desse local, a história transcorre. Assim, a narrativa já se inicia com um tom de fatalismo, permeado por elementos de acaso e injustiça social. Dentro da prisão, a personagem constrói sua rotina, enfrentando sua solidão e confeccionando seus trabalhos manuais com fibras de carnaúba. Ao mesmo tempo, sua condição se torna um símbolo de denúncia e protesto. No trecho inicial da obra, diversas menções associam o objeto diretamente ao crime, incluindo outro termo associado à faca: o facão.

João Miguel sentiu na mão que empunhava a faca a sensação fofa de quem fura um embrulho. O homem, ferido no ventre, caiu de borco, e de sob ele um sangue grosso começou a escorrer sem parar, num riacho vermelho e morno, formando peças encarnadas nas anfractuosidades do ladrilho.

Agora imóvel, João Miguel apertava febrilmente na mão a **arma assassina**, fitando o seu crime, aquele corpo que escabujava no chão, que os outros reviravam e despiam, e em cujos dedos crispados uma mulher tentava introduzir um coto aceso de vela.

[...]

Se pudesse começar de novo! O homem, diante dele, vivo, gritando, também bêbado!...

Mas fora tudo ligeiro como um mau relâmpago; só aquele gesto, com a faca... **uma faca nova, brilhante, aguda como um punhal...**

João Miguel cuspiu um cuspo grosso que lhe pegava à língua, amargo de cachaça.

Sentia no peito uma angústia desconhecida e medonha. Tinha vontade de correr, de vomitar.

Rudemente os soldados o impeliam:

— Ligeiro, cabra! Avie, senão come **facão** no lombo!...

E enquanto ele andava, aos empurões, a sua mão criminosa, despojada da faca que matara, esboçava gestos vagos de arrependimento, como se tentasse desfazer o que fizera, apagar, desmanchar. [...] (Queiroz, 1932, p. 10–11, grifo nosso).

Para João Miguel, a faca foi mais do que um simples objeto; tornou-se um instrumento de defesa em um momento determinante, utilizado de forma irresponsável e impulsiva. Apesar de a utilidade da faca não ser para matar, ainda assim é uma arma. Dessa forma, o mau uso do objeto transformou completamente sua vida, levando-o a enfrentar as consequências de suas ações e as implicações sociais dentro da prisão. A faca, assim, simboliza tanto a capacidade de proteção quanto a de destruição, refletindo os dilemas humanos entre sobrevivência e responsabilidade. Em *Torto Arado*, o primeiro uso da faca, revelado apenas na terceira parte do romance, assume uma conotação fatalista quando Donana comete o crime contra seu marido. Nesse momento, a faca deixa de ser um simples instrumento de corte, utilizado para alimentos ou outras atividades cotidianas, e se transforma em uma arma. Essa transfiguração é significativa para o enredo, pois uma arma carrega, por essência, a função de ferir ou matar, evocando a violência latente nas relações humanas e sociais do romance.

A faca de cabo de sabre, por sua vez, conecta-se ao destino das irmãs ainda no início da narrativa, marcando um ponto de ruptura e mudança irreversível em suas vidas. Assim como para João Miguel, a faca se torna um elemento de reconfiguração do destino, embora as circunstâncias sejam distintas: enquanto João Miguel agiu de forma irresponsável, Donana utilizou a faca em um ato deliberado, e as meninas Bibiana e Belonísia, por ingenuidade, conferiram à arma um peso simbólico que atinge as tensões sociais e emocionais das personagens por todo o romance.

A quarta obra investigada, *O Sertanejo* (1875), de José de Alencar, é um romance mais extenso, que possui uma linguagem própria do século XIX, mesclada a elementos do dialeto regional conferidos à origem nacional do escritor (Ceará), utilizando uma linguagem que se aproxima do português falado no Brasil, diferente do português de Portugal. *O Sertanejo* insere-se no romance regionalista por ilustrar uma visão idealizada do homem do sertão, exaltando suas virtudes e sua conexão com a terra, além de explorar a relação dele com a natureza e os desafios impostos pelo ambiente semiárido do sertão cearense.

Como a obra faz várias menções à faca, optou-se por incluir apenas alguns exemplos, os quais podem ser interpretados de maneiras semelhantes ou diferentes, dependendo da leitura. Após os trechos, foi realizada uma análise detalhada sobre cada um dos destaques.

[...] Os recoveiros armados de sua clavina e **faca** de mato formavam boa escolta para o caso de necessidade. Além deles, acompanhava a pesada bagagem uma caterva de fâmulos de serviço doméstico e acostados [...] (Alencar, 1875, p. 6, grifo nosso).

[...] Tornou então atrás, cortou uma palma de carnaúba que esgarçou com a **faca**, e entrou na cabana, onde apagou os rastros que aí tinham deixado seus passos [...] (Alencar, 1875, p. 43, grifo nosso).

[...] Armados uns de arcabuzes e clavinotes, outros de parnaíbas e **facas** do mato, excitavam-se mutuamente a avançar; nenhum contudo se resolvia a ser o primeiro. Não que lhes faltasse a coragem, provada nos azares da vida áspera do sertanejo; mas o perigo desconhecido nunca deixa de infundir um vago assombro que, se não abate o valor, entorpece a resolução. Não são todos que ousam afrontá-lo a sangue frio [...] (Alencar, 1875, p. 95, grifo nosso).

[...] A esse tempo chegou Arnaldo à várzea. Colhendo na passagem a nova do que havia, enrolou no braço direito o gibão de couro e, com a **faca** desembainhada, investiu para o mato, onde penetrou e desapareceu [...] (Alencar, 1875, p. 97, grifo nosso).

[...] — Pois não havia de fazer as minhas cortesias à dona? Já se sabe, fui no rigor: bem encourado, com o pelego enrolado no braço esquerdo, e a minha **faca** flamenga à mostra [...] (Alencar, 1875, p. 105, grifo nosso).

[...] Nesse dia o moço sertanejo tinha juntado às suas armas habituais, que eram a **faca** de ponta e a larga catana, um par de pistolas que levava à cinta por dentro do gibão, e o bacamarte que herdara do pai. Sua fisionomia revelava atenção múltipla e intensa; enquanto o seu olhar rápido perscrutava os arredores, seu ouvido atento colhia o menor rumor da floresta [...] (Alencar, 1875, p. 178, grifo nosso).

Nos trechos, a faca assume significados e funções diversas, passando de um instrumento de defesa a uma ferramenta prática, sendo um símbolo de coragem e prontidão, e também um elemento de status e intimidação. Em todas as situações, o autor atrela o uso do objeto à adaptação das personagens às condições semiáridas. No primeiro trecho (p. 6), a faca é mencionada como parte do equipamento dos recoveiros, junto com outras armas como a clavina. Aqui, a faca representa um instrumento de defesa e poder, essencial para enfrentar possíveis ameaças durante a viagem de um sertanejo. Ela simboliza a resistência e a autoproteção no ambiente hostil do sertão, refletindo a dureza e a necessidade de estar preparado para o perigo.

No trecho seguinte (p. 43), o objeto é usado para cortar uma palma de carnaúba, que é depois esgarçada e utilizada para apagar rastros. A faca aqui mantém seu significado de instrumento, de utensílio.

Já no terceiro (p. 95) e nos últimos trechos (p. 178), a faca é atribuída como parte do armamento dos sertanejos, que, embora armados, hesitam em enfrentar um perigo desconhecido. Nesse fragmento, a faca ganha uma dimensão psicológica,

simbolizando tanto a bravura, ou coragem, do sertanejo quanto o receio humano frente ao desconhecido. Mas quando Arnaldo a tira da bainha e avança para o mato (p. 97), a faca é usada de forma ofensiva; ao desembainhá-la enquanto avança para o mato, a faca se torna uma extensão de sua vontade de intervir e resolver o problema. Mas a faca também pode servir como parte de uma apresentação formal, sendo exibida para impressionar ou intimidar (p. 105).

Retomando *Torto Arado*, a faca se apresenta como um objeto carregado de significados que evoluem ao longo da narrativa, assumindo ao menos quatro conotações distintas. Se analisarmos a história de forma cronológica, o primeiro momento significativo ocorre quando Donana a encontra, rouba por impulso, esconde, comete um crime e a utiliza como instrumento de defesa. Este ato inicial já carrega uma conotação de ruptura e de transgressão, estabelecendo a faca como símbolo de cobiça e, posteriormente, de justiça, ao mesmo tempo, de uma violação moral, quando ela se envergonha de seu ato e esconde a faca ensanguentada.

Donana roubou a **faca** do coldre esquecido no alpendre da casa sede da Fazenda Caxangá no começo da tarde. Havia viajantes em visita naquele dia. Aproveitou a breve confusão e o desleixo depois da cavalgada para surrupiar o objeto. [...] Pensou que era uma **faca** bonita, feito uma relíquia da casa-grande, onde nunca pôde pôr os pés. Tinha um cabo com um material feito mármore, não sabia do que se tratava. Mas a **lâmina** era **brilhosa** como as coisas finas que os senhores carregavam. Parecia ser de prata. Devia valer um bom dinheiro. Foi quando se lembrou dos filhos que precisavam de calçados e roupas novas, porque não havia mais como cerzir os trapos esgarçados.

[...]

Primeiro Donana enterrou a **faca** para matutar, enquanto não terminasse a procura, onde poderia vender sua joia de caça. Não poderia ser na cidade, porque todos se conheciam. Iriam perguntar o que aquela mulher sem eira nem beira queria com uma **faca** rica e bem talhada.

[...]

Quando ninguém mais falava no desaparecimento da **faca**, e os trabalhadores não mais procuravam pelas moitas e roças, Donana a desenterrou, longe dos olhos de todos. Limpou a **faca**, poliu o metal com um tecido velho e a embrulhou ali mesmo. Era um troço bonito. A coisa mais rica em que havia posto as mãos, era assim que sentia ao admirar **o objeto do engano**.

[...]

A **faca** não se prestou a nenhuma das destinações a que sua guardadora havia se proposto de início. Nem vendida a mascate, nem deixada de herança para a família. Bem, foi assim que ela pensou, depois de ver uma das netas perder a língua.

[...]

Quando a **faca** serviu ao derradeiro fim em suas mãos, ao fim que nunca havia considerado, Donana se viu enredada numa trama de vida e morte para o resto de seus dias (Vieira Junior, 2019, p. 236–239, grifo nosso).

No segundo momento, a faca se torna um objeto associado à mutilação de Belonísia, que demarca o ponto de início da narrativa. “Quando retirei a faca da mala de roupas, embrulhada em um pedaço de tecido antigo e encardido, com nódoas escuras e um nó no meio, tinha pouco mais de sete anos” (Vieira Junior, 2019, p. 13). Este evento, acidental e transformador, estabelece a faca não apenas como uma arma física propensa a ferir, mas como um meio de marcar profundamente o destino das personagens. A mutilação de Belonísia retira-lhe o poder de expressão por meio da fala, sinalizando um significado de perda ou silenciamento. Para as outras personagens, a faca denota perigo (para os pais), assim como constrangimento e vergonha (avó Donana). Então, o objeto, ao ser enterrado, busca o apagamento da memória de sofrimento. É como se o punhal refletisse em seu brilho o sofrimento que perpassa toda a comunidade de Água Negra. Portanto, deveria ser enterrada.

Vi parte de meu rosto refletido como num espelho, assim como vi o rosto de minha irmã, mais distante. Belonísia tentou tirar a **faca** de minha mão e eu recuei. “Me deixa pegar, Bibiana.” “Espere.” Foi quando coloquei o metal na boca, tamanha era a vontade de sentir seu gosto, e, quase ao mesmo tempo, a **faca** foi retirada de forma violenta. Meus olhos ficaram perplexos, vidrados nos olhos de Belonísia, que agora também levava o metal à boca.

[...]

O sangue se pôs a embotar de novo o tecido encardido e de nódoas escuras que recobria a **faca**. Belonísia também retirou a **faca** da boca, mas levou a mão até ela como se quisesse segurar algo. Seus lábios ficaram tingidos de vermelho, não sabia se tinha sido a emoção de sentir a prata, ou se, assim como eu, tinha se ferido, porque dela também escorria sangue.

[...]

Quando Donana levantou a cortina que separava o cômodo em que dormia da cozinha, eu já havia retirado a **faca** do chão e embrulhado de qualquer jeito no tecido empapado, mas não havia conseguido empurrar de volta a mala de couro para debaixo da cama (Vieira Junior, 2019, p. 15–16, grifo nosso).

Aquele era o nosso pacto de vida, desde o fatídico dia em que a **faca** de Donana havia fendido nossa história, decepado uma língua, impedido a produção de sons, ferindo a vaidade de uma Mãe d’Água, mas unindo duas irmãs nascidas do mesmo ventre, em tempos diferentes, pela vida até aquele instante (Vieira Junior, 2019, p. 52, grifo nosso).

A faca adquire um terceiro significado quando é enterrada pela avó e posteriormente reencontrada pelo marido de Belonísia, e guardada por ela. Nesse momento o objeto ressurge como místico ou amaldiçoado, semelhante ao encontrado em Brito (2003).

Donana retornou com a barra da saia molhada. Disse que tinha ido à beira do rio deixar o mal por lá. Entendi por “mal” a **faca** com cabo de marfim e,

mesmo distante, senti seu brilho ofuscar minhas lembranças. Deveria estar no “embrulho” que dona Tonha disse que ela havia levado. Parecia abatida, pálida, com as pálpebras caídas e inchadas (Vieira Junior, 2019, p. 25, grifo nosso).

Mas meu pai não teve coragem de dar as coisas que pertenciam a Donana, e minha mãe não tocou mais no assunto. Ninguém também falava na **faca** de cabo de marfim, nem sabíamos do seu paradeiro, nem o porquê de tanto mistério em volta da sua existência. Até a morte de Donana, não sabia por que a lâmina estava enrolada naquele tecido com nódoas de sangue, nem mesmo por que um objeto bonito, com um cabo branco perolado, que meu pai, com a sabedoria de suas andanças, julgava ser marfim, não havia sido vendido diante da escassez em que vivíamos (Vieira Junior, 2019, p. 30, grifo nosso).

A faca ressurgiu, rutilante, entre as coisas que Belonísia levava em sua sacola de palha. Por um instante, Bibiana não acreditou se tratar da mesma peça que havia desaparecido da casa antiga, provavelmente pelas mãos de Donana. Caminhou até a frente da casa da mãe, as filhas chamavam do lado de fora para que visse o batizado de bonecas que Ana estava preparando (Vieira Junior, 2019, p. 231, grifo nosso).

O cabo de marfim tocou sua mão. Estava morno como o pote exposto ao sol em que se abrigava. Mas a boca formigou como no dia em que encontrou a **faca** da avó,

[...]

“Não devolverei a Tobias”, foi o que passou por seus pensamentos, “pertence à minha família.” Encontrou um lugar seguro para guardar a **faca**, entre o armário empenado e a parede, onde apenas sua mão e o objeto cabiam
[...]

“Belô”, disse para a irmã, “o que será que fez minha avó guardar essa **faca** como um tesouro?” Belonísia fez a linha de sua boca ganhar a forma de um arco (Vieira Junior, 2019, p. 233–234, grifo nosso).

Ao ser recuperada, a faca adquire um valor simbólico ainda maior, porque não é qualquer pessoa que a guarda, é a personagem que teve uma das maiores perdas pessoais no conjunto de personagens. A faca se transforma em uma ferramenta de ressurreição e vingança, sendo cuidadosamente guardada como uma memória, sem a intenção de ser utilizada em um momento oportuno. Belonísia chega a usá-la como instrumento de defesa, ameaçando o marido de Maria Cabocla, quando a violentava. No entanto, ela não faz da lâmina que accidentalmente cortou sua língua uma arma de forma deliberada, revelando uma diferença entre o uso impulsivo e a intenção de causar dano. “Deixei a pequena sacola cair no chão e Maria Cabocla se abaixou para juntar tudo de novo. Se deteve no cabo de marfim da faca de prata que, passado tanto tempo, ainda era puro brilho, encantada com o objeto” (Vieira Junior, 2019, p. 143).

No final da história, a faca é utilizada na morte de Salomão, transformando-se em um instrumento que representa o fim do patriarcado e simboliza a queda do poder e da autoridade masculina que ele e seus ascendentes exercem na comunidade

quilombola de Água Negra. “Mas antes que levantasse, se abate sobre seu pescoço um único golpe carregado de uma emoção violenta, que até então desconhecia” (Vieira Junior, 2019, p. 262).

Ao longo de *Torto Arado*, a faca não é apenas um objeto físico, mas um símbolo carregado de múltiplos sentidos: transgressão, sofrimento, ressurreição e, por fim, a morte de um sistema patriarcal. Ela cumpre um papel central na construção do enredo e na conduta das personagens, funcionando como chave para compreender as dinâmicas de poder e resistência presentes na obra. A faca é também uma metáfora do processo de aprendizagem no romance: reconhecer-se, cortar-se, podar-se, devastar-se e deter poder. Michel Foucault (1979, p. 28), em sua análise sobre o saber e o poder, afirma que o saber não é apenas um instrumento de compreensão, mas também de intervenção, capaz de provocar mudanças e transformações na realidade, “que o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início desta dissertação, partimos de uma perspectiva pessoal, compartilhando impressões e experiências relacionadas ao tema e à trajetória da pesquisa e do pesquisador. Ao longo do trabalho, exploramos como a ecologia pode manifestar-se em uma diversidade de movimentos dentro de uma obra literária. Chegando a estas considerações finais, propomos uma reflexão conjunta, tal qual Santa Rita Pescadeira se dispôs a fazer no encerramento da obra. Afinal, o romance *Torto Arado* não se caracteriza por um viés didático ou unívoco. Suas resoluções não se apresentam de forma individualizada e, da mesma forma, acreditamos que uma dissertação como esta percorre um caminho nutrido pelas ideias e vozes de uma coletividade.

Itamar Vieira Junior constitui um exemplo do que Gomes (2022, p. 19) define como autores político-literários, caracterizados como aqueles que estão “sempre elaborando interpretações da realidade social, que têm uma dimensão de diagnóstico e outra de prognóstico com significativo poder de comunicação social”.

Pensamos que o romance, ao abordar os conflitos e interações entre as dimensões ambiental, social e mental, nos proporciona uma análise profunda das relações humanas representadas no enredo, e suas complexificações. A aplicação da teoria das três ecologias de Félix Guattari não é convencional na ecocrítica, porém, coaduna-se com os preceitos de boa parte dos ecocríticos. E a aplicação dessa teoria à narrativa revelou existir um substrato fértil que conecta a preservação ambiental, as dinâmicas sociais e as experiências subjetivas das pessoas, especialmente das mulheres do campo, representadas pelas irmãs Bibiana e Belonísia, que enfrentam tensões entre tradição e modernidade, além das dificuldades impostas pela sociedade patriarcal. O simbolismo da faca, por exemplo, carrega significados de violência, resistência e transformação da dor em luta, evidenciando a capacidade humana de superação diante de contextos de opressão.

A obra torna-se, dessa forma, um exemplo ímpar de referência ecoliterária, porque oferece uma multiplicidade de reflexões, e também subjaz àquela característica de ensinar, própria da educação ambiental, que aparece também em contextos de educação camponesa, ou educação do campo. Esses tipos de educação se contrapõem à educação formal tradicional e bancária. O livro, ao proporcionar isso,

reescrve e reconta uma nova história para os brasileiros sob o ponto de vista de populações que viveram por séculos relegadas à subalternidade.

A valorização dos saberes locais e a construção de uma consciência crítica são fundamentais para a transformação social e a superação das desigualdades. A partir destas superações, a educação desvendada no romance não vê o processo de aprendizado como caminho apenas instrucional, mas prevê a autonomia como finalidade; e para a criação de uma sociedade mais justa, onde a propriedade e o uso da terra são entendidos sob a perspectiva da responsabilidade social e ambiental.

É uma obra-convite que comunica, sensibiliza e faz reluzir ideias, pensamentos, considerações sobre a complexidade das relações humanas, a luta pela identidade e a busca do amor pela Terra. Também está implícito nesse convite o reconhecimento da importância da educação que valorize a diversidade e a dignidade da pessoa humana.

Concordamos com o que Itamar reflete na entrevista com os antropólogos Rolemberg e Goyatá, “que o personagem não é um conjunto de características, mas um fluxo, um devir mesmo, que ele está acontecendo e se transformando a todo momento” (Vieira Junior; Rolemberg; Goyatá, 2022, p. 409). As personagens seguem seus fluxos, assim como as pessoas, assim como a natureza.

Concordamos com Garrard (2023), que compartilha a ideia de que os “problemas ambientais”, incluindo o esgotamento de recursos, são dinâmicos e históricos, ou seja, “socialmente construídos”. Nesses fluxos, os seres humanos alteram os espaços naturais, os desnaturalizam e os reivindicam como seus. No entanto, essa não é a postura que uma visão ecológica em todos os seus três significados deveria adotar. Segundo o autor, os problemas ecológicos implicam fazer uma afirmação normativa sobre como gostaríamos que as coisas fossem.

Muitos leitores deste romance argumentam que as três narradoras compartilham de uma mesma voz narrativa. Em vários momentos isso realmente transparece. Mas se a terceira, Santa Rita Pescadeira, tivesse o poder de influenciar a maneira como as irmãs pensam desde o início da história? Nesse caso, a semelhança na voz narrativa delas poderia ser vista como uma consequência direta dessa influência, como se uma força comum guiasse suas percepções e suas reflexões. O que acontece, então, quando essas três personagens, aparentemente distintas, falam com uma única voz? Seria um reflexo da interação profunda entre elas

ou uma manifestação de um pensamento coletivo, moldado por algo que as conecta desde o princípio?

E quando a personagem sem voz tenta se expressar, o que isso significa no universo de significados da obra? Quando Belonísia tenta articular a palavra “arado”, ela falha, e o som que sai é torto, disforme. Sawala (2023) oferece uma análise interessante, destacando a presença do “traço” sonoro em “dor do arado” e como essa sequência continua a guiar a interpretação da narrativa. A autora sugere que os fonemas [t] poderiam ser substituídos por [d], criando uma leitura alternativa do título: “Dor do arado”. Essa modificação sonora, no entanto, abre espaço para outras interpretações, como “Corpo arado” ou até mesmo “Torturado”.

Seja na dor ou na tortura, o Brasil e a natureza não merecem repetir essas palavras em sua história.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. *In:* Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1997, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, p. 203–218.
- AGUIAR, Luane da Conceição; DEL GROSSI, Mauro; OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; ÁVILA, Mário Lúcio de. As políticas públicas no Semiárido brasileiro: uma revisão de literatura. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 50, n. 2, p. 9–22, 2019.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 376 p.
- ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. 1. ed. Edição original, 1875. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2013. 354 p.
- AMIEL, Henri-Frédéric. **Fragments d'Un Journal Intime**. Paris: Hachette Livre Bnf, 2018. 368 p.
- ANDRADE, Luan Perretto de; DAL PONT, Karina Rousseng. As geografias em Torto Arado e as aproximações com a formação de professoras e professores. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 17, n. 1 p. 39–58, 2024.
- ANDRADE, Mário de. Contos e Contistas. *In:* ANDRADE, Mário de. **O empalhador de passarinho**. São Paulo: Livraria Martins editora, 1946. p. 7–10.
- ARMBRUSTER, Karla; WALLACE, Kathleen R. **Beyond Nature Writing: Expanding the Boundaries of Ecocriticism**. Charlottesville, University of Virginia Press, 2001. 372 p.
- ARRIGUCCI JÚNIOR, Davi. Tempo de espera: Posfácio ao livro Faca. *In:* BRITO, Ronaldo Correia de. **Faca**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 171–181.
- ASSOCIAÇÃO OCEANOS. **Vencedores da edição de 2020**. Disponível em: <https://associacaoceanos.org/edicoes/2020/vencedores?post=1>. Acesso em: 17 jan. 2025.
- ÁVILA, Rafael Gualberto de. **Posse e uso da terra e agroenergia na região Centro-Oeste**. Orientadora: Dra. Yolanda Vieira de Abreu. 2013. 146 f. Dissertação (Mestrado em Agroenergia) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2013.
- BANAGGIA, Gabriel. **As forças do jarê**: movimento e criatividade na religião de matriz africana da Chapada Diamantina. Orientador: Marcio Goldman. 2013. 460 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BOFF, Leonardo. A dignidade da Terra e seus direitos. In: **Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental - Módulo 1**: Direitos da natureza - A nossa mãe Terra. Brasília, 2020. Disponível em: <https://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2020/10/A-DIGNIDADE-DA-TERRA-E-SEUS-DIREITOS-Leonardo-Boff.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2024.

BOFF, Leonardo. **Gaia se defende**: faz diminuir o crescimento. 2011. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2011/09/07/gaia-se-defende-faz-diminuir-o-crescimento/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis: Vozes, 2016. 200 p.

BRASIL. 1964. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jan. 2025.

BRASIL. 2024. **Servidor Público Federal**: Itamar Rangel Vieira Junior. Portal da Transparência, Controladoria-Geral da União. Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/servidores/2496251>. Acesso em: 20 dez. 2024.

BRASIL. 2025. **Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 17 dez. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia Digital PNLD 2021**: Literário – Ensino médio – 1^a à 3^a série. Brasília: Ministério da Educação, 2021. Disponível em: https://pnld-dev-xpto.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2021_literario_ensino_medio_Apresentacao.pdf. Acesso em: 26 dez. 2022.

BRITO, Ronaldo Correia de. **Faca**. 1. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 184 p.

BUELL, Lawrence Ingalls. “**Letter**,” **PMLA 114.5 (Oct. 1999)**. Forum on Literatures of the Environment, p. 1090–1092, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 185 p.

CAMPOS-F.-FÍGARES, Mar; GARCÍA-RIVERA, Gloria. Aproximación a la ecocrítica y la ecoliteratura: literatura juvenil clásica e imaginarios del agua. **Ocnos**, v. 16, n. 2, p. 95–106, 2017.

CANDIA, Luciene; CABRAL, Rayssa Duarte Marques (org.). **Torto arado: perspectivas críticas**. Catu: Editora Bordô-Grená, 2022. 191 p.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução: Raul de Polillo. 1. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. Série Hoje e Amanhã; Tradução: Cláudia Sant'Anna Martins. 1 ed. São Paulo: Gaia, 2010. 328 p.

CASAL, Laura Méndez. **Ecoliteratura**: un proxecto de educación literaria e medioambiental. Orientadora: Dra. Patricia Carballal Miñán. 2021. 65 f. Traballo de Fin de Grao (Grao en Educación Primaria) – Facultade de Ciencias da Educación, Universidade da Coruña, Coruña, 2021.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. Coordenação: Carlos Sussekind. Tradução: Vera da Costa e Silva. et al. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015. 999 p.

CLARK, Timothy. **The Cambridge Introduction to Literature and the Environment**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. 254 p.

CRESPO, Julio E.; SÁNCHEZ, Alessandro Monteverde; SEPÚLVEDA, Juan Guillermo estay. Ecomarxismo: Mito o realidad en la sociedad abierta. **Revista Espacios**, v. 39, n. 9, p. 12, 2018.

DARWIN, Charles. **A Origem das Espécies**. Tradução: Daniel Moreira Miranda. Edição original, 1859. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2018. 480 p. Título original: On the Origin of Species.

DINIZ, Lígia G. **Espírito do tempo**. 2023. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/resenhas/literatura/literatura-brasileira/espirito-do-tempo/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

DOBRIN, Sidney I.; KIDD, Kenneth B. (org.). **Wild Things**: Children's Culture and Ecocriticism. Detroit: Wayne State University Press, 2004. 320 p.

ECOLITERATURA a Catalunya. 2016a. Produção: Ateneu Barcelonès. Apresentador: Santiago Vilanova. Expositor: Sam Abrams. Barcelona: s. n., 23 fev. 2016. 1 vídeo (88 min.). Publicado pelo canal Ateneu Barcelonès. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8LPrgNEJmRw&list=PLuKa0UkWvqHqbURXJ3EgxX0vjfill-avio&index=3&t=2667s>. Acesso em: 04 jan. 2023.

ECOLITERATURA: referente patrimonial. 2016b. Produção: Ministério de Ambiente. Expositor: Martín Ricardo Testa Garibaldo. Panamá: s. n., 28 jan. 2016. 1 vídeo (23 min.). Publicado pelo canal Congreso Panameño de Educación y Museos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nvYIRvpBWLY&t=171s>. Acesso em: 6 jan. 2023.

FERNANDES, Joyce. O legado traumático da escravidão em Torto arado. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 11, n. 23, p. 229–248, 2021.

FERNANDES, Moabe Ferreira; QUEIROZ, Luciano Paganucci de. Vegetação e flora da Caatinga. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.70, n. 4, p. 51–56, 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. 2024. “**Torto Arado**”, do brasileiro Itamar Vieira Junior, vence prêmio literário na França. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2024/04/torto-arado-do-brasileiro-itamar-vieira-junior-vence-premio-literario-na-franca.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2025.

FONSECA, Luís Cancela; BARBOSA, João L.; GUIMARÃES, Ana Paula. **Natureza e Ambiente na Tradição Popular Portuguesa – o projecto Falas da Terra**. In: Literatura e Ambiente. II Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas. Edições Fundação Fernando Pessoa. 2006. p. 145-172. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/277312247_Natureza_e_Ambiente_na_Tradicao_Popular_Portuguesa_-_o_projecto_Falas_da_Terra. Acesso em: 09 jan. 2023.

FONSECA, Marcelo Trindade. **O renascimento dos guardiões de sementes sob a luz da legislação e das políticas públicas**: uma análise multidimensional da agrobiodiversidade e da sustentabilidade. Orientador: Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch. 2024. 115 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal: 1979. 296 p.

FREITAS, Raimundo Arilson Costa de; SIZENANDO FILHO, Francisco Aires; MARACAJÁ, Patrício Borges; DINIZ FILHO, Edimar Teixeira; LIRA, José Flaviano Barbosa de. Estudo florístico e fitosociológico do extrato arbustivo-arboreo de dois ambientes em Messias Targino, divisa RN/PB. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável Grupo Verde de Agricultura Alternativa (GVAA)**, Mossoró, v. 2, n. 1, p. 135–147, 2007.

FURST, Alan. **Leonardo Boff's Social-Environmental Ecology**: Exposition, Analysis, and Appropriation for Lutheran Theology. Orientador: Dr. Joel P. Okamoto. 2018. 109 f. Dissertação (Master of Art Theology) – Concordia Seminary, Saint Louis, 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 352 p.

GARRARD, Greg. **Ecocriticism**. The New Critical Idiom. London: Routledge, 2023. 254 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 200 p.

GIMENES, Miriam. **Itamar Vieira Junior reflete sobre sucesso de ‘Torto Arado’ e exalta literatura brasileira**. 2025. Disponível em:
<https://www.terra.com.br/diversao/velvet/itamar-vieira-junior-reflete-sobre-sucesso->

de-torto-arado-e-exalta-literatura-brasileira,67986cfb2891db892350cfb43b21be2868kzo7jh.html. Acesso em: 27 fev. 2025.

GIULIETTI, Ana Maria; BOCAGE NETA, Ana Luiza du; CASTRO, Antônio Alberto Jorge Farias; GAMARRA-ROJAS, Cíntia F. L.; SAMPAIO, Everaldo Valadares de Sá Barreto; VIRGÍNIO, Jair Fernandes; QUEIROZ, Luciano Puganucci; FIGUEIREDO, Maria Angélica; RODAL, Maria de Jesus Nogueira; BARBOSA, Maria Regina de Vasconcelos; HARLEY, Raymond Mervyn. **Diagnóstico da vegetação nativa do bioma Caatinga. Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação.** 2004, 44 p. Disponível em: https://www.academia.edu/download/35796376/Biodiversidade_Caatinga_parte2.pdf. Acesso em: 02 jan. 2023.

GLOTFELTY, Cheryll. Literary studies in an age of environmental crisis. In: GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (org.). **The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology.** Athens: The University of Georgia Press, 1996. p. xv-xxxvii.

GLOTFELTY, Cheryll; FROMM, Harold (org.). **The Ecocriticism Reader: Landmarks in Literary Ecology.** Athens: The University of Georgia Press, 1996. p. xv-xxxvii.

GOMES, Angela de Castro. **Essa gente do Rio...:** modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022, 164 p.

GONÇALVES, Eloísa Dias. **Assentados na universidade:** o direito à educação a partir da turma “Evandro Lins e Silva”. Orientador: Dr. José Antonio Peres Gediel. 2011. 146 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito do Setor Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

GOTLIB, Nádia Batella. **Teoria do conto.** 11. ed. São Paulo: Ática, 2006. 95 p.

GOUVEIA, Juanna Beatriz de Brito; ALMEIDA, Matheus Lucas de. Torto arado: a literatura de resistência na narrativa de Itamar Vieira Júnior. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 28, p. 100–112, 2021.

GRACIANO, Monyele Camargo; SANTOS, Leandro de Lima. Função social da propriedade: O ambiental e o econômico na questão da desapropriação agrária. **Revista Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 20, n. 1, p. 93–110, 2017.

GRAVES, Robert. **Os mitos gregos:** volumes 1 e 2. Tradução: Fernando Klabin. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018. 1173 p.

GREIMAS, Algirdas Julien. Les actants, les acteurs et les figures. In: GREIMAS, Algirdas Julien. **Du Sens II: essais sémiotiques.** Éditions du Seuil: Paris, p. 49–66, 1983.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias.** Tradução: Maria Cristina Futuro Bittencourt, Campinas: Papirus Editora, 1990. 56 p. Título original: Les trois écologies.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA – IPAM. **A grilagem de terras públicas na Amazônia brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 108 p. (Série Estudos, 8).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Presidente da República assina 15 decretos de declaração de interesse social para quilombos.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/presidente-da-republica-assina-15-decretos-de-declaracao-de-interesse-social-para-quilombos>. Acesso em: 20 dez. 2024.

IOVINO, Serenella; OPPERMANN, Serpil. **Material Ecocriticism.** Bloomington: Indiana University Press, 2014, 368 p.

ISMERIM, Flávio. 2024. **Musical inspirado em “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, chega a SP.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/musical-inspirado-em-torto-arado-de-itamar-vieira-junior-chega-a-sp/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

JUNQUERA, Carmen Flys, HENRÍQUEZ, José Manuel Marrero; VIGAL, Julia Barella (org.). **Ecocríticas: literatura y medio ambiente.** 1. ed. Madrid: Iberoamericana Vervuert, 2010. 422 p.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 104 p.

LEITE, Matheus de Mendonça Gonçalves; SILVA, Elerson da; OLIVEIRA, Inara Brenda Luisa de; SOUZA, Julia Resende Andrade e; ZANON, Márcia Cristina Gama. Raça e exclusão do acesso à terra: a luta do movimento quilombola para a regularização fundiária dos territórios quilombolas. **InSURgênciA: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 224–260, 2021.

LONGO, Ivan. **Vídeo: Lula desapropria terra para regularizar quilombo que inspirou Torto Arado.** 2024. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/11/30/video-lula-desapropria-terra-para-regularizar-quilombo-que-inspirou-torto-arado-170138.html>. Acesso em: 20 dez. 2024.

LÖWY, Michael. A questão ecológica no capitalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79–86, 2013.

LUZ, Leonilda Paciente; MAGALHÃES, Epaminondas de Matos. Torto Arado: a importância de narrativas de mulheres negras na (re) constituição de suas identidades e protagonismo. **Revista Alembra**, Confresa, v. 3, n. 7, p. 15–30, 2021.

MARROZZINI, Giovanni. **President and secretary of a new farmer cooperative created with microcredit - Abam village - Cameroon 2010.** 2015. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/7H964uyx29/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

MARTINS, Mauê Ângela Romeiro. Perspectivas para a política fundiária no estado democrático de direito brasileiro. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**. Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 181–200, 2015.

MATOS, Jéssica Marília de Oliveira. **Terra e trabalho**: uma reflexão sobre latifúndio e relações de trabalho no Brasil. Orientador: Dr. Newton Narciso Gomes Junior. 2013. 50 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

METRO1. 2022. **Governo compra seis mil exemplares do premiado ‘Torto Arado’ para adotar na escola pública**. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/educacao/120453,governo-compra-seis-mil-exemplares-do-premiado-torto-arado-para-adotar-na-escola-publica>. Acesso em: 26 dez. 2022.

MINDWALK. Direção: Bernt Capra. Estados Unidos: Good Machine, 1990.

MODENESI, Jean Calmon. A EcoFilosofia no pensamento de Heidegger e de Deleuze/Guattari. **Geografares**, Vitória, n. 33, p. 1–20, 2021

MOURA, Douglas Ribeiro de; ASSIS, Denise de Souza; LEAL, Célia Maria. Decolonialidade e resistência feminina: uma análise da obra Torto Arado. Dossiê “Decolonialidades e Interculturalidades”, **Revista de Letras Norte@mentos**, Sinop, v. 15, n. 41, p. 100–113, 2022.

NÆSS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: A summary. **Inquiry**, Abingdon-on-Thames, n. 16, p. 95–100, 1973.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da pesquisa científica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus Editora, 2015. 384 p.

NASCIMENTO, Germana Aguiar Ribeiro do. Panorama atual de proteção do direito à terra das comunidades quilombolas e desafios futuros. **Interações**, Campo Grande, v. 17, n. 3, p. 432–447, 2016.

NAVARRO, Eliziane; PAULA, Marcelo Ferraz de. Cobrir e mostrar a cara: a recuperação do romance histórico no século XXI em Torto Arado de Itamar Vieira Júnior e Formas de voltar para casa de Alejandro Zambra. **Literatura e Autoritarismo**, Santa Maria, n. 36, p. 5–20, 2020.

NAYAR, Pramod K. **Contemporary Literary and Cultural Theory**: From Structuralism to Ecocriticism. Londres: Pearson Education, 2009, 282 p.

NEVES, Orlando Silvio Caires; CARVALHO, Janice Guedes de. **Tecnologia da Produção do Umbuzeiro (Spondias tuberosa Arr. Cam.)**. Lavras: Universidade Federal de Lavras - UFLA, 2005. 101 p.

ODUM, Eugene Pleasants. **Fundamentos de Ecologia**. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971. 927 p.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2008. 68 p.

PENNA, Camila; ROSA, Marcelo Carvalho. Estado, movimentos e reforma agrária no Brasil: reflexões a partir do Incra. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 95, p. 57–85, 2015.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Educação do Campo e Movimentos Sociais**. Cadernos de Licenciatura em Ciências Agrárias. Bananeiras: Editora Universitária UFPB, v. 7, 2011, 82 p.

PEREIRA, Karla Raphaella Costa; COSTA, Frederico Jorge Ferreira; LIMA, Maria Aires de. A educação dos camponeses em Torto arado. **Cadernos GPOSSHE Online**, Fortaleza, v. 6, n. 2, p. 231–250, 2022.

PEREIRA, Marco G. **Remanso**: um refúgio na Chapada Diamantina. Disponível em: <https://www.got2globo.com/editorial/remanso-chapada-diamantina-marimbus-bahia/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PEREIRA, Mariana Fernandes; FARIA, Gustavo. Escola em Torto Arado: um retrato literário da importância do aprender libertador de Paulo Freire. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 247–258, 2021.

PETERSEN, Paulo. Agricultura biodinâmica. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 40-46.

PINHEIRO, André. 2021 **Princípios básicos da Ecocrítica**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1AXJmU1mDpM&t=406s>. Acesso em: 15 jan. 2023.

POLZONOFF JR., Paulo. “**Torto Arado**” e essa literatura que não está nem aí para o leitor. 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/polzonoff/torto-arado/>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PRÊMIO JABUTI. Premiados por edição – 2020. Disponível em: <https://www.premiojabuti.com.br/jabuti/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2020>. Acesso em: 17 jan. 2025.

PRÉMIO LEYA. Vencedores 2008/2023. Córdova: LeYa, 2024. 6 p. Disponível em: https://caminho.leya.com/fotos/editor2/premio_leya_v7.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025.

QUADROS, Dênis Moura de. A construção das protagonistas afro-brasileiras em Torto Arado (2019), de Itamar Vieira Junior. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**, Blumenau, v. 15, n. 2, p. 4–18, 2021.

QUEIROZ, Rachel de. **João Miguel**. 1. ed. Edição original, 1932. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022. 160 p.

RAMALHO, Bárbara; LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Os Outros na escola e a escola dos Outros: contestações à colonialidade da educação. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 60, n. 64, p. 1–21, 2022.

RESENDE, Joelma de Araújo Silva; OLIVEIRA, Maria Helena de; COSTA, Margareth Torres de Alencar. A resistência da mulher negra em Torto Arado, de Itamar Vieira Jr. **Revista de Literatura, História e Memória**, Cascavel, v. 17, n. 30, p. 24–36, 2021.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Revista TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170–198, 2004.

RODRIGUES, Augusto César Sousa; DAMASCENO, Elisângela Campos; MOURA, Geraldo Jorge Barbosa de; RIBEIRO, Vanessa Teresinha; CASTRO, Fernanda Viana de; SILVA, Jocélia de Jesus Rêgo da; CHAVES, Dayse Rêgo Costa. A ecocrítica na obra de Itamar Vieira Júnior: contributos inter e transdisciplinares ao ensino de ciências. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, Portugal, v.16, n.6, p. 01–19, 2024.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 1. ed. Edição original, 1996. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 392 p.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25–45, 2010.

SAWALA, Wojciech, Um arado só lâmina. Trocadilho e revolta em Itamar Vieira Junior. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 81–107, 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227–263, 2014.

SCHNEIDER-MAYERSON, Matthew; WEIK VON MOSSNER, Alexa; MAŁECKI, W. P. Empirical Ecocriticism: Environmental Texts and Empirical Methods. **ISLE: Interdisciplinary Studies in Literature and Environment**, v. 27, n. 2, p. 327–336, 2020.

SHIVA, Vandana. Biopirataria. 1. ed. São Paulo: Palas Athena, 2001. 152 p.

SHIVA, Vandana. **Staying Alive: Women, Ecology, and Survival in India**. London: Zed Books, 1988. 224 p.

SILVA, Lígia Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**. 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2008. 392 p.

SILVA, Suênio Stevenson Tomaz da. **Apocalipse, sobrevivência e pós-humano**: uma narrativa ecocrítica da trilogia *Maddaddam*, de Margaret Atwood. Orientadora:

Dra. Sueli Meira Liebig. 2019. 227 f. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019.

SILVA, Veberson Pereira. Entre a chibata e o cobertor: Um debate acerca da condição social do negro no Brasil nas últimas décadas do século XIX. **Pós - Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, Brasília, v. 11, p. 225–248, 2013.

SOARES, Laiane Reis; MOREIRA, Idmar Boaventura. **A representação das mulheres sertanejas em Torto Arado, Itamar Vieira Júnior**. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS, XXV, 2021, Feira de Santana. Anais [...]. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/semic/article/view/8989>. Acesso em: 22 dez. 2024.

SOUZA, Matheus de. **#23 – Marketing literário, 'Tortoaraders' e a criação de comunidades**. 2023. Disponível em: https://passageiro.news/p/passageiro-23-marketing-literario?utm_source. Acesso em: 27 fev. 2025.

SUASSUNA, Ariano. **O Auto da Compadecida**. 39. ed. Edição original, 1956. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 208 p.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239**. Relator: Min. Cezar Peluso, julgado em 16/04/2015. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur397204/false>. Acesso em: 12 dez. 2024.

TALASKA, Alcione. **Ainda existem latifúndios no Brasil?** Uma análise do espaço agrário brasileiro. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016. 291 p.

TARGA, Dante Carvalho. Filosofia ambiental e ecofilosofia. **Problemata: Revista Internacional de Filosofia**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 137–152, 2022.

THE BOOKER PRIZES. **Crooked Plow**. Londres: The Booker Prize Foundation, 2025. Disponível em: <https://thebookerprizes.com/the-booker-library/books/crooked-plow>. Acesso em: 17 jan. 2025.

TORRE, Michelle Márcia Cobra. As formas de resistência em Torto Arado, de Itamar Vieira Junior. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 161–186, 2022.

TORRES, Ewerton José de Medeiros. Requentando o tacho do melaço: resgate regionalista em Carro Doce, o romance das ligas camponesas. In: SILVA, Marcelo Medeiros da; SEGUNDO, Raimundo Mélo Neto (org.). **Imagens da mulher e do Nordeste na literatura paraibana**. 1. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba, 2023, p. 257–284.

TORRES, Ewerton. **A ação coletiva e seus sentidos**: narrativas de vida de mulheres em contextos rurais no Seridó paraibano. 1. ed. Maringá: Editora Viseu, 2021. 398 p.

VERÍSSIMO, Érico. **O Continente**. 1. ed. Porto Alegre: Globo, 1949. 526 p. 1 v.

VETTERLING, Mary-Anne. Ecocrítica poscolonial y literatura moderna latinoamericana by William Flores. **American Association of Teachers of Spanish and Portuguese**, v. 99, n. 3, p. 492–493, 2016.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **A Oração do carrasco**. Itabuna: Mondrongo livros, 2017. 166 p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Dias**. Salvador: Caramurê Produções, 2012. 90 p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Doramar ou a odisseia**: Histórias. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2021. 160 p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Salvar o fogo**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2023. 320 p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar. **Torto Arado**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019. 263 p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar; NAVAS, Manuela. **Chupim**. 1. ed. São Paulo: Baião Livros, 2024. 32 p.

VIEIRA JUNIOR, Itamar; ROLEMBERG, Igor; GOYATÁ, Júlia Vilaça. Etnografia e imaginação: uma conversa com Itamar Vieira Junior. **RePOCS: Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v.19, n.2, p. 399–420, 2022.

VIEIRA, Alexandre Gomes Teixeira; LEITÃO, André Alexandre Padilha. **Cabras, cabocos, acaboclados, bárbaros e bravios ou afinal como foram chamados os indígenas na história do Brasil**. 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ifpe.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/642/CABRAS%2C%20CABOCOS%2C%20ACABOCLADOS%2C%20B%C3%81RBAROS%20E%20BRAVIOS%20OU%20AFINAL%20COMO%20FORAM%20CHAMADOS%20OS%20IND%C3%8DGENAS%20NA%20HIST%C3%93RIA%20DO%20BR.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

VIEIRA, João Vitor. Revolução ecossocialista e o desafio de não ceder à resignação. Entrevista concedida por Michel Löwy. **Revista do Instituto Humanitas Unissinos On-line**, São Leopoldo, n. 57, p. 54–56, 2017. Disponível em:
<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7079-revolucao-ecossocialista-e-o-desafio-de-nao-ceder-a-resignacao>. Acesso em: 18 dez. 2024.

VILLEGAS, Álvaro Andrés. El ecomarxismo entre el Antropoceno y el Capitaloceno: rupturas metabólicas, capital fósil y régimen ecológico. **Colombia Internacional**, Bogotá, n. 108, p. 15–38, 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 64–83.

ZAMBRA, Alejandro. **Bonsai**. Tradução: Josely Vianna Baptista. 1. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2012. 93 p.